

Capim Branco



MATERIAL DE TRABALHO
PERFIL MUNICIPAL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Capim Branco.....	18
Figura 2: Taxa de crescimento demográfico de Capim Branco entre 2000 e 2016 (%).....	22
Figura 3: Domicílios, segundo número de moradores (%) – Capim Branco, 2010	23
Figura 4: Unidades domésticas, segundo tipo (%) – Capim Branco, 2010	23
Figura 5: População residente, segundo faixa etária (%) – Capim Branco, 2010	24
Figura 6: População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Capim Branco, 2000	25
Figura 7: População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Capim Branco, 2010	25
Figura 8: População residente, segundo cor ou raça declarada (%) – Capim Branco, 2010	26
Figura 9: Indicadores demográficos selecionados – Capim Branco, 2010.....	28
Figura 10: Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (%) – Capim Branco, 2000/2010.....	30
Figura 11: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução – Capim Branco, 2010	31
Figura 12: Frequência à escola, segundo faixa etária (%) - Capim Branco, 2010	32
Figura 13: Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB – Capim Branco, 2007/2015	34

Figura 14: IDHM, segundo dimensões – Capim Branco, 1991/2010	36
Figura 15: IDHM, segundo dimensões –2010	37
Figura 16: Árvore do IDHM – Capim Branco, 2010	37
Figura 17: População segundo situação de pobreza (%) – Capim Branco, 2010	39
Figura 18: Renda per capita média (em R\$) – Capim Branco, 2000/2010.....	40
Figura 19: Renda per capita média (R\$) – Capim Branco, 2010.....	41
Figura 20: Vulnerabilidades associadas (%) – Capim Branco, 2010.....	42
Figura 21: Comparativo IVS, segundo dimensões - 2010	44
Figura 22: Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010	45
Figura 23: Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família (R\$) – Capim Branco 2004 / 2015	47
Figura 24: Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família (R\$) – Capim Branco março 2016 / fevereiro 2017	48
Figura 25 : Zona Especial de Proteção Histórica – ZEPH - Capim Branco.....	59
Figura 26: Macrozoneamento Ambiental, Capim Branco 2006	70
Figura 27: Reservas legais cadastradas no CAR.....	71
Figura 28: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Capim Branco	81
Figura 29: Tipos e ocupação de domicílios, Capim Branco Fonte: IBGE, 2010	82
Figura 30: Taxa de vacância fundiária, Capim Branco.....	84
Figura 31: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH.....	87

Figura 32: Carta de Vulnerabilidade Natural, Capim Branco.....	88
Figura 33: Composição déficit habitacional, Capim Branco	91
Figura 34: Domicílios precários, Capim Branco	92
Figura 35: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH	97
Figura 36: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH	98
Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH	99
Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH	101
Figura 39: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos	102
Figura 40: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH	103
Figura 41: Zonas Especiais de Interesse Social, Capim Branco.....	105
Figura 42: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Capim Branco, Belo Horizonte, RMBH e Brasil.....	115
Figura 43: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Capim Branco, Belo Horizonte e RMBH.....	117
Figura 44: Número de viagens realizadas entre Capim Branco e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 2012	119
Figura 45: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Capim Branco, anos de 2002 e 2012.	122
Figura 46 : Distribuição das viagens produzidas em Capim Branco por modo de transporte, em 2002 e 2012.....	124

Figura 47: Distribuição das viagens produzidas em Capim Branco por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.	126
Figura 48: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Capim Branco	130
Figura 49: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Capim Branco	135
Figura 50: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Capim Branco.....	135
Figura 51: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Capim Branco.....	136
Figura 52: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Capim Branco	138
Figura 53: Polígonos cadastrados no DNPM situados em Capim Branco e seu entorno.....	143
Figura 54: valor da produção mineral comercializada por município – 2013 ..	145
Figura 55 : Cartograma da distribuição das minas por município – 2013	146
Figura 56 : Minas de calcário situadas na divisa norte do município de Capim Branco	147
Figura 57: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Capim Branco-MG e RMBH. 2004-2014	152
Figura 58: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Capim Branco e RMBH. 2004, 2014.....	153
Figura 59: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Capim Branco, RMBH.	157
Figura 60: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Capim Branco. 2000.....	162

Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Capim Branco. 2010.....	162
Figura 62: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.....	163
Figura 63: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.....	164
Figura 64: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Capim Branco e RMBH..	167
Figura 65: Evolução das Transferências Municipais do FPM (2013-2016), Capim Branco	172
Figura 66 : Evolução das Transferências Municipais do ICMS (2013-2016), Capim Branco	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População Total, segundo localização Rural/Urba na - Capim Branco, 1991/2010.....	22
Quadro 2: Percentual de pessoas que frequentam a escola, segundo faixa etária (%) - Capim Branco – 2000/2010	32
Quadro 3: Matrículas na rede municipal, segundo nível – 2012/2014	33
Quadro 4: Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores	35
Quadro 5: Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes	43
Quadro 6: Conselhos de políticas públicas e legislação de criação – Capim Branco	51
Quadro 7: Bens Protegidos do município de Capim Branco, 2017	54
Quadro 8: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural	55
Quadro 9: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002	56
Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002	56
Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016	56
Quadro 12 : Festas e eventos de Capim Branco.....	66
Quadro 13 : repasse total de ICMS ecológico para o município de Capim Branco	72
Quadro 14: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Capim Branco	73

planoDiretor

Quadro 15: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Capim Branco	79
Quadro 16: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Capim Branco	86
Quadro 17: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Capim Branco.	109
Quadro 18: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Capim Branco.....	110
Quadro 19: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Capim Branco, Belo Horizonte, RMBH e Brasil	114
Quadro 20: Viagens cotidianas realizadas em Capim Branco, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012	116
Quadro 21: Divisão percentual das viagens com origem em Capim Branco, por destino da viagem, em 2002 e 2012.....	120
Quadro 22: Divisão dos destinos das viagens com destino a Capim Branco, por origem da viagem, em 2002 e 2012	120
Quadro 23: Distribuição das viagens com origem em Capim Branco e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.....	121
Quadro 24 : Distribuição das viagens com destino a Capim Branco com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.....	123
Quadro 25: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Capim Branco	137
Quadro 26: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Capim Branco	140
Quadro 27: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Capim Branco ...	141

Quadro 28: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Capim Branco e RMBH.....	151
Quadro 29: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Capim Branco e RMBH. 2004, 2014.	154
Quadro 30: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Capim Branco, RMBH. 2007, 2011, 2015.....	155
Quadro 31: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Capim Branco. 2005 – 2015.....	157
Quadro 32: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH. 2005 – 2015.....	159
Quadro 33: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Capim Branco e RMBH.....	164
Quadro 34: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Capim Branco e RMBH.....	167
Quadro 35: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Capim Branco, RMBH e Brasil	168
Quadro 36: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Capim Branco.....	171

SUMÁRIO

LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	11
1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	11
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	14
2.1 História do município e formação político-administrativa.....	14
2.2 Inserção regional.....	17
3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS	21
3.1 Perfil Demográfico.....	21
3.2 Condições Sociais e Desenvolvimento Humano	29
3.3 Vulnerabilidade Social.....	38
3.4 Organização Social e Associativismo	49
4 CULTURA E PATRIMÔNIO	53
4.1 Patrimônio Cultural.....	53
4.2 Política cultural e diversidade	60
5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	67
5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais	68
5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos	72
5.3 Conflitos ambientais.....	75
5.4 Informações sobre o Saneamento Básico.....	75
6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	78
6.1 Dinâmica Imobiliária.....	78
6.2 Zoneamento ecológico-econômico	84
7 HABITAÇÃO.....	89
7.1 Quadro Habitacional	89

planoDiretor

7.2	Produção habitacional de interesse social.....	93
7.3	Bem-estar urbano	94
7.4	Zonas Especiais.....	104
8	MOBILIDADE URBANA	107
8.1	Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.....	108
8.2	Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação	113
8.3	Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo	118
9	AGRICULTURAS	127
9.1	Produção.....	129
9.2	Emprego.....	134
9.3	Estrutura Agrária	136
9.4	Transferências Governamentais e Crédito Rural.....	138
10	MINERAÇÃO.....	142
10.1	Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Capim Branco	143
10.2	A atividade minerária no território municipal de Capim Branco	146
11	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	149
11.1	Produção.....	150
11.2	Emprego e Renda	154
11.3	Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade	165
11.4	Finanças Públicas.....	170
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174

LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O documento que ora se apresenta consiste no relatório de levantamento de dados secundários do município de Capim Branco, Minas Gerais. Os dados foram levantados entre dezembro de 2016 e março de 2017 e tiveram como objetivos principais:

- Conhecer a realidade do município, em termos de suas características demográficas, socioeconômicas, ambientais, culturais, de infraestrutura e outras;
- Identificar e caracterizar os diversos territórios de Capim Branco;
- Municionar o Grupo de Acompanhamento de informações e conhecimento específico para sua atuação no município e para uma participação qualificada na leitura comunitária que virá na próxima etapa do trabalho;
- Fornecer informações para a população, consolidadas em um único volume, a respeito das principais características do município, a serem disponibilizadas no Espaço Plano Diretor;
- Subsidiar a atuação da equipe da UFMG, nas mais diversas temáticas, nos trabalhos de revisão do Plano Diretor.
- Subsidiar a elaboração das audiências em forma de oficina;

Para atingir os objetivos propostos foram levantados dados em fontes secundárias e primárias, tal como explicitado no anexo de metadados, posteriormente processados e analisados pela equipe técnica da UFMG. Foram buscadas informações nas fontes oficiais, relativas a diversas temáticas e indicadores, especialmente indicadores demográficos; indicadores de moradia e qualidade de vida; cobertura de serviços públicos, infraestrutura e equipamentos sociais; meio ambiente e saneamento básico; atendimento de saúde, educação e assistência social; indicadores da economia municipal, bem como da situação de

trabalho e renda; desenvolvimento humano e vulnerabilidade social; associativismo e organização social; cultura, patrimônio, esporte, lazer e turismo.

As principais fontes para os dados secundários foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Educação – MEC, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU; Fundação João Pinheiro – FJP; Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN; Ministério da Cultura – MINC; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE e outros que tivessem dados e indicadores confiáveis e reconhecidamente úteis para a análise do município e suas condições sociais. Nesse escopo, buscou-se apresentar o dado mais recente disponível em cada fonte e, nos casos pertinentes e possíveis, uma comparação e análise da série histórica de alguns indicadores.

Buscou-se ainda apresentar, nos casos pertinentes, um olhar territorial, de forma a perceber-se as diferenças entre a sede e os distritos e as diversas regiões do município (urbana e rural). Nessa perspectiva, foram também introduzidos alguns mapas do município com as informações georreferenciadas.

Do ponto de vista das pesquisas em fontes primárias, foram aproveitados dados já levantados pela equipe dos LUME/UFMG entre 2014 e 2016, quando foram realizadas visitas a todos os municípios metropolitanos. Àquela época, foram entrevistados representantes públicos das áreas de cultura, turismo, esporte, lazer e assistência social, de forma a levantar informações sobre os principais equipamentos e serviços públicos prestados pela municipalidade. É importante destacar que tais informações serão complementadas, nos próximos meses, com levantamentos nos próprios municípios e dados aportados pelos parceiros locais, Prefeitura e membros do Grupo de Acompanhamento.

O relatório ora apresentado é estruturado em 10 capítulos, além desse primeiro capítulo de Introdução e Objetivos. O Capítulo 2 traz informações sobre a história do município e sua inserção regional, bem como a configuração político-

administrativa de seu território. O Capítulo 3 caracteriza os aspectos culturais e relacionados ao patrimônio histórico e políticas de preservação, incluindo informações sobre as festas, eventos e manifestações locais, patrimônio tombado e equipamentos e espaços de cultura. O Capítulo 4 volta seu olhar para os indicadores demográficos do município e suas condições sociais, de desenvolvimento e de vulnerabilidade, além de um breve olhar preliminar sobre a organização social e o associativismo no município, buscando identificar principais entidades, organizações, conselhos e lideranças locais, que serão posteriormente convidadas a participar das atividades de revisão do Plano Diretor. O Capítulo 5 aponta as condições ambientais e de saneamento básico no município. O Capítulo 6 discorre sobre os elementos diretamente ligados ao uso e ocupação do solo, dinâmica imobiliária e equipamentos urbanos disponíveis à população, trazendo ainda uma listagem dos principais equipamentos públicos encontrados no município, como atendimento de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer. O Capítulo 7, por sua vez, apresenta as condições municipais no que é relativo à habitação, incluindo dados sobre a produção habitacional e o déficit local. O Capítulo 8 foca as condições de mobilidade no território municipal. Os três capítulos finais dedicam-se a um olhar sobre as atividades da Agricultura (Capítulo 9), Mineração (Capítulo 10) e Aspectos econômicos (Capítulo 11), neste último caso incluindo informações secundárias sobre o perfil da economia municipal, indicadores de trabalho e renda, principais atividades econômicas e finanças públicas. Os metadados e fontes de todas as informações secundárias apresentadas no presente volume constam em anexo, com uma breve descrição da qualidade dos dados e das lacunas a serem preenchidas na próxima etapa do trabalho.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Para compreender a situação do município e seu perfil, nos diversos aspectos que serão apresentados ao longo deste volume, é fundamental conhecer sua formação histórica e os importantes momentos e forças que contribuíram para a configuração atual de seu território.

Nessa perspectiva, buscou-se levantar as informações básicas disponíveis nas fontes oficiais relativas ao seu povoamento, desenvolvimento econômico, vinculação e formação político-administrativa ao longo dos anos até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo, buscou-se enfatizar a inserção metropolitana de Capim Branco, entendendo que a configuração regional e a participação do município neste contexto são fatores fundamentais no direcionamento de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, o presente capítulo apresenta também um breve panorama da RMBH e do vetor noroeste, no qual o município se insere, apontando suas principais centralidades e tendências econômicas e de ocupação do território.

2.1 História do município e formação político-administrativa

O atual município de Capim Branco teve sua origem administrativa a partir do desmembramento de parte do território de Pedro Leopoldo, do qual fazia parte como Distrito. Nesse sentido, foram também buscadas informações sobre o povoamento de Pedro Leopoldo para compor o panorama histórico de Capim Branco.

Segundo Libânio (2011), há vestígios de ocupação pré-histórica em toda a região em que hoje se encontra a cidade de Pedro Leopoldo, tendo sido aí encontrado o esqueleto conhecido como “Luzia”, datado de aproximadamente 12.000 anos, além de outras provas como restos de cerâmica, instrumentos, pinturas rupestres,

entre outros. A abundância de vestígios atrai e subsidiou os estudos do naturalista dinamarquês Peter Lund, que se instalou na região por volta de 1835.

No período que antecedeu a ocupação do território mineiro e a descoberta das minas pelas bandeiras, a região Central do Estado já era habitada por diversos grupos ameríndios, com destaque para os Cataguases, Caetés, Carijós, Gualaxos do Sul e Aimorés.

Depois da chegada dos europeus à América, o povoamento da região aconteceu por meio de expedições dos bandeirantes paulistas, que penetraram o território em busca de ouro, no século XVII. De acordo com documentos do Arquivo Público Mineiro, os bandeirantes chegaram a Pedro Leopoldo seguindo as ordens de Fernão Dias Paes, o Governador das Esmeraldas, que escolheu a região, antes denominada Sumidouro, como ponto de referência de sua Bandeira. Neste local, onde hoje se localizam os distritos de Fidalgo e Quinta do Sumidouro, ainda encontram-se preservadas edificações do período colonial, com destaque para a “Casa Fernão Dias” e a Capela Nossa Senhora do Rosário, ambas tombadas pelo IEPHA. (LIBÂNIO, 2011, p.7)

No período colonial, a região fazia parte do caminho de abastecimento da região aurífera, tanto como área de passagem quanto de produção de gêneros alimentícios – agricultura e pecuária – em suas fazendas. Com o declínio da extração do ouro a região de Pedro Leopoldo, consolida sua vocação agrícola.

De fato, o site da Prefeitura de Capim Branco informa que o povoamento do território municipal está ligado ao transporte de mercadorias para abastecimento das zonas de mineração durante o ciclo do ouro.

Como na época não existiam meios de transporte avançados, os produtos resultantes do extrativismo eram transportados por caravanas de tropeiros, que percorriam caminhos, na maioria das vezes, às margens dos rios, locais de fácil acesso às águas e onde podiam ser encontrados alimentos para os animais. Na rota do comércio, havia locais em que esses tropeiros e viajantes paravam

para descanso ou hospedagem. Numa dessas paradas, resolveram acampar e pernoitar às margens do Ribeirão da Mata, numa planície esverdejante, onde ficava o “Rancho Grande”, uma das primeiras moradias do local. Ao acordarem no dia seguinte, para a surpresa de todos, viram a planície toda esbranquiçada. Imaginaram que havia caído geada; o tempo era frio, mas não o bastante para tal. Admirados, correram para certificar-se do que se tratava. E se depararam com milhares de flores minúsculas, todas branquinhas, que mais pareciam um tapete. Grande foi o espanto de todos ao verificar que as flores eram originárias de uma espécie de gramínea nativa da região. Por isso a denominação - Capim Branco - dada pelos tropeiros. (CAPIM BRANCO, acesso março 2017)

A fertilidade das terras, onde cresce o capim que deu origem ao topônimo do município, teria sido um fator de atração de novos moradores e mesmo de constituição de seu primeiro núcleo habitacional. De acordo com as informações do IBGE, “os primitivos habitantes teriam vindo de Pompéu, dando início à construção das primeiras casas e do sobrado do Morro de Nicolau Mendes, em área onde hoje se encontra o matadouro. A localidade ficou conhecida por Sobrado do Morro” (CAPIM BRANCO, acesso março 2017).

Aos poucos o povoado foi se desenvolvendo, tendo a agricultura e a pecuária como sua base econômica e, posteriormente, a indústria manufatureira e fabril.

Do ponto de vista de sua formação político-administrativa, o município pertenceu aos territórios de Santa Luzia, Pedro Leopoldo e Matozinhos antes de sua instalação, em 1954 (IBGE, 2017). Os diversos momentos dessa história estão listados a seguir:

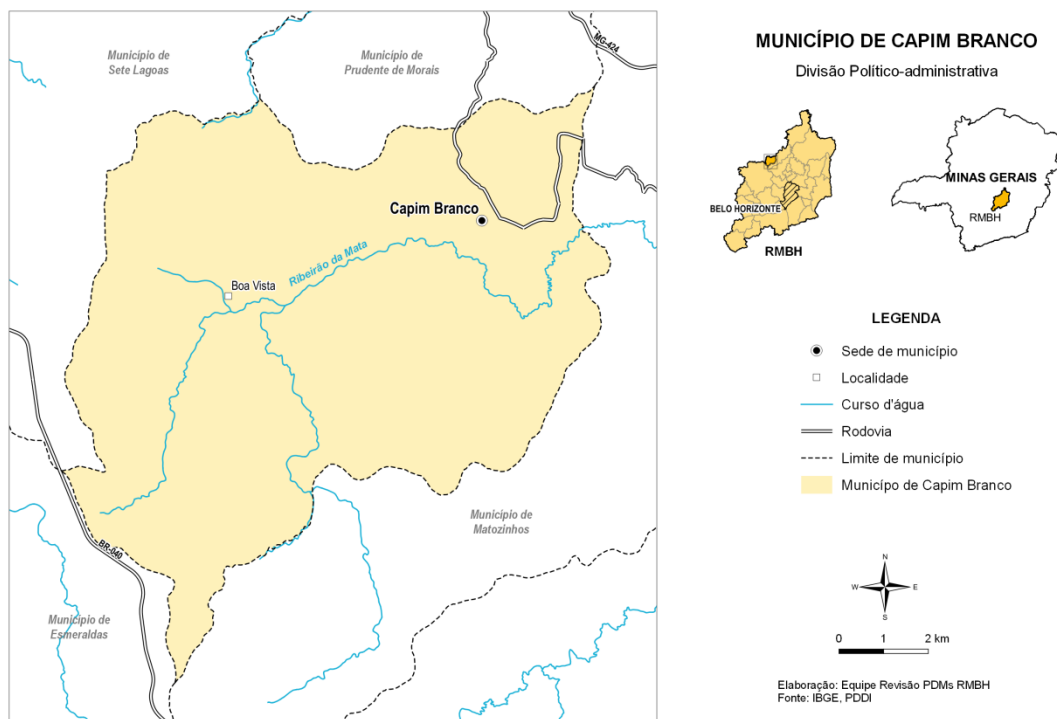
- Distrito criado por Decreto Estadual nº 184, de 6 de setembro de 1890 e por Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891.
- Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 e nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920 o Distrito de Capim Branco figura no Município de Santa Luzia do Rio das Velhas.

- Por Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, o Distrito de Capim Branco foi desmembrado do Município de Santa Luzia do Rio das Velhas para entrar na constituição do novo Município de Pedro Leopoldo e perdeu o território que constituiu o Distrito de Prudente de Moraes, no mesmo Município de Pedro Leopoldo. Por efeito da citada Lei 843, o Distrito figura no Município de Pedro Leopoldo
- Assim permanecendo em divisão administrativa referente ao ano de 1933 e em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937 e no quadro anexo ao Decreto-Lei Estadual nº 88, de 30 de março de 1938, bem como no quadro fixado pelo Decreto-Lei Estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938 para 1939-1943.
- Pelo Decreto-Lei Estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, o Distrito de Capim Branco foi transferido do Município de Pedro Leopoldo para constituir o novo Município de Matozinhos. No quadro fixado pelo referido Decreto-Lei 1058 para vigorar no quinquênio 1944-1948, o Distrito de Capim Branco figura no Município de Matozinhos bem como no fixado pela Lei nº 336, de 27-XII-1948 para vigorar em 1949-1953.
- Elevado à categoria de município pela Lei nº 1039, de 12-XII-1953 que fixou o quadro territorial para 1954-1958, composto apenas de 1 Distrito: Capim Branco, comarca de Matozinhos.
- O município foi instalado em 1º de Janeiro de 1954..

2.2 Inserção regional

O município de Capim Branco localiza-se a noroeste da Capital Mineira, integrando a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH e a microrregião de Belo Horizonte, conforme pode ser visto na figura abaixo, composto atualmente apenas pelo distrito-sede.

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Capim Branco



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010

Tendo como principais acessos as BR-040 e BR-135 e a MG-424 e distante, aproximadamente, 51 km de Belo Horizonte, Capim Branco limita-se com os municípios de Prudente de Morais a norte, Matozinhos a leste e a sul, Esmeraldas a sudoeste e Sete Lagoas a oeste. Participante do vetor Noroeste da RMBH, Capim Branco, assim como Matozinhos, Pedro Leopoldo e Baldim, é polarizado por Sete Lagoas, município situado já no colar metropolitano. Sua centralidade é local, permanecendo restrita “às funções públicas como sedes municipais exercendo pouca atratividade sobre o próprio território”, situação semelhante a “Baldim, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Nova União, Raposos, Itaguara, Itatiaiuçu e Rio Manso” (PDDI, 2011: 64).

No contexto da região metropolitana, Capim Branco exerce papel de produtor de alimentos agropecuários, além de ter parte de sua população trabalhando em outros municípios e polos regionais, notadamente Matozinhos e Sete Lagoas.

Como se verá ao longo do presente volume, o município tem se destacado na produção de alimentos orgânicos e, segundo consta no site da Prefeitura,

No dia 14 de Abril de 2011, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, emitiu para a Associação de Produtores Orgânicos de Capim Branco e Matozinhos – ASPOCAM, a Declaração de Cadastramento de Produtores Orgânicos, sendo que Capim Branco foi o primeiro município do Estado de Minas Gerais a obter esse cadastramento, através do processo da Organização do Controle Social – OCS, fruto do importante trabalho realizado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER com o apoio da Administração Municipal.

A Lei Municipal nº 1.224/2011, que dispõe sobre a denominação de Capim Branco/MG como “Cidade Orgânica”, foi sancionada no dia 20 de julho de 2011. (CAPIM BRANCO, acesso em março 2017).

O município de Capim Branco se insere no vetor norte de expansão metropolitana que, por sua vez, expressa de maneira mais marcante, as principais tendências da produção do território metropolitano. O vetor norte da RMBH vem se caracterizando por uma forte pressão imobiliária, por uma intensificação na extração mineral de não-metálicos, por uma reconfiguração do sistema viário da região metropolitana, bem como pela reestruturação do sistema de centralidades metropolitanas (num processo de descontração populacional e produtiva). Ou seja, o vetor norte – devido a transformações como a implantação da linha verde, do funcionamento do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e da mudança do Centro Administrativo do Governo de Minas Gerais – vem se consolidando como uma nova centralidade e como o principal eixo de expansão demográfico e econômico da RMBH.

Apesar de localizado mais ao norte na RMBH, o município de Capim Branco comunga dessa dinâmica especialmente no quadro da nova urbanização periférica identificada pelo PDDI e resgatada pelo projeto do Macrozoneamento. Observa-se, em Capim Branco, atividade imobiliária relativamente acentuada e evidenciada pelo número de pedidos de anuência prévia registrados junto à Agência Metropolitana e pelo aumento de ocupações irregulares no município identificado durante o Macrozoneamento.

Capim Branco também se insere no contexto de intensificação de extração minerária ligada a recursos não-metálicos. Muito embora a atividade no município em si não seja marcante, impactos que transbordam da atividade de outros municípios do entorno e da bacia hidrográfica a qual pertence o município são decorrência dessa tendência.

O município de Capim Branco também se articula com a dinâmica do vetor noroeste que se estrutura ao longo da MG-424 e da BR-040 como principais vias de ligação com Sete Lagoas como polo de desenvolvimento do Colar Metropolitano. São previstos novos empreendimentos industriais e produtivos ao longo dessas vias ligados à dinâmica que emana de Sete Lagoas, mas também aquelas induzidas pela presença do complexo ligado ao Aeroporto bem como a outros empreendimentos públicos e privados como a SIX Semicondutores às margens da BR-040.

Por fim, é importante destacar que Capim Branco se configura como um importante centro de produção oriunda da agricultura orgânica, agricultura familiar e pecuária com significativa produção agropecuária na RMBH – ainda que com conflitos referentes ao uso de insumos químicos próximos a áreas de abastecimento de água. Além disso, o município se insere no complexo ambiental cultural do Carste e com importante rede hidrográfica regional (Ribeirão da Mata). Essa região se caracteriza por um grande potencial turístico, mas também pela necessidade de proteção ambiental e atenção a conflitos ambientais oriundos da expansão urbana e das atividades econômicas ligadas, especialmente, a atividade minerária e agrícola.

3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS

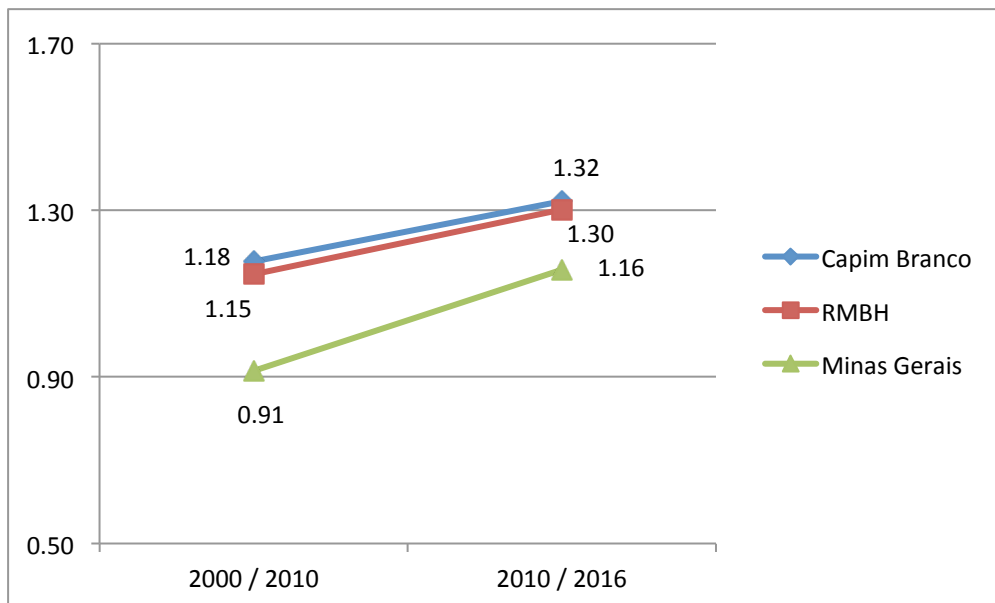
No processo de revisão do Plano Diretor de Capim Branco, um dos momentos mais importantes é o conhecimento de sua situação atual, considerando as características de sua população, as necessidades e demandas dos moradores e os principais desafios a enfrentar na elaboração da nova legislação municipal. Nesse sentido, o presente capítulo fornece informações sobre o contexto municipal, a partir de suas principais características sociais, demográficas e de qualidade de vida, a partir de temas e indicadores selecionados, cujo detalhamento e fontes podem ser vistos no Anexo descritivo dos Metadados.

3.1 Perfil Demográfico

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Capim Branco possui uma população estimada de 8.881 habitantes (IBGE 2010), número este que chega a 9.609 pessoas em 2016, segundo a mais recente Estimativa da População (IBGE 2016). A partir de tais números é possível apontar que o processo de crescimento populacional do município, que já vinha sendo crescente desde a década de 1970, se manteve e se intensificou nos últimos anos.

Como se vê na Figura que se segue, Capim Branco tem crescido acima da média metropolitana e estadual em todo o período analisado, fator este decorrente da migração e não do crescimento vegetativo, provavelmente em decorrência da própria dinâmica metropolitana e de seu papel crescente na absorção de pessoas em busca de habitação de menor custo na região.

Figura 2: Taxa de crescimento demográfico de Capim Branco entre 2000 e 2016 (%)



Fonte: IBGE, Estimativa da população 2016.

O quadro a seguir traz a população total do município segundo localização urbana e rural para os anos de 1991, 2000 e 2010. Como se vê, na data do último Censo Demográfico a população urbana representava mais de 91% da população total, indicando alto grau de concentração demográfica nas áreas urbanas do território capim-branquense.

Quadro 1: População Total, segundo localização Rural/Urbana - Capim Branco, 1991/2010

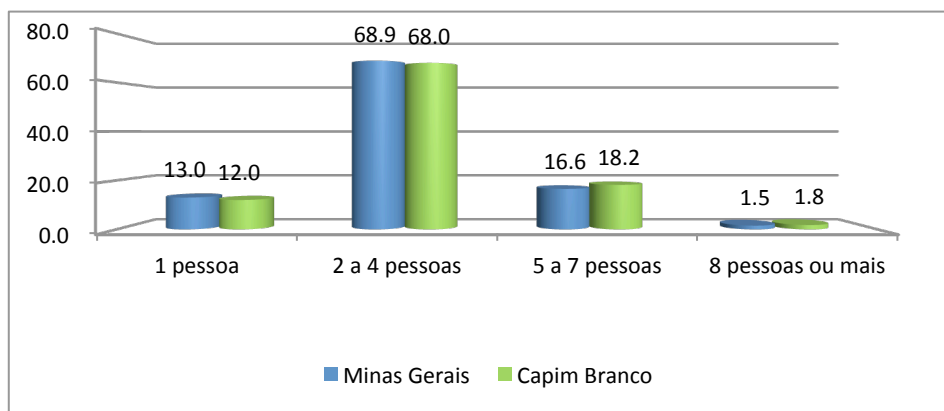
POPULAÇÃO	POPULAÇÃO (1991)	% DO TOTAL (1991)	POPULAÇÃO (2000)	% DO TOTAL (2000)	POPULAÇÃO (2010)	% DO TOTAL (2010)
População total	6.344	100,00	7.900	100,00	8.881	100,00
População urbana	5.526	87,11	7.146	90,46	8.090	91,09
População rural	818	12,89	754	9,54	791	8,91

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010.

No que é relativo ao número de habitantes por domicílio, Capim Branco apresenta média de 3,38 habitantes /domicílio, contra 3,25 da média estadual. A Figura a seguir mostra ainda que o percentual de domicílios onde residem entre cinco e

sete pessoas e acima de oito pessoas é maior em Capim Branco que na média de Minas Gerais.

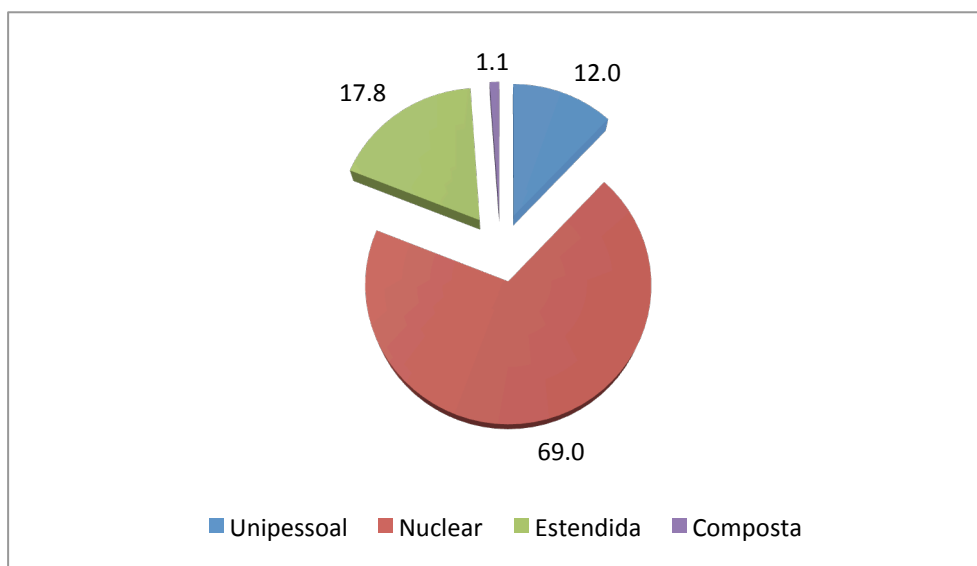
Figura 3: Domicílios, segundo número de moradores (%) – Capim Branco, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Como pode ser visto na próxima Figura, a grande predominância das unidades domésticas no município é do tipo nuclear (ou seja, formada pelos responsáveis e seus filhos), sendo menos presentes as unidades unipessoais (apenas um morador), estendidas (com outros parentes) ou compostas (parentes e outros moradores não parentes).

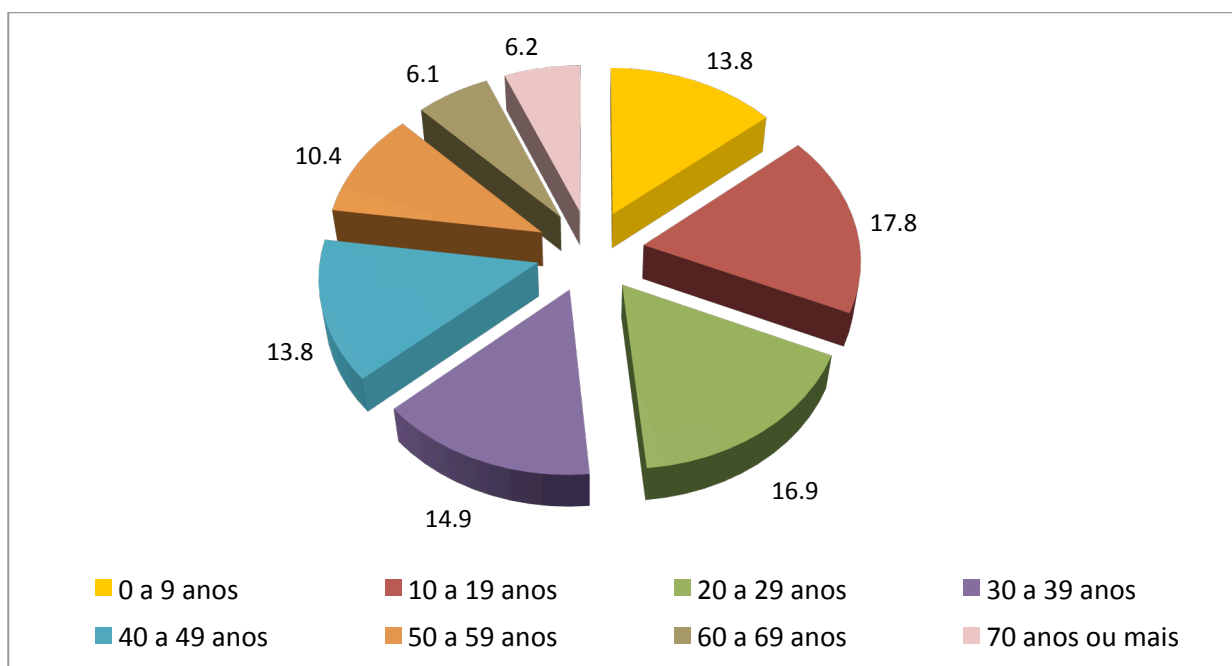
Figura 4: Unidades domésticas, segundo tipo (%) – Capim Branco, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A distribuição da população por faixas etárias (ver figura abaixo) indica que 32% dos moradores de Capim Branco estão situados nas faixas etárias até 19 anos, apontando para a grande demanda de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, especialmente na área da saúde, da educação e da assistência social.

Figura 5: População residente, segundo faixa etária (%) – Capim Branco, 2010

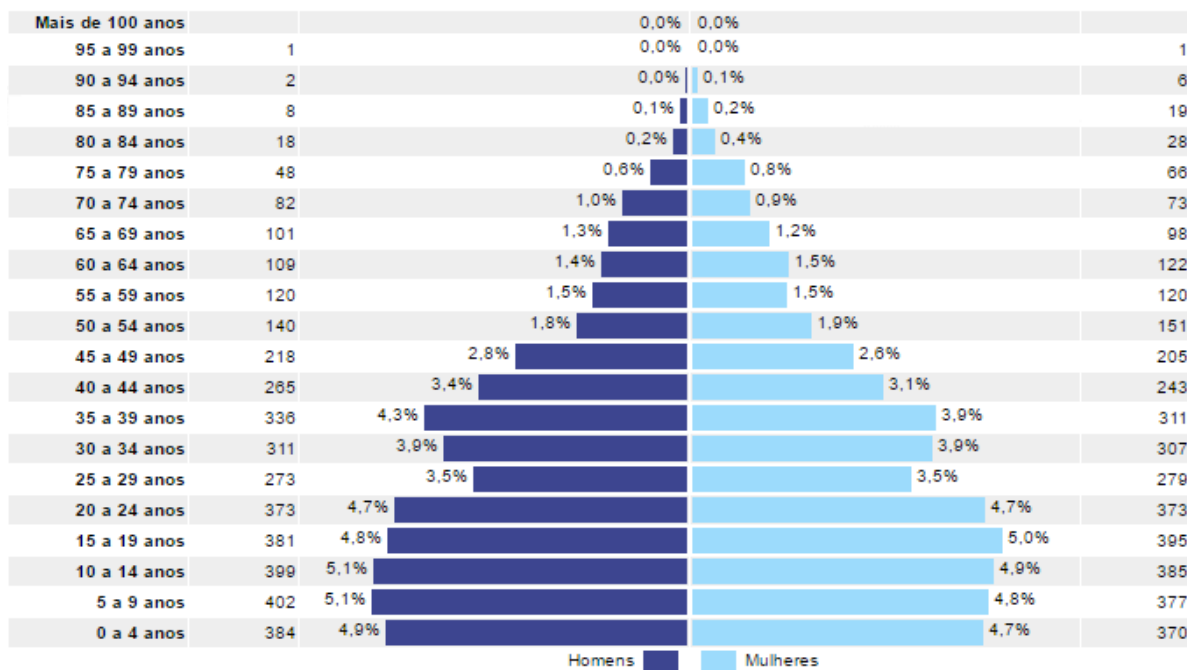


FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Entretanto, vale destacar que tal percentual já foi bem maior, sendo registrada no município a mesma tendência verificada no Brasil como um todo. Como pode ser visto nas próximas Figuras, Capim Branco vem apresentando um processo de envelhecimento de sua população com redução do percentual de pessoas nas faixas etárias inferiores e ampliação das faixas médias e superiores de idade. Tal processo, por sua vez, aponta para a necessidade de atendimento, cada vez mais, das políticas sociais voltadas para a terceira idade, bem como para a oferta de trabalho a contingentes cada vez maiores de jovens e adultos.

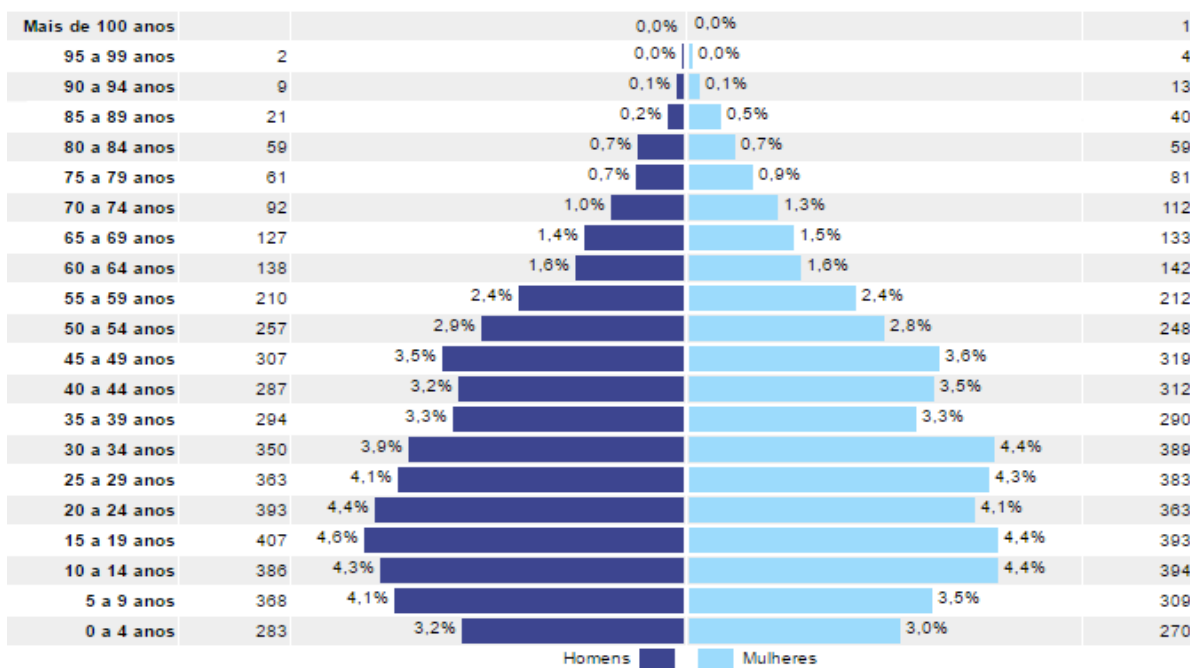
Processo de Revisão
planoDiretor

Figura 6: População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Capim Branco, 2000



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Figura 7: População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Capim Branco, 2010

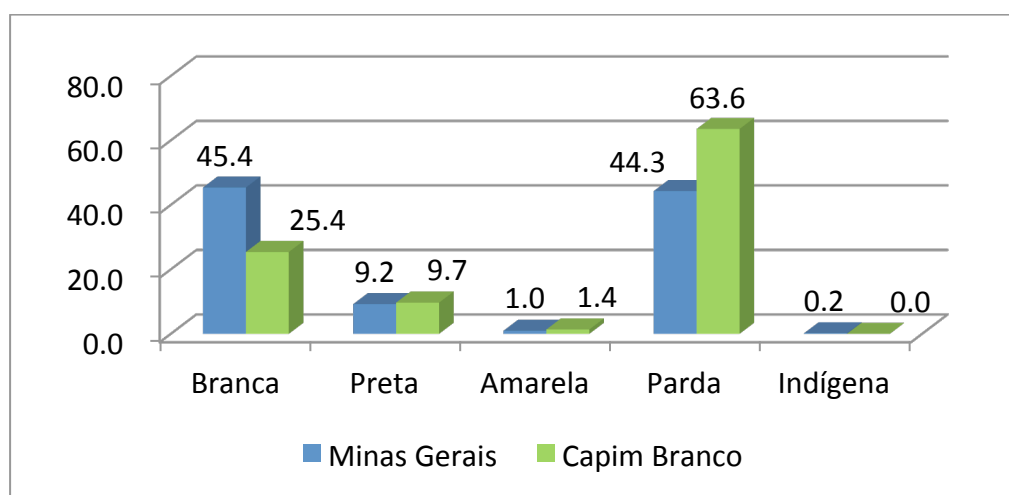


FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em relação ao sexo da população, 50,3% das pessoas de Capim Branco são mulheres, percentual este um pouco abaixo da média da RMBH (52%), de Minas Gerais (50,8%) e mesmo da média nacional (51% no Censo 2010).

Ao se analisar o perfil da população residente segundo cor ou raça declarada (Gráfico 7), é possível perceber que no município de Capim Branco a população que se declara parda ultrapassa a metade dos residentes (63,6%), inclusive em percentuais acima da média estadual. Em segundo lugar estão aqueles que se autodeclararam brancos (25,4% em Capim Branco e 45,4% em Minas Gerais). A população que se autodeclara preta é ligeiramente maior no município (9,7%), em comparação com a média mineira. Não houve registros de pessoas que se autodeclararam indígenas em Capim Branco.

Figura 8: População residente, segundo cor ou raça declarada (%) – Capim Branco, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para finalizar a caracterização demográfica do município, é importante avaliar indicadores de fecundidade, mortalidade e esperança de vida, além de outros apresentados na Figura em sequência.

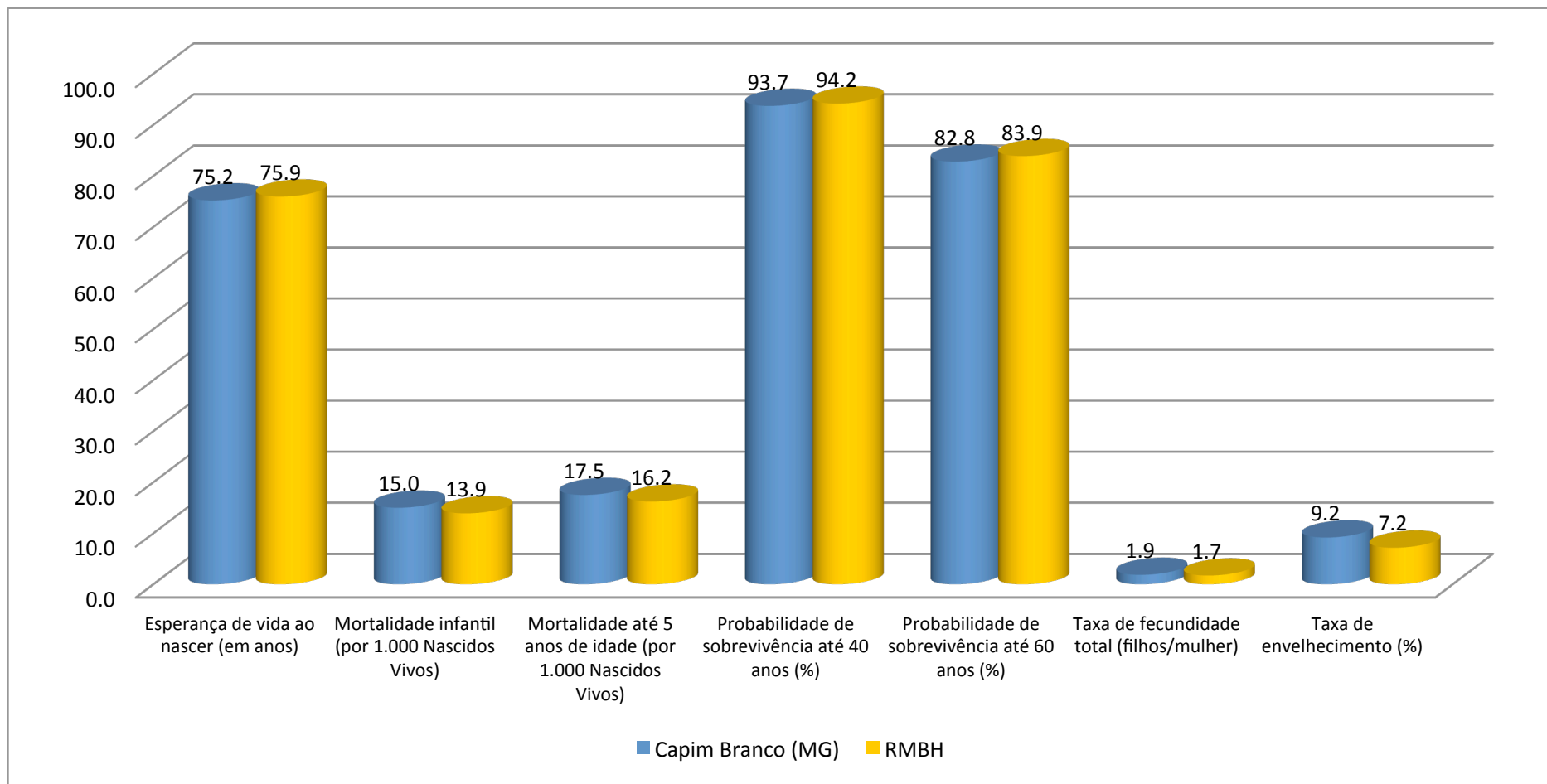
O que se vê é que o município apresenta, em comparação com a média regional, menor esperança de vida de sua população ao nascer e menor probabilidade de sobrevivência (tanto até os 40 quanto até os 60 anos). Além disso, também tem maiores taxas de mortalidade infantil (até um ano) e mortalidade até cinco anos

Processo de Revisão

planoDiretor

de idade, o que indica uma situação aparentemente desfavorável em relação à região.

Figura 9: Indicadores demográficos selecionados – Capim Branco, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010

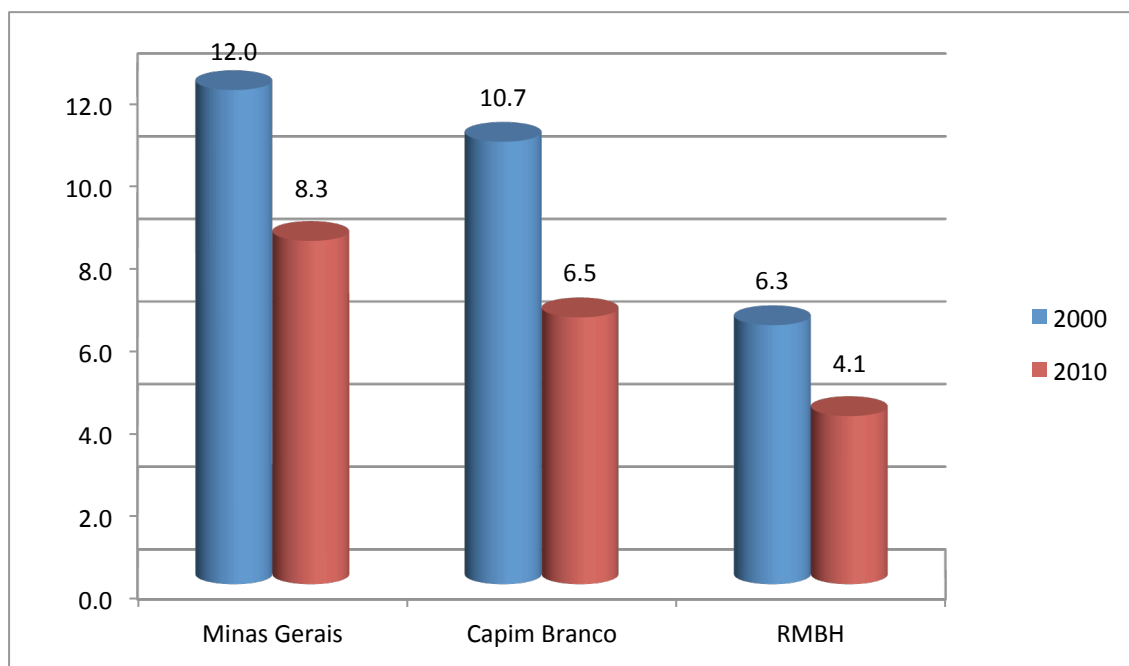
Considerando, entretanto, a série histórica do município, vê-se que ao longo de duas décadas houve melhorias significativas em todos os indicadores. Nesse sentido, a Esperança de vida da população capim-branquense ao nascer aumentou em 8,1 anos desde 1991, enquanto a mortalidade infantil diminuiu de 32,2 óbitos por mil nascidos vivos para 15 óbitos por mil nascidos vivos. Já a mortalidade até cinco anos de idade diminuiu de 42,3 óbitos por 1000 nascidos vivos para 17,5 óbitos por 1000 nascidos vivos.

3.2 Condições Sociais e Desenvolvimento Humano

Em linhas gerais, é possível afirmar que, nos últimos 20 anos, o município de Capim Branco, de maneira semelhante do que vem sendo verificado na RMBH e no Brasil como um todo, tem apresentado melhorias em seus indicadores sociais e de desenvolvimento humano. A seguir, serão apresentados alguns destes indicadores, de forma a permitir uma análise da situação do município e indicar o panorama social que aparece como pano de fundo para a revisão do Plano Diretor municipal.

No que é relativo aos indicadores educacionais, em primeiro lugar é fundamental destacar que a série histórica mostra um processo contínuo de redução do analfabetismo nos territórios analisados, conforme pode ser visto na Figura abaixo. Em 2010, vê-se que Capim Branco apresenta taxa de analfabetismo de 6,5% entre as pessoas de 15 anos ou mais, situação melhor do que a média mineira, mas pior do que a média da RMBH.

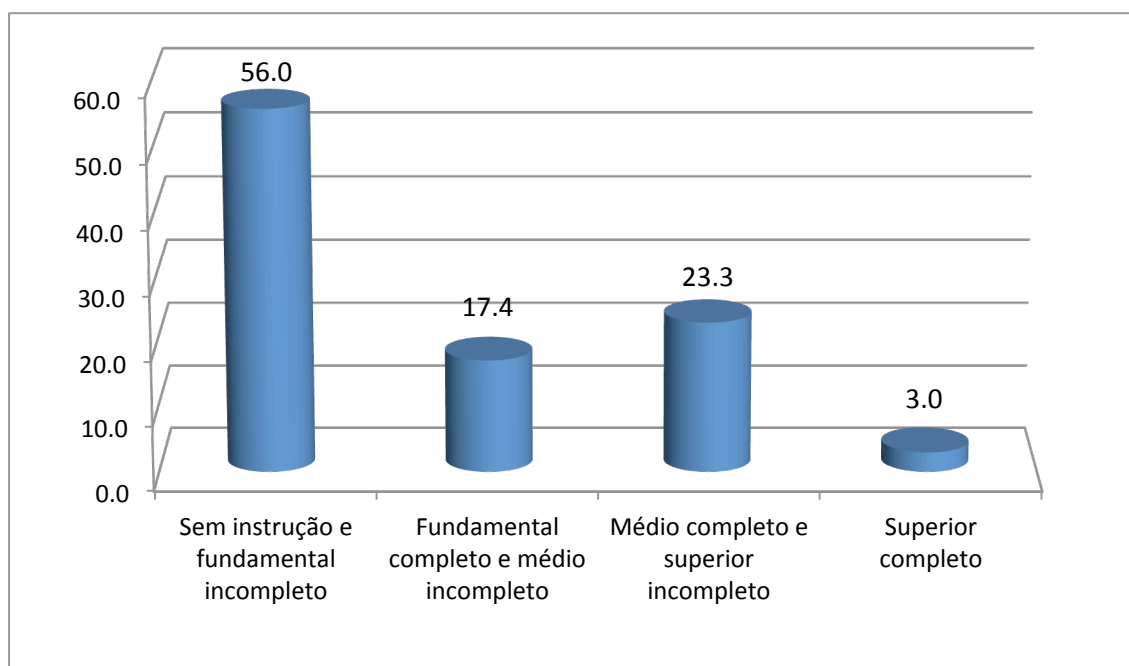
Figura 10: Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (%) – Capim Branco, 2000/2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

A Figura a seguir traz o nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade. Neste quesito vê-se que ainda são maioria no município aqueles se instrução, ou que possuem no máximo o ensino fundamental incompleto, mais de metade da população capim-branquense.

Figura 11: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução – Capim Branco, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Entretanto, tal situação encontra-se em processo de melhoria, conforme foi apontado pelo PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. De acordo com tal fonte, nos últimos anos tem havido gradativa expansão da escolaridade da população maior de 25 anos em Capim Branco, ampliando-se os percentuais de pessoas que conquistaram o ensino fundamental completo e mesmo o ensino médio no município.

Também tem se ampliado no município o percentual de crianças, adolescentes e jovens, nas diversas faixas etárias, que se encontram frequentando escola, como apresentado no Quadro abaixo. A única exceção é entre os maiores de 25 anos, onde houve ligeira redução no percentual de estudantes em Capim Branco no último ano analisado.

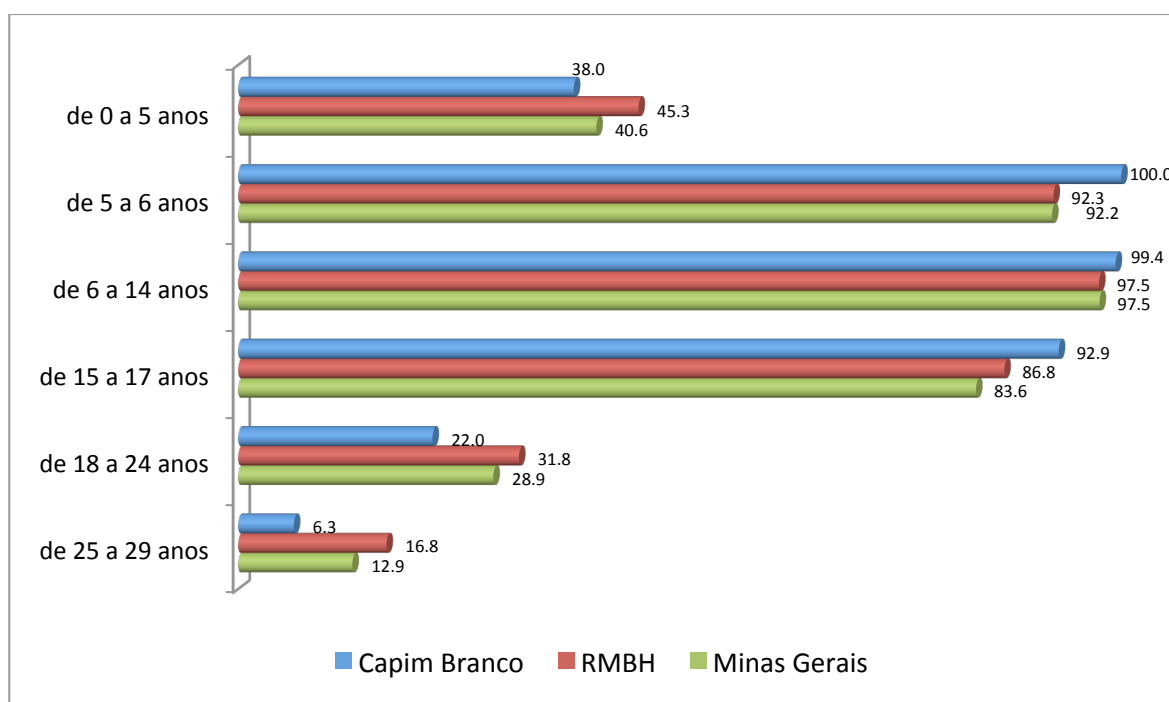
Quadro 2: Percentual de pessoas que frequentam a escola, segundo faixa etária (%) - Capim Branco – 2000/2010

ANO	DE 0 A 5 ANOS	DE 5 A 6 ANOS	DE 6 A 14 ANOS	DE 15 A 17 ANOS	DE 18 A 24 ANOS	DE 25 A 29 ANOS
2000	31,2	96,3	96,3	72,3	21,2	7,2
2010	38,0	100,0	99,4	92,9	22,0	6,3

FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Ao se comparar a realidade municipal com os âmbitos metropolitano e estadual vê-se que no ano 2010 Capim Branco tinha melhores índices de atendimento nas faixas etárias de 5 e 6 anos, 6 a 14 anos e 15 a 17 anos. Por outro lado, o atendimento na faixa abaixo de 5 anos (creche e pré-escola) e acima dos 18 anos (ensino médio e superior) apresentava defasagem em relação à RMBH e mesmo à média Mineira.

Figura 12: Frequência à escola, segundo faixa etária (%) - Capim Branco, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O quadro a seguir traz dados atualizados a respeito da evolução no número de matrículas no ensino infantil e fundamental no município, apontando crescimento nos últimos anos, especialmente no que é relativo às matrículas no ensino infantil (10,5% de acréscimo).

Quadro 3: Matrículas na rede municipal, segundo nível – 2012/2014

NÍVEL DE ENSINO	MATRÍCULAS 2012	MATRÍCULAS 2013	MATRÍCULAS 2014	CRESCIMENTO 2012/2014 (%)
Ensino Infantil	219	250	242	10,5
Ensino Fundamental	604	577	630	4,3
Total Geral	823	827	872	5,9

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2015

Finalizando a temática da educação e sua contribuição para o item condições de vida, apresenta-se a seguir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB para ensino fundamental – anos iniciais e anos finais. O IDEB é um indicador sintético que combina informações de desempenho na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb com informações sobre rendimento escolar (aprovação) ¹.

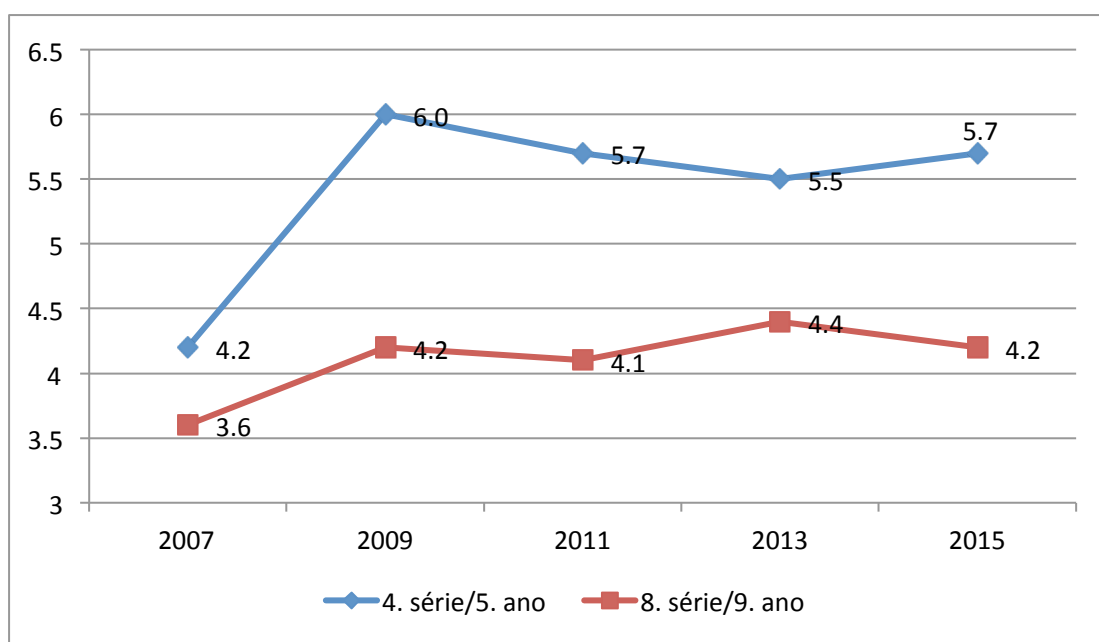
No caso de Capim Branco, apesar de apresentar oscilações ao longo dos anos, é possível afirmar que tem sido registrado crescimento em tal indicador, como pode ser visto na Figura abaixo, tanto no que se refere ao 5º quanto ao 9º ano da rede pública (estadual e municipal). Entretanto, mesmo em 2015 vê-se que em todos

¹ O IDEB varia numa escala de 0 a 10. O objetivo nacional, segundo o MEC, é que o Brasil conquiste 6 pontos no Ideb da primeira etapa do Ensino Fundamental até 2022. Essa nota é equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2005, primeiro dado disponível (e anterior à criação do Ideb, em 2007), a nota do Brasil para essa etapa do ensino era 3,8.

Processo de Revisão
planoDiretor

os casos o município está abaixo do IDEB do Estado, que registrou valores de 6,3 para o 5º. ano e 4,8 para o 9º.ano na mesma data. Vale ainda destacar que os dados de Capim Branco para o 5º ano em 2015 ainda estão abaixo da meta projetada, que era de 5,9.

Figura 13: Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB – Capim Branco, 2007/2015



FONTE: INEP, Prova Brasil, 2015.

As dificuldades encontradas no que se refere à educação no município refletem diretamente em seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, um dos índices mais completos utilizados para analisar a situação dos territórios.

Tal índice foi adaptado para os municípios a partir da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - ONU / PNUD para todos os países do mundo. Este índice - que varia entre 0 e 1, com melhor situação quanto mais próximo de 1 está

um território² - mede o grau de desenvolvimento humano de países, estados e municípios, a partir de três dimensões principais, apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 4: Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores

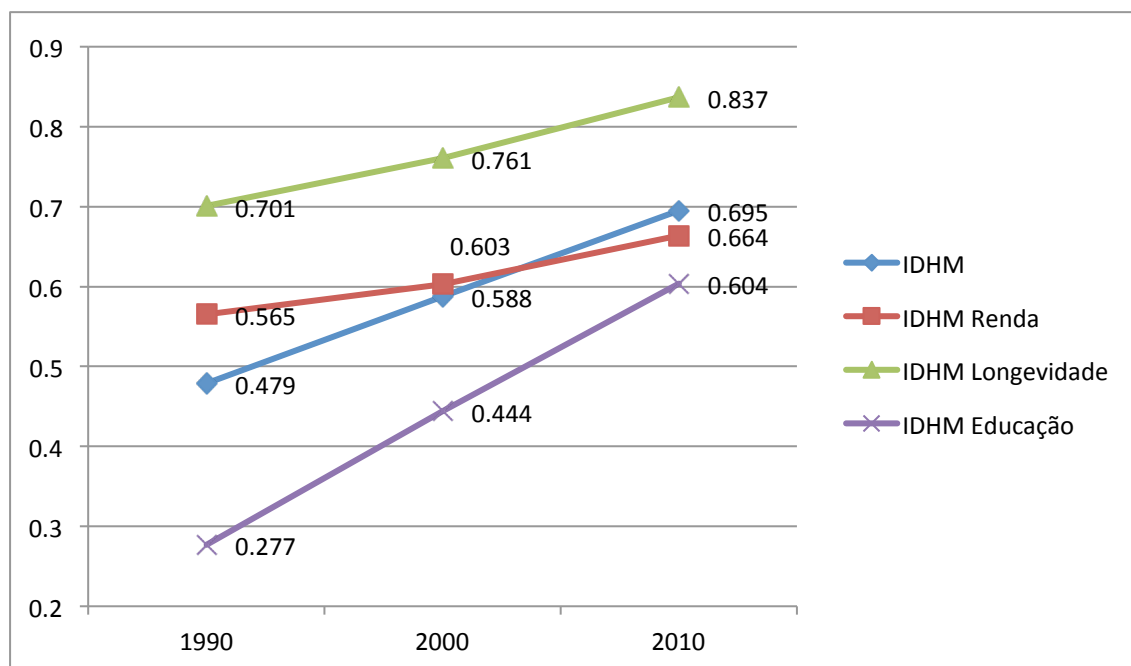
DIMENSÕES / EIXOS	PRINCIPAIS COMPONENTES / INDICADORES
Renda (padrão de vida)	Renda per capita da população
Educação (acesso ao conhecimento)	Escolaridade da população adulta Fluxo escolar da população jovem
Longevidade (vida longa e saudável)	Expectativa de vida ao nascer

FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

A Figura abaixo apresenta a evolução das três dimensões do IDHM em Capim Branco. Como é possível perceber, o município tem mostrado melhorias desde os anos de 1991 em todos os índices, chegando a 2010 com melhor situação da dimensão longevidade. A dimensão educação, apesar de ser a que mostra maior evolução relativa no período, ainda é a dimensão com pior pontuação em Capim Branco.

² IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano.

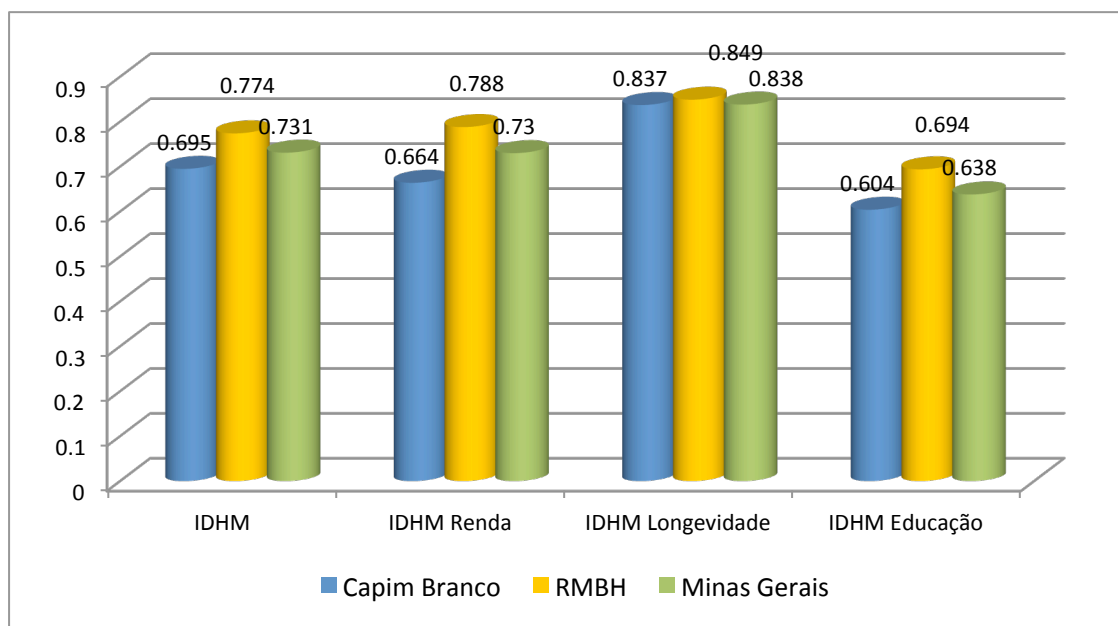
Figura 14: IDHM, segundo dimensões – Capim Branco, 1991/2010



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Por outro lado, ao se comparar a situação do município com a situação estadual e metropolitana (ver Figura que se segue), é possível antever que Capim Branco ainda apresenta pior situação que as outras duas unidades territoriais em todos os quesitos relacionados ao desenvolvimento humano, com especial destaque para a dimensão da educação.

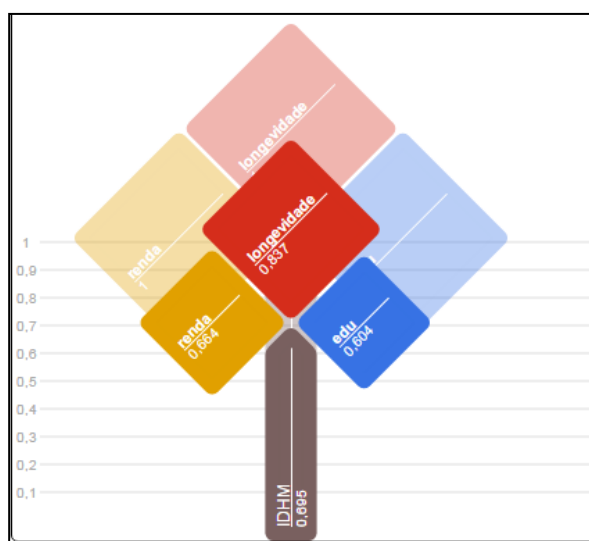
Figura 15: IDHM, segundo dimensões –2010



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Considerando seu IDHM, Capim Branco está inserido na faixa de Médio Desenvolvimento Humano e ocupa a 2.059ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul - SP) e o menor é 0,418 (Melgaço - PA). A árvore do IDHM mostra que o município ainda tem investimentos a fazer para alcançar a situação ideal.

Figura 16: Árvore do IDHM – Capim Branco, 2010



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

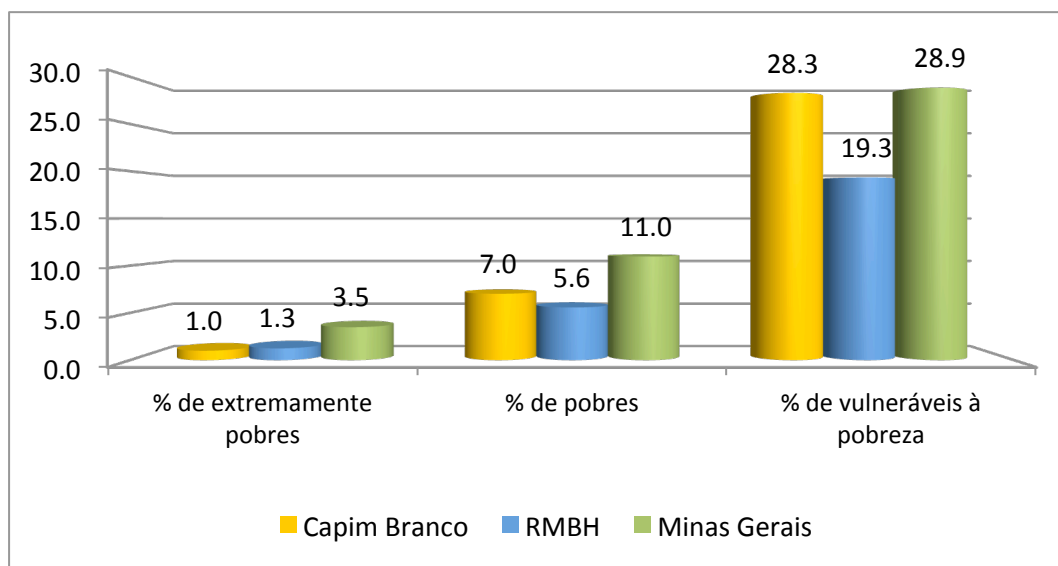
3.3 Vulnerabilidade Social

Um dos primeiros elementos a se avaliar para conhecer a situação de vulnerabilidade das famílias capim-branquenses diz respeito aos rendimentos e à pobreza³. Em tal quesito, o município viu sua situação melhorar nos últimos anos, com a redução significativa do percentual de pessoas extremamente pobres (de 2,6% em 2000 para 1% em 2010); pobres (de 21,1% para 7,0% no mesmo período) e vulneráveis à pobreza (de 53,2% em 2000 para 28,3% em 2010).

A Figura seguinte traz a tais percentuais no município, no ano de 2010, em comparação com a Região Metropolitana de Belo Horizonte e com a média de Minas Gerais. Como se vê, a situação de Capim Branco é mais favorável que a média estadual, mas encontra-se em posição mais precária que a média metropolitana, especialmente no que se refere ao percentual de vulneráveis à pobreza.

³ De acordo com os critérios adotados pelo Governo Brasileiro, são consideradas extremamente pobres as famílias que têm renda per capita familiar abaixo de R\$ 85 mensais (valores atualizados para 2017); pobres são as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; e vulneráveis à pobreza as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo.

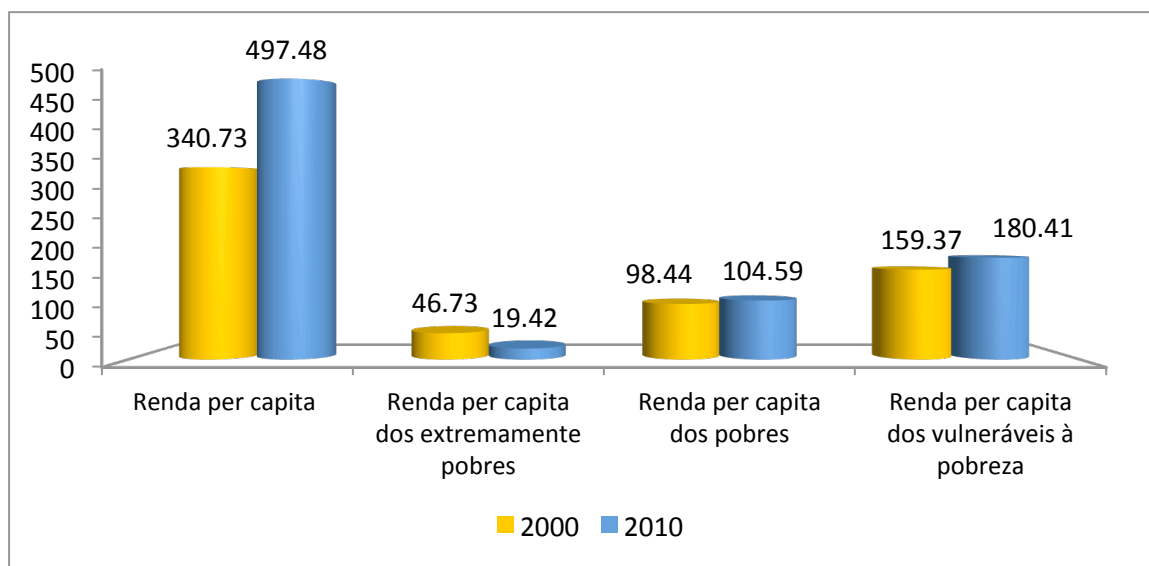
Figura 17: População segundo situação de pobreza (%) – Capim Branco, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

A renda domiciliar per capita média em Capim Branco vem mostrando evolução na última década, mas ao se analisar as populações vulneráveis é possível perceber que a precariedade de renda vem se mantendo, bem como as desigualdades internas na distribuição dos rendimentos. Em 2010, a renda per capita era de R\$ 497,48 na média do município, enquanto a dos extremamente pobres era de R\$ 19,42; a dos pobres era de R\$ 104,59 e a dos vulneráveis à pobreza era de R\$ 180,41.

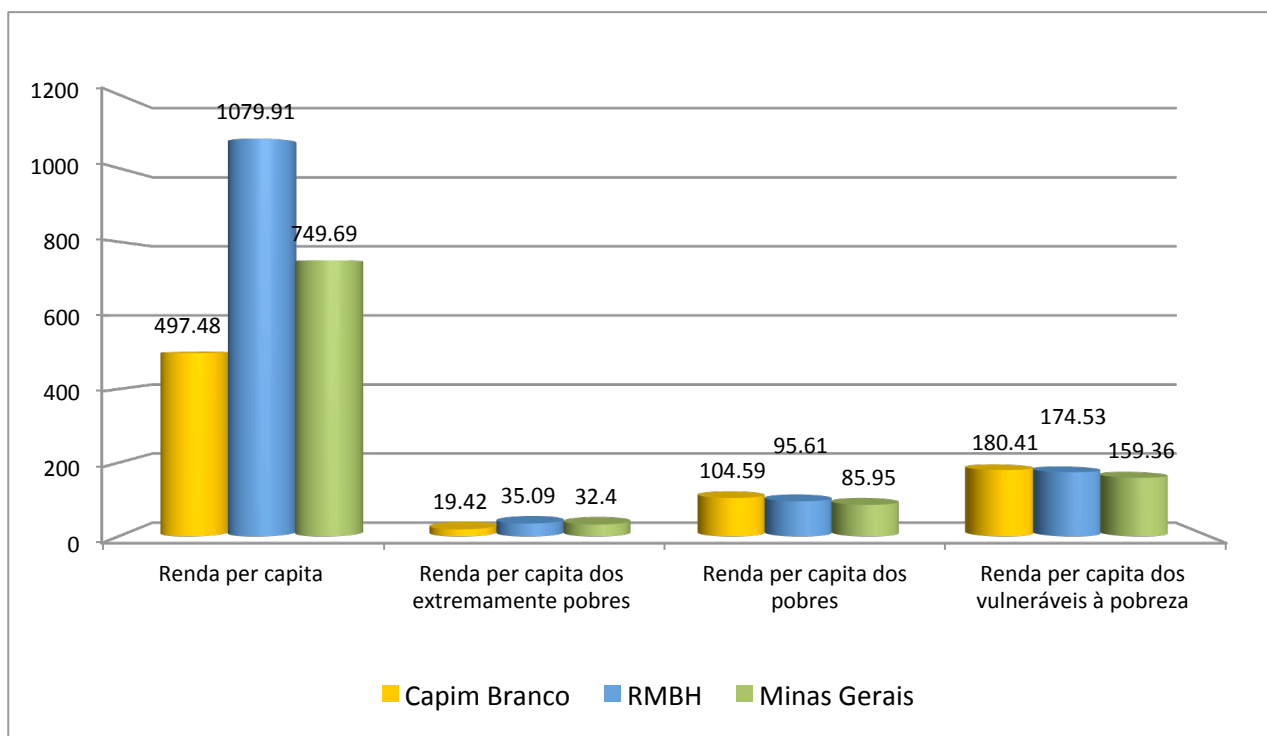
Figura 18: Renda per capita média (em R\$) – Capim Branco, 2000/2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Por outro lado, em comparação com o Estado e a Região Metropolitana, vê-se que Capim Branco apresenta pior renda per capita média e entre os extremamente pobres, mas melhor situação entre os considerados pobres e vulneráveis à pobreza, como pode ser visto na Figura abaixo.

Figura 19: Renda per capita média (R\$) – Capim Branco, 2010

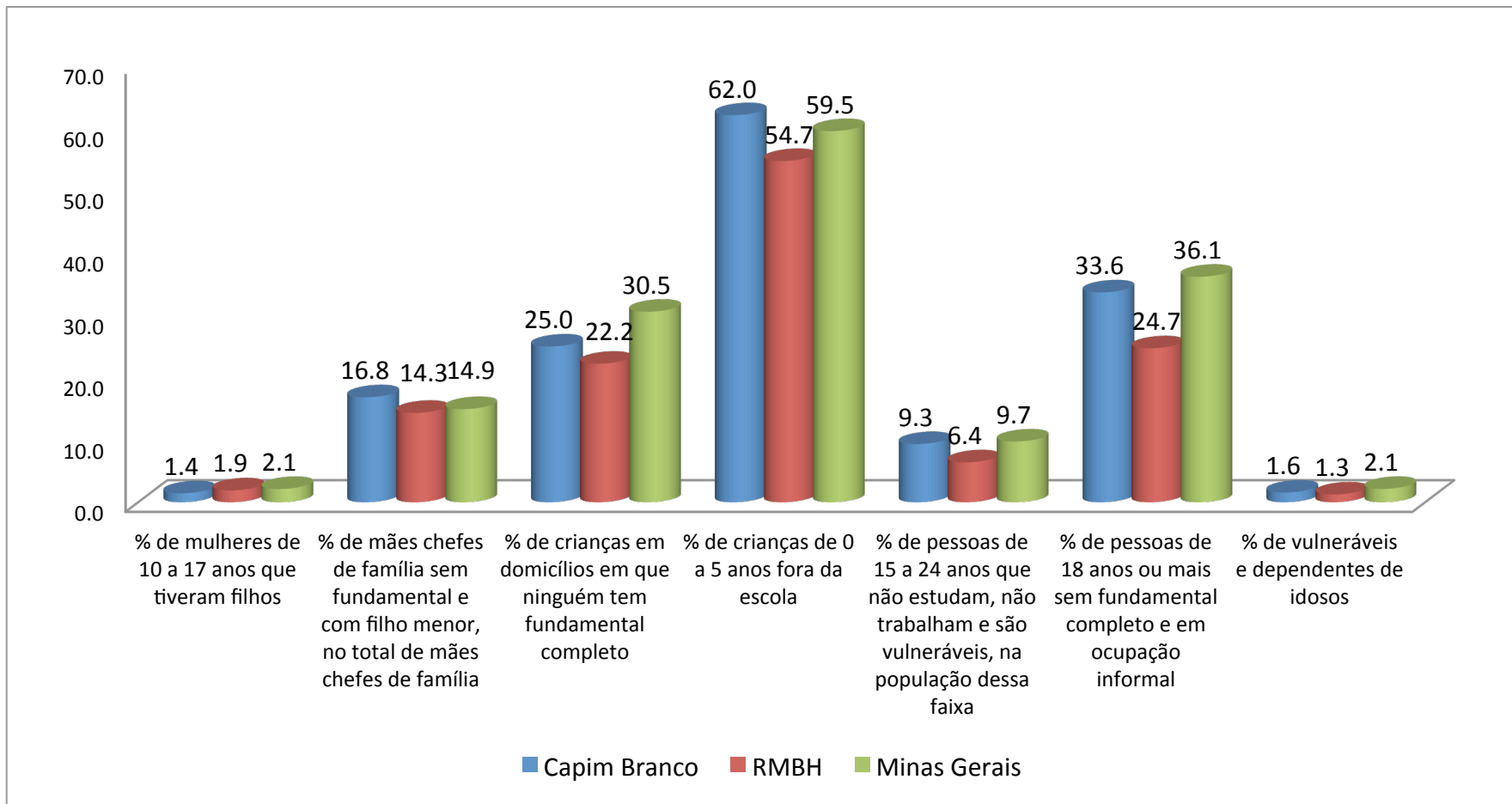


FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Outras características importantes devem ser destacadas quando se avalia a vulnerabilidade das famílias, conforme apresentados na Figura que se segue.

Entre outros elementos importantes, chama a atenção o percentual de 33,6% de pessoas de 18 anos ou mais que não possuem o ensino fundamental completo e que se encontravam em ocupação informal à época do Censo. Em praticamente todos os itens avaliados Capim Branco estava em pior situação que a média metropolitana e em alguns deles mesmo que a média Mineira.

Figura 20: Vulnerabilidades associadas (%) – Capim Branco, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010

Todos os indicadores acima mencionados, além de outros apresentados ao longo do diagnóstico, podem ser consolidados no chamado Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. Este é um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, que mede, para além da insuficiência de renda, indicadores de exclusão social, pobreza multidimensional e vulnerabilidade social. O valor do IVS varia entre 0 e 1, sendo maior a vulnerabilidade quanto mais próximo de 1 estiver a situação do indicador⁴. Foi elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, sobre dados do Censo 2010 e é considerado um parâmetro importante e válido para todos os municípios brasileiros.

O Quadro abaixo traz suas principais dimensões de análise e indicadores componentes.

Quadro 5: Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes

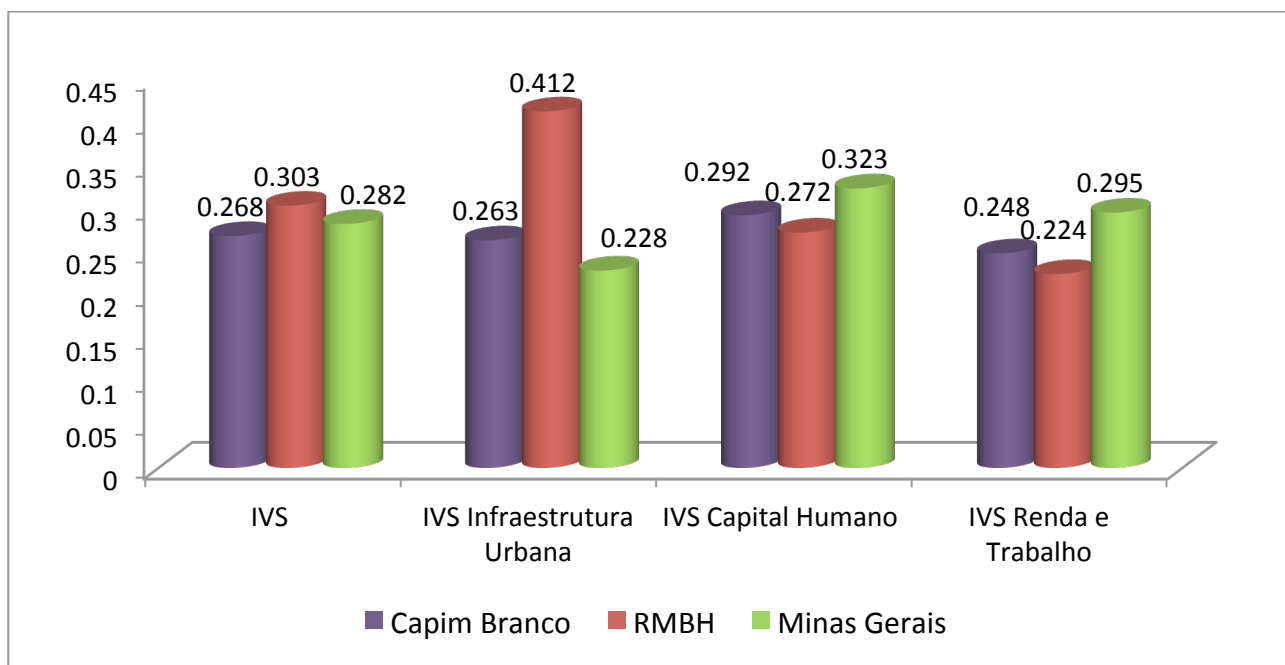
DIMENSÕES / EIXOS	PRINCIPAIS COMPONENTES / INDICADORES
Infraestrutura Urbana	Abastecimento de água Esgotamento sanitário Coleta de lixo Tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda
Capital Humano	Mortalidade infantil Crianças e jovens fora da escola Mães precoces Mães chefes de família com baixa escolaridade Baixa escolaridade entre os adultos Presença de jovens que não trabalham e não estudam
Renda e Trabalho	Renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo Insegurança de renda: desocupação de adultos; ocupação informal de adultos pouco escolarizados; dependência com relação à renda de

⁴ Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.

A Figura a seguir traz o IVS segundo dimensões, comparando-se Capim Branco com a média da RMBH e do Estado. Como se vê, o município está inserido na categoria de baixa vulnerabilidade social, sendo sua pior situação encontrada no que é relativo ao capital humano e a melhor no que é relativo à renda e trabalho.

Figura 21: Comparativo IVS, segundo dimensões - 2010



FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.

A partir de tal resultado, o IPEA criou o indicador de Prosperidade Social, que é uma análise conjunta entre o Desenvolvimento Humano e a Vulnerabilidade Social. Nos locais onde se encontra alto Desenvolvimento Humano e baixa Vulnerabilidade Social, é possível afirmar que nesse território ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera, assentada em bases sociais mais sólidas e onde há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das “condições de vida no meio social”.

No caso de Capim Branco, que apresenta o IDHM de 0,695 (médio) e o IVS 0,268 (baixo), chegando a um patamar de Prosperidade Social Alta, conforme indicativo de cálculo a seguir:






Capim Branco

$$\begin{array}{c} \text{IDHM} \\ \boxed{0.695} \end{array} \times \begin{array}{c} \text{IVS} \\ \boxed{0.268} \end{array} = \begin{array}{c} \text{Prosperidade Social} \\ \boxed{\text{Alta}} \end{array}$$

Ao se analisar a situação dos municípios brasileiros em geral, vê-se na Figura abaixo que em 2010 havia um total de 884 municípios na faixa de Prosperidade Social alta, dos quais 641 em situação semelhante à de Capim Branco.

Figura 22: Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010

		IDHM		
		<i>Baixo/muito baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto/muito alto</i>
IVS	<i>Baixo/muito baixo</i>	0	641	1685
	<i>Médio</i>	97	918	243
	<i>Alto/muito alto</i>	1302	674	5

Prosperidade Social	2000		2010	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
 Muito alta	103	2	1685	30
 Alta	509	9	884	16
 Média	835	15	923	17
 Baixa	703	13	771	14
 Muito baixa	3415	61	1302	23

Elaboração dos autores

Fonte: IPEA, Atlas da vulnerabilidade social.

3.3.1 Cadastro Único, Bolsa Família e Transferência de Renda

Buscando superar a extrema pobreza no país, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria, tendo como público prioritário as pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 85 por pessoa (valor atualizado para 2017). As famílias em tal situação devem ser cadastradas pelas administrações municipais no chamado CADÚNICO, a partir do qual são acompanhadas e recebem benefícios diversos e têm acesso a serviços socioassistenciais e de formação profissional e geração de trabalho e renda.

Serão apresentadas a seguir as principais informações relativas ao município de Capim Branco, segundo os boletins "O Brasil sem miséria no seu município" (maio de 2016) e "Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município" (março de 2017).

De acordo com os registros de fevereiro de 2016 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2016 do Programa Bolsa Família, o município tinha:

- 744 famílias registradas no Cadastro Único
- 303 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (11,3 % da população do município)

Já os dados para 2017 apontam que há 326 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que equivalem a aproximadamente 9,5% da população total do

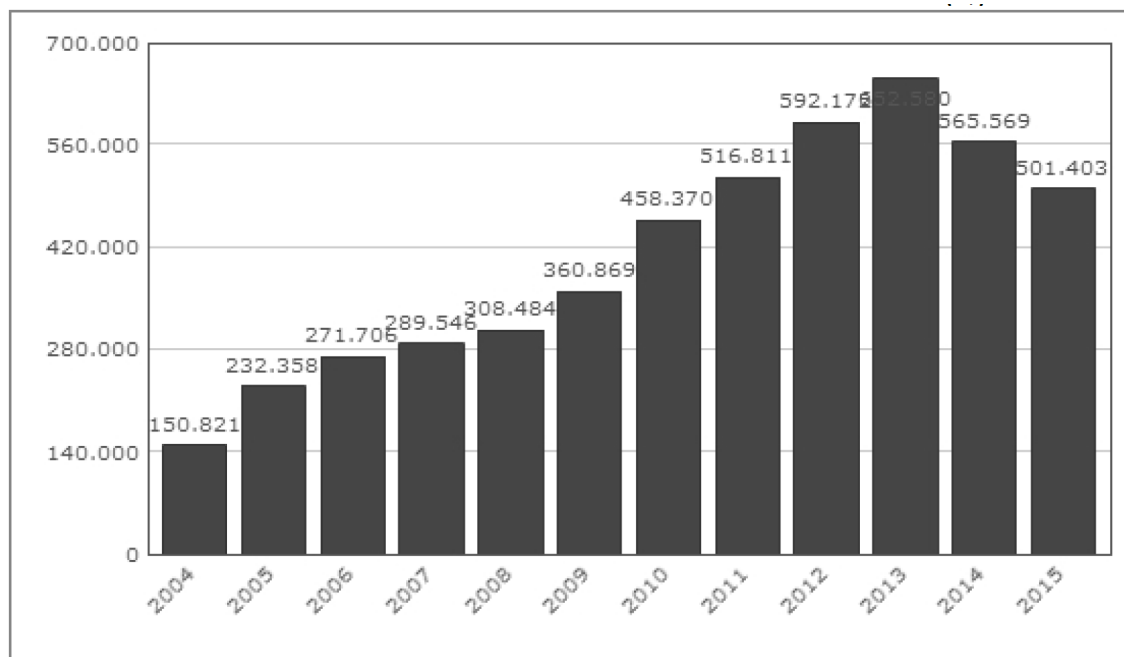
Processo de Revisão
planoDiretor

município. O relatório Bolsa Família e Cadastro Único no Seu Município aponta que

a cobertura do programa é de 37,9% em relação à estimativa de pobreza do município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município está abaixo da meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. A gestão também deve atentar para a manutenção da atualização cadastra dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido (MDSA, 2017, p.1).

A Figura abaixo mostra a evolução dos valores repassados pelo PBF em Capim Branco entre 2004 e 2015.

Figura 23: Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família (R\$) – Capim Branco 2004 / 2015



FONTE: CECAD MDS, 2016.

Processo de Revisão
planoDiretor

Os valores mais atualizados (repasse mensais) estão expressos no Quadro a seguir, chegando a fevereiro de 2017 com R\$ 45.924,00 transferidos às famílias do Programa, com benefício médio de R\$ 140,87 por família.

**Figura 24: Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família (R\$) – Capim Branco
março 2016 / fevereiro 2017**

Mês	Qtd famílias	Valor
fevereiro de 2017	326	R\$ 45.924,00
janeiro de 2017	312	R\$ 43.205,00
dezembro de 2016	322	R\$ 45.236,00
novembro de 2016	329	R\$ 49.419,00
outubro de 2016	333	R\$ 49.484,00
setembro de 2016	319	R\$ 47.598,00
agosto de 2016	322	R\$ 49.279,00
julho de 2016	313	R\$ 48.014,00
junho de 2016	308	R\$ 41.550,00
maio de 2016	295	R\$ 40.402,00
abril de 2016	303	R\$ 41.644,00
março de 2016	302	R\$ 41.291,00

Fonte: MDSA, Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, março de 2017

Por fim, vale destacar que Capim Branco tem cumprido satisfatoriamente o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família que são ligadas à saúde e à educação. As principais condicionalidades para recebimento do benefício são: crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura; gestantes precisam fazer o pré-natal; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês; e jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Conforme constante no Relatório do Programa Bolsa Família, em Capim Branco 434 crianças e jovens de 6 a 17 anos precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas 427. Portanto, 98,39% das crianças e jovens de 6 a 17 anos atendidas pelo Programa tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período. A média nacional é de 92,57% de acompanhamento na educação. O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar acima da média nacional.

Na área da Saúde, 274 famílias foram acompanhadas no último semestre. As famílias que devem ser acompanhadas na saúde são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 235 famílias, o que corresponde a um acompanhamento de 85,8%. A média nacional de acompanhamento na saúde é de 78,3%.

3.4 Organização Social e Associativismo

Apresenta-se a seguir informações preliminares a respeito da organização social em Capim Branco, considerando-se os seguintes aspectos:

- Entidades, associações, ONGs e fundações ativas no município, nas mais diversas áreas de atuação;
- Conselhos de políticas públicas e controle social.

Considera-se que tais informações são primordiais no processo de revisão do Plano Diretor, pois é através do conhecimento e fortalecimento do capital social de um município que se consegue ampliar os processos de participação e efetiva influência da população na tomada de decisões relativas a seu território.

Durante os trabalhos de campo realizados pela equipe Lumes no projeto do Macrozoneamento metropolitano (2015) foram identificadas uma série de entidades e instituições no município, algumas das quais se encontram desativadas atualmente. Em 2017, durante a revisão do Plano Diretor, foram

checadas e complementadas as informações, em parceria com os membros do Grupo de Acompanhamento de Capim Branco.

Apresenta-se a seguir a listagem de tais organizações e projetos (em ordem alfabética), cujas informações serão detalhadas na próxima etapa do trabalho:

- Alcoólicos Anônimos
- ALIRF - Associação Lar dos Idosos Recanto Feliz
- AMOVÁRZEAS - Associação de Moradores dos bairros Várzea do Solar I e II
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- APAMI - Associação de Proteção a Maternidade e Infância
- ASCOCAB - Ação Social Comunitária de Capim Branco
- ASCOCIN - Associação de Moradores do Bairro Cidade Nova
- ASCOJAP - Associação Comunitária do Bairro Jardim das Palmeiras
- Associação dos artesões de Capim Branco - CBARTE
- Associação dos Moradores do Povoado de Peri - Peri
- Associação Francisco Mendes (Várzea de Santo Antônio)
- Associação Jurandir Mendes
- Associações de Futebol
- Clube do carro antigo
- Comunidade Terapêutica Adonai
- Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição
- Curato Nossa Senhora da Conceição
- Folha de Capim
- Grupo de Reflexão (oito subgrupos)
- Instituto Social e Desportivo RESGATE
- Pastoral da Criança
- Projeto (Jardim Planalto)
- SEMAN - Sociedade Espírita Maria Nunes (Herbarium "Franz Mesme")
- Sopão

O próximo Quadro, por sua vez, apresenta os Conselhos de Políticas públicas previstos em Capim Branco e suas respectivas legislações de criação. Vale destacar que a grande maioria encontra-se com as atividades paralisadas, ou não foi ainda efetivamente instituído e/ou empossado.

Quadro 6: Conselhos de políticas públicas e legislação de criação – Capim Branco

CONSELHO	TEMA CENTRAL	LEGISLAÇÃO QUE PREVÊ	LEGISLAÇÃO QUE INSTITUI
Conselho da Cidade	Planejamento Urbano	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	Inexistente
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CODEMA	Meio Ambiente	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	Lei nº 765/1996
Conselho Municipal do Turismo	Cultura	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	Lei nº 1.153/2009
Conselho Municipal de Educação	Educação	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	
Conselho Municipal de Saúde	Saúde	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Assistência Social	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	
Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência Social	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	
Conselho Municipal de Cultura e Preservação do	Cultura	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014	

CONSELHO	TEMA CENTRAL	LEGISLAÇÃO QUE PREVÊ	LEGISLAÇÃO QUE INSTITUI
Patrimônio		e pela Lei nº 1.321/2014	
Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP	Segurança Pública	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	
Conselho Municipal de Turismo – COMTUR	Cultura	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	
Conselho Municipal de Segurança Alimentar	Agricultura	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Agricultura	Lei nº 1.078/2006, revisada pela Lei nº 1.179/2009, pela Lei nº 1.242/2012, pela Lei nº 1.314/2014 e pela Lei nº 1.321/2014	

FONTE: Prefeitura Municipal e pesquisa de campo, equipe UFMG, 2017.

Segundo informações repassadas pelo Grupo de Acompanhamento, os conselhos atualmente existentes são:

- Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEP
- Conselho Municipal da Saúde
- Conselho Municipal de Assistência Social
- Conselho Municipal de Esporte
- Conselho Municipal do Fundo de Manutenção da Educação Básica – FUNDEB
- Conselho Municipal do Patrimônio Cultural
- Conselho Tutelar

4 CULTURA E PATRIMÔNIO

4.1 Patrimônio Cultural

No levantamento de informações para o Produto 4 foram utilizadas fontes de dados disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, Fundação João Pinheiro e pelos municípios. Esses dados correspondem aos bens culturais materiais e imateriais protegidos por tombamento nas escalas federal, estadual e municipal. Este levantamento será importante para se constituir na leitura imediata do patrimônio cultural protegido em cada Município.

Os dados relativos ao ICMS Patrimônio Cultural serão importantes, pois atendem a uma base de avaliação baseada em uma pontuação que qualifica o patrimônio cultural de cada Município de acordo com a constituição legal da política cultural local, da educação patrimonial, do inventário de bens, do tombamento e das áreas de proteção. Serão também levantadas em escala municipal as legislações pertinentes ao Patrimônio Cultural em vigor nos municípios, cujo conteúdo específico retrata o que foi institucionalizado. Com propósito similar serão identificados os fundos pertinentes à área de proteção do patrimônio cultural nos municípios.

As zonas específicas de proteção cultural, instituídas pela legislação vigente, foram também pesquisadas no âmbito do presente relatório.

4.1.1 Bens Protegidos

No que tange os bens protegidos no município de Capim Branco, estes são divididos, de acordo com a classificação do IEPHA/MG, em categorias de proteção, a saber:

- NH: Núcleos Históricos, Centros Históricos;

- CP: Conjuntos Paisagísticos Urbanos e Naturais;
- BI: Bens Imóveis - Estruturas Arquitetônicas isoladas;
- BM: Bens Móveis / Bens Móveis Integrados;
- RI: Registro Imaterial.

O dado mostra a relação de bens apresentados ao IEPHA-MG para o ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017. O Município encaminha para o instituto os dados pertinentes ou requeridos relativos ao seu patrimônio cultural e o instituto atualiza a listagem anualmente. O dado é importante por apresentar a categoria, o institucionalização legal (quando disponível) e o nível de proteção (federal, estadual ou municipal), além de se constituir em um dado atualizado dos bens protegidos.

Quadro 7: Bens Protegidos do município de Capim Branco, 2017

Município	N Decreto de Tombamento ou Registro	Denominação do Bem Cultural Tombado ou Edificado	Nível de Proteção	Categoria
Capim Branco	D.1663/2009	Casarão Inhô Cachimbo	Municipal	BI
Capim Branco	D.1.712/2011	Coroações do mês de Maio (celebração)	Municipal	RI
Capim Branco	D.1661/2009	Cruzeiro do Barão	Municipal	BI
Capim Branco	D.1662/2009	Sede da Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição de Capim Branco	Municipal	BI

Fonte: IEPHA-MG - DIRETORIA DE PROMOÇÃO DO IEPHA/MG - Gerência de Cooperação Municipal - Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 – exercício 2017

4.1.2 ICMS Patrimônio Cultural – Pontuação

A base para a pontuação tem levado em consideração os seguintes itens:

- Política cultural local - PCL;
- Educação patrimonial;
- Inventário de proteção do acervo cultural – planejamento e ações;
- Tombamento
- Ações de proteção.

A partir dessa base de pontuação foi estabelecida a forma de cálculo do pontuação do ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL instituída com base na Lei Estadual nº 13.803/2000 e na Deliberação Normativa nº 01/2005 do Conselho Curador do IEPHA/MG para o exercício de 2008. Quanto maior a pontuação maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. A seguir tem-se a pontuação alcançada pelo município de Capim Branco em três exercícios, a saber:

Quadro 8: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural

MUNICÍPIO	ICMS EXERCÍCIO 2017	ICMS EXERCÍCIO 2015	ICMS EXERCÍCIO 2013
Capim Branco	7,90	7,46	8,70

Fonte: IEPHA/MG - 2017

O aumento ou diminuição da pontuação se refletirá diretamente nos repasses de ICMS, pois quanto maior a pontuação, maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. O município de Capim Branco manteve uma média de pontuação nesses três exercícios, embora a mesma tenha sido maior em 2013. Estas pontuações garantem o repasse de valores conforme é possível visualizar nos quadros a seguir.

4.1.3 ICMS Patrimônio Cultural – Repasse

Em 2002, primeiro ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o município de Capim Branco não figurava na lista de repasse de verbas.

Quadro 9: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FJP/CEPP 2002

Em 2012, o município já recebia os repasses de acordo com a pontuação para a obtenção dos recursos:

Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
7.075,75	6.560,75	6.772,69	6.756,46	7.013,19	7.090,03	7.457,37	7.212,74	7.504,85	7.572,60	7.509,31	8.395,87	86.921,61

Fonte: FJP/CEPP 2012

Em 2016, o Município continuou recebendo os repasses de acordo com a pontuação para a obtenção dos recursos, tendo sido observado um acréscimo relativamente pequeno no montante obtido.

Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
7.607,71	6.625,77	7.363,43	7.386,24	7.569,37	7.383,09	7.497,61	7.676,66	7.765,04	7.747,79	7.952,58	8.112,94	90.688,23

Tal situação apontaria para um avanço em relação à apresentação da base documental necessária à obtenção da pontuação e seu consequente acesso a recursos públicos. É importante ressaltar que os critérios de pontuação no ICMS - Patrimônio Cultural levam em consideração aspectos como a composição da Política Cultural Local e a capacitação de técnicos municipais ligados à área.

4.1.4 Existência de inventário municipal de bens culturais

O Inventário de bens relativos ao Patrimônio Cultural Municipal é importante para a identificação, registro, e controle do acervo cultural, pois nele estão contidas todas informações as informações necessárias sobre os bens culturais e suas características. Existe um padrão definido pelo IEPHA-MG para a realização do Inventário de bens, determinando a sua forma e conteúdo, sendo também importante sua realização para a pontuação no ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL, fonte onde foi extraída a verificação de sua realização. Essa informação é relevante, pois a realização do inventário pelo Município, contribui para o acervo de informações e mapeamento cultural na realização da revisão do Plano Diretor Local pois revela informações mais abrangentes sobre os bens protegidos.

O município de Capim Branco apresentou o inventário dos bens protegidos ao IEPHA/MG em 2016. O inventário é um documento que fica sob domínio da Prefeitura Municipal e é encaminhado para o IEPHA/MG. Através da lista de documentos recebidos pelo IEPHA/MG no exercício de 2017, disponível em seu website, é possível verificar se o inventário foi entregue. Não é possível acessá-lo virtualmente.

4.1.5 Existência de legislação municipal de proteção do patrimônio cultural

O município de Capim Branco possui as seguintes legislações voltadas à proteção do patrimônio:

- Lei nº 1.066/2006, que estabeleceu as normas de proteção do Patrimônio Cultural do Município de Capim Branco.
- Decreto Nº1834/2014, que efetuou o TOMBAMENTO DO “CRUZEIRO DA ESTRADA DE BOA VISTA”.

Cabe destacar que o tombamento do “CRUZEIRO DA ESTRADA DE BOA VISTA” não figura na lista de bens protegidos utilizada como base para a captação de recursos do ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL do ano de 2016 (apresentada no item Bens Protegidos). Isso pode denotar falha na inclusão desse Bem Tombado nos documentos requeridos para o recebimento do recurso.

4.1.6 Existência de fundo municipal de patrimônio cultural

O fundo municipal de Capim Branco está contemplado em Capim Branco nas seguintes legislações:

- Lei Nº 1152, DE 04 de Março de 2009 que instituiu o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural;
- Decretos Nº 1814/2013 e Decreto Nº1854/2014 que regulamentam a lei acima referida.

A regulamentação do Fundo é importante para a estruturação da política cultural local e para garantir o repasse de verbas federais e estaduais para ações de interesse municipal em relação ao Patrimônio Cultural.

4.1.7 Existência de zonas de proteção cultural no Plano Diretor

A existência de zonas de proteção cultural está prevista na Lei N° 1.078/2006, que instituiu o Plano Diretor Participativo do Município de Capim Branco. Nessas zonas são destacadas áreas passíveis de aplicação de normas específicas de uso e ocupação do solo, parâmetros urbanísticos, dentre outros instrumentos relacionados à Proteção ao Patrimônio Cultural.

Figura 25 : Zona Especial de Proteção Histórica – ZEPH - Capim Branco



Fonte: Plano Diretor Municipal – Elaboração: Equipe UFMG.

Dentre as diretrizes constantes no Plano Diretor, referentes à proteção da memória e do Patrimônio Cultural do Município de Capim Branco, destacam-se as demandas por priorizar a preservação de conjuntos arquitetônicos rurais e edificações isoladas da sede, dos distritos e dos povoados, especialmente no Bairro de Peri-Peri, destacado acima.

4.2 Política cultural e diversidade

O item relativo à Política Cultural e à Diversidade no município de Capim Branco tem como objetivos principais agregar informações fundamentais ao processo de revisão do Plano Diretor, em especial no que se refere às manifestações culturais do território, bem como sobre a institucionalidade e instrumentos da política pública voltada para o setor.

Além de sua importância como política setorial no contexto municipal e regional, entende-se aqui que a cultura - e os elementos identitários, simbólicos, econômicos, sociais e humanos que a compõem – é constituinte de todo o processo de desenvolvimento humano e social de um determinado território. Esta visão está consubstanciada não apenas nas atuais concepções do Sistema Nacional de Cultura, mas também na visão da cultura como fator de desenvolvimento humano, seguindo as orientações da ONU/UNESCO.

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, foi implementada a partir de 2003, com a implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, objetivando articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas.

Considerando as diretrizes do sistema nacional, apresentam-se, a seguir, informações sobre a política cultural e a diversidade no município de Capim Branco.

4.2.1 Institucionalidade e política cultural

O município de Capim Branco não conta com órgão exclusivo para gestão da política pública de cultura, sendo tal responsabilidade assumida pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS⁵, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar a política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Além disso, realça que dentro da configuração do Sistema Nacional de Cultura⁶, entende-se que o município ainda não cumpriu plenamente suas obrigações no que é relativo à política cultural.

De acordo com informações do Ministério da Cultura, Capim Branco aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, através do Acordo de Cooperação Federativa nº 01400.033474/2011-59, assinado em 01/03/2013. Entretanto, parece que em âmbito municipal o Sistema Municipal de Cultura ainda não foi implantado e tampouco foi elaborado seu Plano Municipal de Cultura.

De acordo com dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014⁷, realizada pelo IBGE, as principais

⁵ O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

⁶ Onde cabe ao município implantar o seu Sistema Municipal, ao qual compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura, previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

⁷ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de

ações e projetos em desenvolvimento pelo poder público municipal na área da cultura em Capim Branco são: realização de festivais ou mostras de cinema/vídeo, bem como atividades cineclubistas; promoção e fomento a iniciativas relacionadas às culturas populares; desenvolvimento de programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização de museu e teatro; apoio financeiro para realização de Seminários /Congresso/Palestra, apresentação musical, desfile de carnaval, montagem de peças teatrais, eventos, festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares.

Segundo apurado, tais ações são realizadas basicamente com recursos próprios do orçamento municipal ou obtidos em parceria com o Governo Estadual.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil na política cultural, os dois conselhos anteriormente existentes no município – Conselho de Cultura, criado em 2004 e Conselho de Patrimônio, criado em 2009 – atualmente foram fundidos no Conselho Municipal de Cultura e Preservação do Patrimônio, regido pelas seguintes legislações: Lei n 1.078/2006, revisada pela Lei n 1.179/2009, pela Lei n 1.242/2012, pela Lei n 1.314/2014 e pela Lei n 1.321/2014.

Em 2011 o município realizou a primeira Conferência Municipal de Cultura. O município também já participou de conferências estaduais e nacionais de cultura (segundo dados do Ministério da Cultura Capim Branco enviou representantes apenas para a terceira Conferência Nacional de Cultura).

A estrutura cultural do município se expressa também pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

A cidade dispõe de poucos espaços para difusão e fruição de manifestações artísticas e culturais. Entretanto, estes são importantes referências espaciais e se consolidaram como pontos de sociabilidade da comunidade, para encontros, recreação, atividades de lazer, eventos e realização de atividades culturais diversificadas.

São eles:

- Auditório Municipal José Teodoro Flores, espaço multiuso situado à Rua Antônio Dias Magalhães, nº50, Centro;
- Biblioteca pública Municipal Francisco Mendes, situada à Rua Mero Nascimento, 47, no bairro Peri-Peri;
- Museu Histórico de Capim Branco, à Rua Silvério José da Silva, nº95, Centro. Edificação mais antiga da cidade e patrimônio tombado, no Museu é realizado o atendimento ao turista, venda de artesanato local, visitação e ponto de difusão de conhecimento para escolas, além da oferta de programação cultural periódica.

A praça da Igreja Matriz também é um ponto de encontro e socialização da comunidade capim-branquense. Pela falta de espaços específicos para apresentações artísticas, como sala de espetáculo ou cinema, as manifestações culturais do município, em sua maioria de cunho popular, se desenvolvem em praças e demais logradouros públicos.

4.2.2 Diversidade cultural

As informações disponíveis para Capim Branco na MUNIC 2014 apontam a presença de uma série de atividades artísticas e culturais no município, nas áreas do teatro, culturas populares, música - incluindo coral, orquestra, banda e outros grupos -, dança, literatura, capoeira, artes plásticas e visuais, blocos carnavalescos e escolas de samba, gastronomia, entre outros. Pode-se afirmar

que tal fonte aponta, portanto, significativa diversidade cultural no território capim-branquense.

Também foram relatadas atividades artesanais, principalmente nas áreas do bordado e trabalhos em barro e madeira. Importante nesse sentido é a já mencionada Associação dos artesões de Capim Branco – CBARTE, que também é a responsável pela realização da Feira de artesanato e gastronomia que acontece periodicamente em frente ao Museu.

Nos levantamentos de campo realizados pela equipe LUMEs em 2014 foram mencionados alguns grupos culturais em atividade, cuja permanência deverá ser checada e atualizada na próxima etapa do trabalho. Entre eles, citam-se os grupos musicais: Grupo de pagode Alvorecer; Banda Metraton; Amigos do Forró e Banda StereoFlix. Um destaque na área da música é a Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição fundada em 1910.

A música é mencionada como importante manifestação cultural do município:

A música está sempre presente na vida do povo de Capim Branco, desde tempos remotos, quando havia as famosas serenatas. Entre os grupos de músicos destacam-se: Paulinho de Araçás (*in memorian*), CB Trio, Maria Lúcia e Banda, Zé Valter e Vanderlúcio (*in memorian*), Renatinho e Felipe, Grupo Folclórico “Chora Botão” e o Grupo de Pagode Doce Prazer.

Na tradicional “Festa de Santo Antônio da Várzea”, o show de calouros destaca-se pelos exóticos cantores como: Ronaldo, com a música Pedra d’água, Francisquinho cantando O Ébrio e o saudoso Giovanni, que cantava a música Obrigado Meu Deus. A cada ano, novas vozes são descobertas nesse evento como as de Osmar, Sandrinha, Pelezinho...(DEUS, 2010, p.108)

Informações disponíveis no site da prefeitura apontam que há no município mestres griôs, responsáveis pela transmissão dos saberes da cultura popular e de fundamental importância na construção da memória e história social de qualquer localidade. Em Capim Branco foram citados os mestres ligados à já mencionada

Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, além das manifestações do Boi da Manta e dos Bonecões do Carnaval.

O “Capim Branco, minha cidade, meu patrimônio” indica ainda que há importante tradição religiosa no município – com representações das religiões católica, evangélica e espírita -, à qual se soma a prática de trabalho voluntário e ação social da comunidade. Nesse escopo, incluem-se as festas e celebrações religiosas, como a de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município; de Nossa Senhora das Graças, padroeira de Peri-Peri; Santa Rita de Cássia, padroeira de Capão; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira de Boa Vista; Sant’Ana, padroeira do bairro de Araçás; São José, padroeiro do bairro Cruzeiro do Barão; Santo Antônio, padroeiro de Várzea de Santo Antônio; São Judas Tadeu, padroeiro de Várzea do Açude; além das comemorações do mês de maio, dedicadas à Virgem Maria e a Festa de Santa Cruz, entre outras. Foi mencionado que todos os anos a população católica de Capim Branco também marca presença no Jubileu de Bom Jesus de Matozinhos, na cidade vizinha.

Uma festa de grande importância na história do município foi a Festa do Alho, ligada a esta importante produção agropecuária em Capim Branco que foi praticamente desativada. Conforme consta no mencionado livro,

Houve um tempo em que era verdadeira a glória dos produtores. O esforço despendido dava o resultado esperado. Era uma alegria. Velhos, jovens e crianças trabalhavam entusiasmados. A animação se estampava por toda Capim Branco e culminava com a “Festa do Alho” comemoração máxima da nossa sociedade. Até que em 1969 veio uma desagradável reviravolta. Ferrugem em toda a lavoura... nem peso, nem preço... tristeza, desânimo geral! Desespero de pessoas que puseram nas plantações todo o dinheiro que possuíam... Apesar de tudo, coisa extraordinária: houve a “Festa do Alho” como em todos os anos! (DEUS, 2010, p. 119)

Nos dias atuais, além das festas religiosas antes mencionadas, os principais eventos culturais de Capim Branco, conforme pesquisa de campo e informações recolhidas no site da Prefeitura estão apresentados no Quadro abaixo.

Quadro 12 : Festas e eventos de Capim Branco

FESTA	ÉPOCA DE OCORRÊNCIA	LOCAL ONDE OCORRE	PRINCIPAIS ATIVIDADES
Carnaval	Fevereiro	Centro	Desfiles das escolas de samba e apresentação do boi da manta
Encontro de Carros Antigos	Maio	Rancho country	Exposição de carros antigos
Maio Radical	Maio	Espaço de Eventos, Av. Custódio Alvarenga	Ação social, tipo ação global. Arrecadação de alimentos, roupas, agasalhos, cobertores, moveis usados.
Capim Branco Para Cristo	Segunda semana de julho	Espaço de Eventos, Av. Custódio Alvarenga	Shows gospel
Carnaval de época	Setembro	Centro	Shows, desfiles das escolas de samba e apresentação do boi da manta
Aniversário da Cidade	12-dez	Espaço de Eventos, Av. Custódio Alvarenga	Shows

Fonte: Plano Diretor Municipal – Elaboração: Equipe UFMG.

5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

No que concerne ao Meio Ambiente e ao saneamento foram utilizados, para o presente levantamento, dados com escala de análise compatível com a dinâmica territorial municipal, cuja estrutura de dados possibilitasse a comparação e o entendimento da metodologia de levantamento das informações e, conseqüentemente, o entendimento da dinâmica municipal. Foram utilizadas informações referentes às unidades de conservação no território municipal, à arrecadação municipal com o ICMS ecológico, ao cadastro ambiental rural e áreas de reserva legal, proteção ambiental vinculados ao Plano Diretor Municipal, outorgas de autorização de uso de recursos hídricos e enquadramento de cursos d'água, bem como informações acerca da existência de conflitos socioambientais.

Os dados de saneamento podem ser consultados em diferentes levantamentos públicos e bancos de dados, tais como: o Censo do IBGE, o Sistema Estadual de Informações de Saneamento (SEIS), DataGerais, Instituto Trata Brasil, Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), Planos Municipais de Saneamento Básico e outros. Pelas finalidades do trabalho, foram coletadas as informações de saneamento a partir do SNIS, principalmente pela quantidade de informações disponibilizadas e também por ser uma base de dados que foi considerada obrigatória a todos os municípios e prestadores de serviço de saneamento a partir da publicação da lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. O SNIS ainda realizou o agrupamento de informações disponíveis em escalas regionais e municipais para informações anteriores à criação do sistema de informações, de forma que é possível acessar dados, em diferentes níveis de detalhamento, a partir do ano de 1995.

As diferentes dinâmicas de meio ambiente e as ações de saneamento no território municipal são considerados eixos fundamentais de entendimento para a atualização do plano diretor municipal, uma vez que podem possibilitar a compreensão das demandas municipais e permitir a articulação do território com

outras escalas, como a metropolitana, a da gestão de recursos hídricos e também do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, por exemplo.

Diante disso o presente capítulo é estruturado em duas seções sucessivas. A primeira apresenta os dados adquiridos para a caracterização das estruturas e instrumentos da gestão ambiental municipal, enquanto, no segundo momento, são apresentadas as informações referentes ao saneamento básico no âmbito municipal.

5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais

A gestão ambiental do município de Capim Branco é atribuída, segundo a estrutura da Lei Orgânica Municipal, atualizada pela Emenda à Lei Orgânica nº 01 de 14 de agosto de 2014, à Secretaria de Meio Ambiente. O município conta ainda com um Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA), previsto na lei orgânica municipal e no Plano Diretor. O CODEMA de Capim Branco foi instituído e regulamentado por lei específica (nº 765/1996).

Nesse momento são apresentadas de forma sintética, informações adquiridas nos bancos de dados consultados e que foram agrupadas em três subitens: unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ICMS Ecológico, proteção ambiental no Plano Diretor; enquadramento e uso de recursos hídricos; conflitos ambientais.

5.1.1 Unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural e ICMS Ecológico.

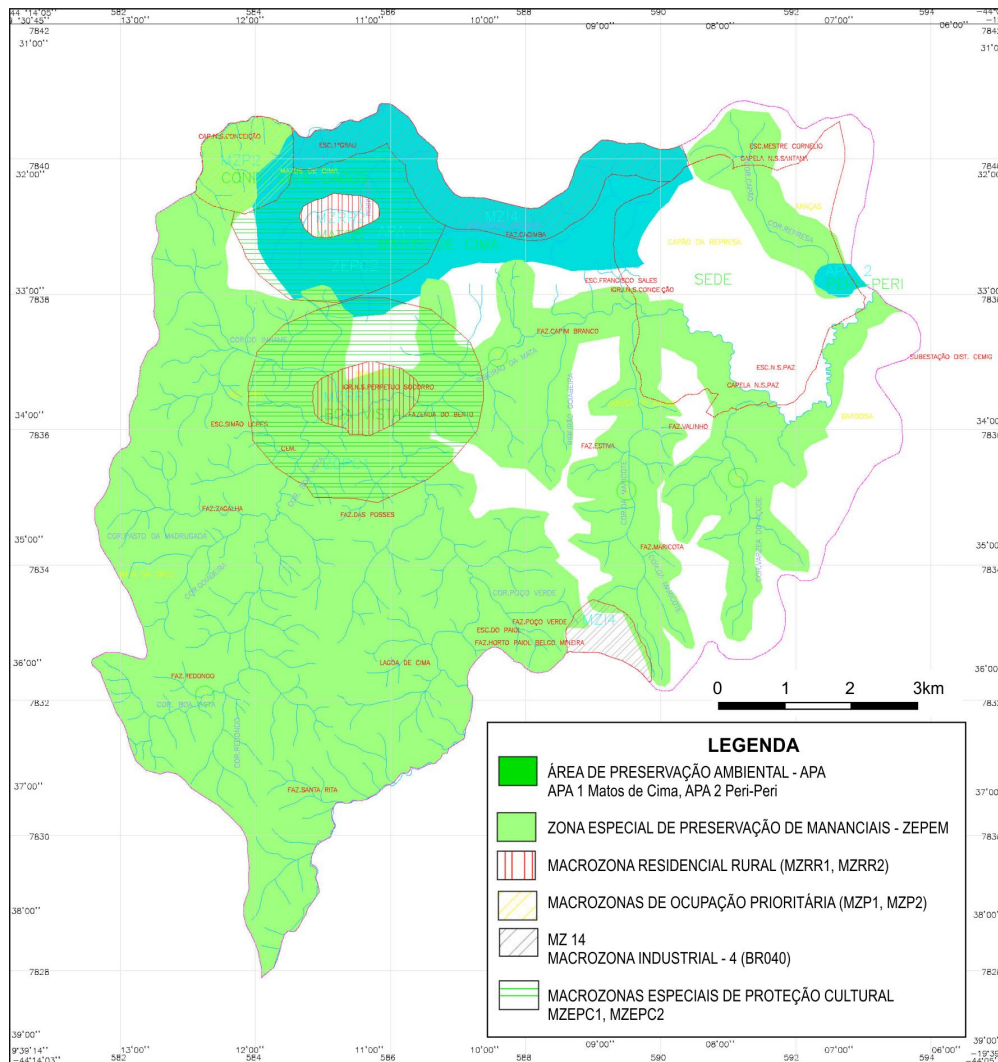
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, foi criado pela lei 9.985/2000 e é responsável por sintetizar e disponibilizar uma quantidade significativa de informações sobre as Unidades de Conservação (UC) no Brasil, contudo, a escala de mapeamento dos limites das unidades de conservação é variável entre diferentes UCs. Para o Estado de Minas Gerais, o Instituto Pristino,

em parceria com o Ministério Público elaborou estudo de detalhamento e correção dos limites das UCs, padronizando a escala e as metodologias de mapeamento para todo o estado de Minas Gerais.

As unidades de conservação, em acordo com o estabelecido pelo SNUC, são organizadas de acordo com duas tipologias de proteção: uso sustentável e proteção integral. A RMBH possui 218.108 hectares de área protegida por unidades de conservação de uso sustentável, o que corresponde a aproximadamente (23,03% do território metropolitano e 67.160 hectares de áreas consideradas de proteção integral que correspondem a 7,09 da área da RMBH. Além de 3026 hectares protegidas por RPPN.

O município de Capim Branco não possui, em toda a sua dimensão territorial nenhuma UC, em nenhuma das tipologias de uso, cadastradas no SNUC. Não foram localizados também registros de Reservas Particulares de Patrimônio Ambiental (RPPN). Contudo, o plano diretor do município de Capim Branco apresenta duas áreas de considerável extensão territorial consideradas como Áreas de Proteção Ambiental (APA), que é uma categoria de UC de uso sustentável, e ainda uma Zona Especial de Preservação de Mananciais. Todavia, os dois instrumentos não se encontram cadastrados no SNUC. A figura abaixo apresenta a área protegida e delimitada pelo Plano Diretor do município de Capim Branco.

Figura 26: Macrozoneamento Ambiental, Capim Branco 2006



Fonte: Plano Diretor Estratégico Participativo do Município de Capim Branco Lei nº 1.078/2006 – Mapa 02

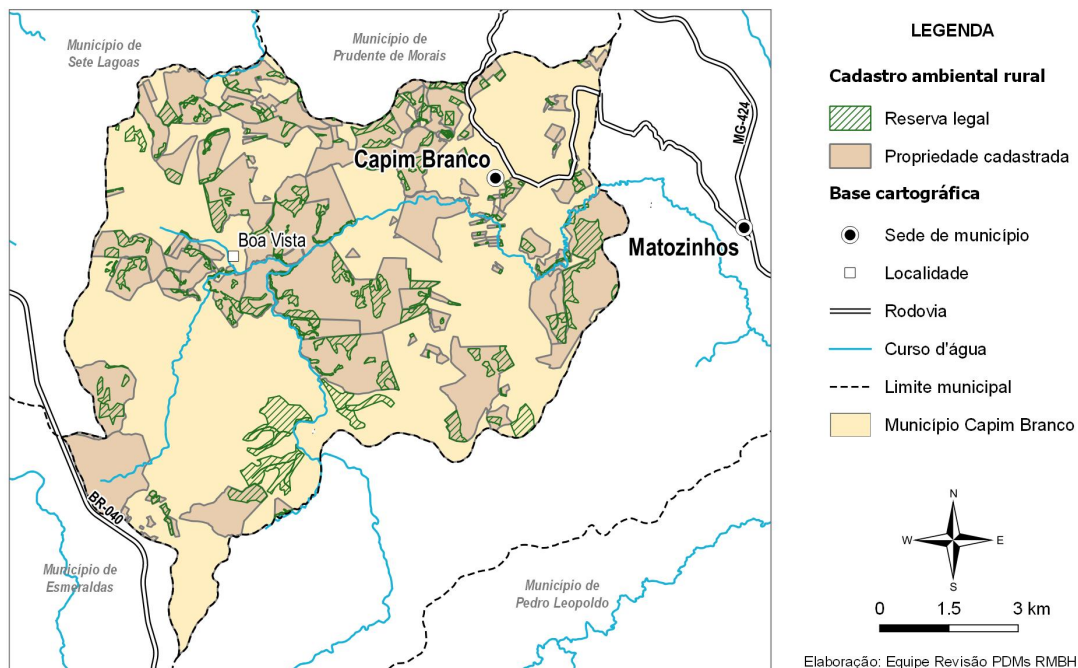
O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento proposto pela lei 12.651/2012, que atualizou o código florestal brasileiro. O CAR é um dos principais instrumentos para a gestão e compreensão da estrutura das propriedades rurais brasileiras e apresenta importantes contribuições e usos para a gestão do território rural. O CAR é realizado pelo proprietário rural, que disponibiliza diferentes níveis de informação sobre as propriedades rurais e que podem ser acessados por diferentes instituições e organizações sociais. O CAR apresentou uma metodologia única a ser construída e seguida por todos os

Processo de Revisão
planoDiretor

proprietários rurais do país de forma, que hoje apresenta uma base de dados bastante consolidada e muito importante.

O município de Capim Branco possui 126 propriedades rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural, somando uma área total de propriedades cadastradas que é equivalente a 4.092 hectares. Considerando que o município tem aproximadamente 9.633 hectares, 42% do território municipal está cadastrado no CAR. As reservas legais das propriedades rurais correspondem a 923 hectares e se encontram fragmentadas no território, sem aparente conectividade e planejamento ambiental (CAR, 2017).

Figura 27: Reservas legais cadastradas no CAR



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O ICMS ecológico é uma proposta de repasse de recursos, por meio de subsídio cruzado, para os municípios que tem apresentado bom desempenho em suas atividades ambientais, a partir de três principais eixos: a) unidades de conservação; b) ações de saneamento; c) ações específicas para a gestão do bioma de mata seca. O ICMS ecológico é repassado para os municípios mineiros desde o ano de 2002 e é um importante instrumento para a gestão ambiental

municipal, uma vez que pode permitir a estrutura econômica para a efetivação de diferentes ações e políticas ambientais. Para a análise inicial foi realizado um comparativo de repasse do ICMS ecológico nos anos de 2006, 2011 e 2016.

O quadro abaixo apresenta o repasse total do ICMS ecológico para o Município de Capim Branco para os anos analisados.

Quadro 13 : repasse total de ICMS ecológico para o município de Capim Branco

REPASSE ICMS - ECOLÓGICO	TOTAL 2006	TOTAL 2011	TOTAL 2016
Unidades de conservação (A)	0	0	0
Saneamento (B)	0	0	R\$ 54.365,21
Mata Seca (C)	0	0	0
Meio Ambiente (A+B+C)	0	0	R\$ 54.365,21

Fonte: Fundação João Pinheiro

A ausência de Unidades de Conservação no município de Capim Branco cadastradas no SNUC, dessa forma, contribui também para a diminuição do recebimento pelo município de importantes recursos para a gestão ambiental municipal. A regulamentação e implantação dos instrumentos de gestão das áreas de proteção ambiental previstas no Plano Diretor Municipal pode ser importante para a melhoria do repasse de recursos pelo ICMS ecológico para o município.

5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos

Diferentes instrumentos e políticas ambientais de âmbito regional tem influência direta no ordenamento territorial de um município, é o caso do enquadramento dos cursos d'água em classes e a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

O enquadramento dos cursos d'água é um instrumento utilizado no Brasil desde a década de 1990, mas que foi regulamentado e institucionalizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, lei 9433/1997. O Município de Capim Branco está completamente inserido na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, de forma que o enquadramento de referência para os cursos d'água na região utiliza a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, nº 20, de 24 de junho de 1997.

O município de Capim Branco tem uma expressiva parte de seu território inserido dentro da bacia do Ribeirão da Mata, contemplando importantes nascentes e afluentes desse curso d'água. Dessa forma, considerando o disposto na DN COPAM nº 20, o Ribeirão da Mata, no território de Capim Branco, é enquadrado como um curso d'água de classe 1, portanto de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de efluentes.

O cadastro de outorgas é o único banco de dados disponível para o estado de Minas Gerais e que apresenta os usos de recursos hídricos. Importante destacar, todavia, que diferentes estudos, como é o caso do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas apontam que existe uma considerável quantidade de usos que não se encontram registrados nos termos da outorga e do cadastro de uso insignificante. O quadro abaixo apresenta as outorgas de uso de recursos hídricos autorizadas e localizadas no território de Capim Branco.

Quadro 14: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Capim Branco

REF.	EMPRESA RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
1	COPASA	captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente
2	SIPET AGROPASTORIL LTDA	captação o em corpo de água (rios, lagoas naturais etc.)
3	PAULO HENRIQUE DE CARVALHO CHAMON	captação o em corpo de água (rios, lagoas naturais etc.)

4	COTECA-COOPERATIVA DOS TECELOES CAPIM BRANCO E REGIAO	captação o em corpo de água (rios, lagoas naturais etc.)
5	COPASA	captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente
6	COPASA	captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente
7	COPASA	captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente
8	COPASA	captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente
9	COPASA	captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente
10	LUCIANO DE MELO FIGUEIREDO	captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente
11	LUCIANO DE MELO FIGUEIREDO	captação em barramento em curso de água, c/ regularização de vazão (área m ² menor ou igual 5,00 ha)
12	PAULO HENRIQUE DE CARVALHO CHAMON	captação o em corpo de água (rios, lagoas naturais etc.)
13	EDILSON FERNANDES DE MIRANDA	captação o em corpo de água (rios, lagoas naturais etc.)
14	SIPET AGROPASTORIL LTDA	captação de água em surgência (nascente)

Fonte: PDRH do Rio das Velhas

5.3 Conflitos ambientais

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA é vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e ciências humanas da UFMG e desenvolve desde o ano 2001 pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. A base de dados disponibilizada em ambiente virtual pelo Gesta é considerada um importante instrumental para a percepção dos conflitos ambientais vigentes em determinadas áreas.

Em consulta à base de dados dos conflitos ambientais do GESTA não foram localizados conflitos mapeados ambientais para o município de Capim Branco..

5.4 Informações sobre o Saneamento Básico

O saneamento básico é considerado pela Política Nacional de Saneamento Básico, como ações envolvendo quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. O saneamento básico é condição essencial para a garantia de qualidade de vida e de saúde para a população residente, sendo, portanto, trabalhado em diferentes instrumentos legais e normas no âmbito federal, estadual e municipal.

Os dados do SNIS estão disponíveis para a grande maioria dos municípios brasileiros e são apresentados pelos responsáveis pelo saneamento básico em cada município. Importante destacar que existe certo comprometimento de algumas informações para as quais as concessionárias ou o próprio município não tem informações ou as existentes encontram-se muito desatualizadas. Contudo, o SNIS é a fonte de dados considerada mais completa e atualizada existente para os municípios brasileiros.

Segundo o Sistema Nacional de Informações de Saneamento, os serviços de água e esgoto são prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais -

COPASA; os serviços de coleta e manejo de resíduos sólidos são realizados pela divisão de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Capim Branco (SNIS, 2017).

O abastecimento de água do município de Capim Branco é realizado pela COPASA. A população em área urbana é estimada em 8688 pessoas e aproximadamente 97,9% da população urbana tem acesso à água tratada. No município existem 4192 ligações de água, sendo que o consumo médio per capita de água é estimado em 172,1litros por habitante por dia. O sistema de tratamento de água para atendimento da população de Capim Branco produz aproximadamente 886,86 (1000m³/ano), dos quais 100% recebem tratamento para a distribuição (SNIS, 2017).

O tratamento de esgotos do município de Capim Branco é realizado pela COPASA e atende 1416 pessoas. São 714 ligações ativas de esgoto, com uma rede de esgotamento de aproximadamente 20,6 km e que coleta um volume de esgotos domésticos estimado em 66,73 (1000m³/ano). Dos esgotos coletados, há tratamento de aproximadamente 39,4(1000m³/ano). Dessa forma, 10,99% das águas servidas são tratadas no município de Capim Branco (SNIS, 2017).

No município de Capim Branco os resíduos sólidos domiciliares e resíduos comerciais com características similares (RDO) atende, em áreas urbanas, 7040 pessoas, considerando-se a o distrito-sede e as diferentes localidades. São 340 toneladas de resíduos coletados anualmente, considerando-se o RDO e os resíduos sólidos públicos (RPU), sendo que 12% da população é atendida diariamente pela coleta, 64% é atendida duas a três vezes por semana e 24% e atendida uma vez por semana (SNIS, 2017).

Os resíduos sólidos coletados no município são destinados a aterro sanitário regularizado (FEAM, 2016) por meio de Parceria Público Privada (PPP) para a destinação dos resíduos sólidos, firmada no ano de 2013. No município de Capim Branco, não existe coleta seletiva de resíduos sólidos, apesar que é indicada como política a ser incentivada no município como parte da PPP.

Processo de Revisão
planoDiretor

6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Os dados secundários que concernem o uso e ocupação do solo no município de Capim Branco foram coletados de diversas fontes e serão apresentados a seguir em três seções, a saber: dinâmica imobiliária, zoneamento ecológico econômico e relação de equipamentos urbanos. Cada subtítulo será acompanhado de uma contextualização geral de sua inserção e relevância para o diagnóstico municipal e de uma análise da qualidade dos dados existentes.

6.1 Dinâmica Imobiliária

6.1.1 Relação de parcelamentos anuídos ou em processo de anuência

A seguir apresentam-se dados referentes aos parcelamentos anuídos ou em processo de anuência junto à Diretoria de Regulação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) desde 2013.

O parcelamento do solo para fins urbanos é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, assim definidas em lei brasileira, desde 1979 (Lei Federal n° 6.766/1979).⁸

⁸ A respeito dos trâmites de anuência de loteamentos, destaca-se sua divisão em duas etapas. Em um primeiro momento, o interesse do empreendedor é encaminhado à Agência RMBH pelas prefeituras municipais já com uma relação de diretrizes municipais para a área. Em seguida, a Agência RMBH emite um conjunto de diretrizes metropolitanas que deverão orientar o projeto no que tange a localização de áreas públicas e o traçado viário básico, trazendo considerações específicas oriundas de legislações estaduais. Na sequência o processo de anuência em si, que consiste na análise do projeto do loteamento juntamente aos projetos complementares de drenagem e terraplenagem - utilizados para apreciação de sua adequação no que tange a infraestrutura e relação com o perfil natural do terreno - com a emissão de um parecer. Já no caso dos desmembramento, dada sua característica de aproveitamento do sistema viário existente, não se faz necessária a etapa de diretrizes.

Entende-se que a análise do conjunto de loteamentos recentes é fundamental para a compreensão da dinâmica imobiliária de um município, uma vez que cada novo pedido de diretrizes ou anuência concedida pode representar um novo vetor de crescimento urbano, assim como um potencial conflito, seja este ambiental, social ou relacionado às condições de mobilidade urbana. Já em relação aos desmembramentos, ainda que, em sua análise isolada, possam ser avaliados como menos impactantes na estrutura urbana, quando analisados em conjunto podem indicar tendências de adensamento ou reações à alterações de marcos urbanísticos regulatórios. Destaca-se ainda que os dados aqui apresentados se referem a dinâmica formal de parcelamentos, podendo haver dinâmicas informais paralelas no município de Capim Branco, que poderão ser identificadas em outras etapas do processo de revisão de seu Plano Diretor.

A planilha a seguir traz informações de cada parcelamento anuído ou em processo de anuência no município de Capim Branco desde 2013, seu tipo (diretrizes, loteamentos e desmembramentos) área, data de início e de término e o resultado do processo de anuência (caso finalizado). Sempre que existentes são trazidos também informações de seu uso e do número de lotes gerados.

Quadro 15: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Capim Branco

ANO	MODALIDADE	ÁREA (M ²)	LOTES	USO	STATUS
2013	Desmembramento	5.492			Anuído
2013	Desmembramento	29.171			Não passível de anuência
2013	Diretrizes	10.012			Pendências
2013	Desmembramento	11.850			Anuído
2013	Diretrizes	284.625			Diretriz emitida
2013	Diretrizes	145.532			Diretriz emitida
2014	Desmembramento	25.530			Não passível de anuência
2014	Desmembramento	3.116			Pendências
2014	Loteamento	142.000			Pendências

2014	Desmembramento	5.195			Anuído
2014	Desmembramento	3.116	2	Residencial	Anuído
2014	Desmembramento	501			Não passível de anuência
2014	Desmembramento	538			Não passível de anuência
2014	Desmembramento	628			Não passível de anuência
2014	Desmembramento	515			Não passível de anuência
2014	Desmembramento	517			Não passível de anuência
2014	Desmembramento	5.064	3		Anuído
2014	Desmembramento	6.005		Residencial	Anuído
2014	Desmembramento	2.400			Dispensa de anuência
2014	Loteamento	145.532		Residencial	Anuído
2015	Desmembramento	46.700			Pendências
2015	Desmembramento	2.355	2	Residencial	Dispensa de anuência
2015	Loteamento	284.625		Residencial	Pendências
2015	Desmembramento	4.014	6	Residencial	Anuído
2015	Desmembramento	17.177			Pendências
2016	Desmembramento	19.299	8	Residencial	Anuído
2016	Desmembramento	25.821		Residencial	Anuído
2016	Desmembramento	1.717.666	7	Residencial	Pendências
2016	Desmembramento	4.736	4	Residencial	Anuído
2016	Desmembramento	284.265	15	Residencial	Pendências
2017	Loteamento	391.945		Residencial	Pendências

Fonte: Agência RMBH, 2013-2017

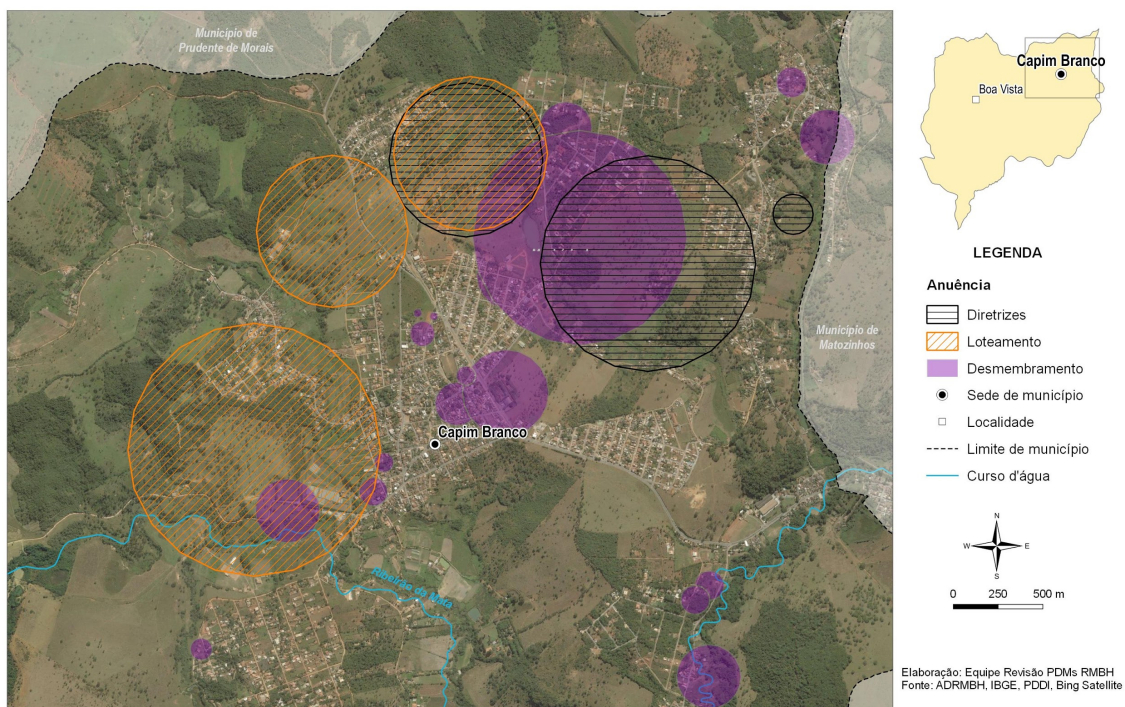
A partir da planilha acima fica claro que, em termos de parcelamento do solo, a demanda por desmembramentos no município de Capim Branco excede em muito aquela por loteamentos. No período analisado, um total de 24 desmembramentos foram submetidos para aprovação da Agência RMBH no município, dos quais 10 foram anuídos, apenas 3 diretrizes foram solicitadas, das quais 2 foram emitidas e

Processo de Revisão planoDiretor

apenas 4 loteamentos foram submetidos a aprovação, dos quais apenas 1 foi anuído. Entre os processos que apresentam essas informações destaca-se também a predominância de parcelamentos de uso residencial e um pequeno número de lotes gerados. Em princípio, identifica-se, portanto, uma dinâmica imobiliária de expansão urbana formal significativa, mas pouco impactante no município de Capim Branco.

A partir do mapa apresentado a seguir – que traz a localização básica desses parcelamentos a partir de um raio simples equivalente à área do empreendimento a partir de seu ponto central – é possível uma análise preliminar da dinâmica de forma territorializada.

Figura 28: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Capim Branco



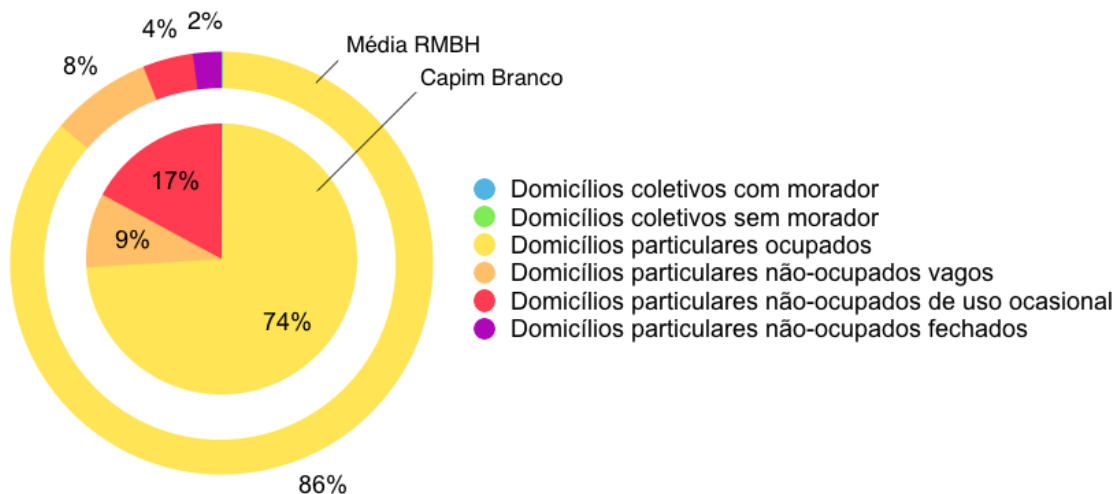
Fonte: Agência RMBH, 2013-2017

A partir do mapa acima nota-se que a demanda por parcelamentos no município de Capim Branco se concentra no entorno da mancha urbana consolidada da sede, não havendo, em princípio, um vetor de crescimento bem definido.

6.1.2 Vacância domiciliar

O cálculo de vacância domiciliar⁹ é, um dado importante para embasar uma política de regulação do solo que busque potencializar o uso do espaço já urbanizado, buscando, assim, combater a especulação imobiliária. O levantamento mais recente nesse sentido é do Censo de 2010.

Figura 29: Tipos e ocupação de domicílios, Capim Branco



Fonte: IBGE, 2010

De maneira geral, pode-se concluir a partir do gráfico acima que o município de Capim Branco apresenta um número elevado de domicílios não-ocupados de uso ocasional, compondo 17% do estoque de domicílios, especialmente quando comparado à média da RMBH, que é de 4%.

⁹ Para o cálculo de vacância domiciliar, o IBGE considera os Domicílios Particulares Permanentes, que, na data de referência, encontravam-se sem moradores (IBGE, 2010, p.67). Por meio de consulta à vizinhança, são somados os domicílios fechados, aqueles que, apesar de ocupados, não tiveram moradores presentes no período de coleta. Também por esse meio, são desconsiderados os domicílios de uso ocasional, ou seja, aqueles utilizados “para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010, p.67).

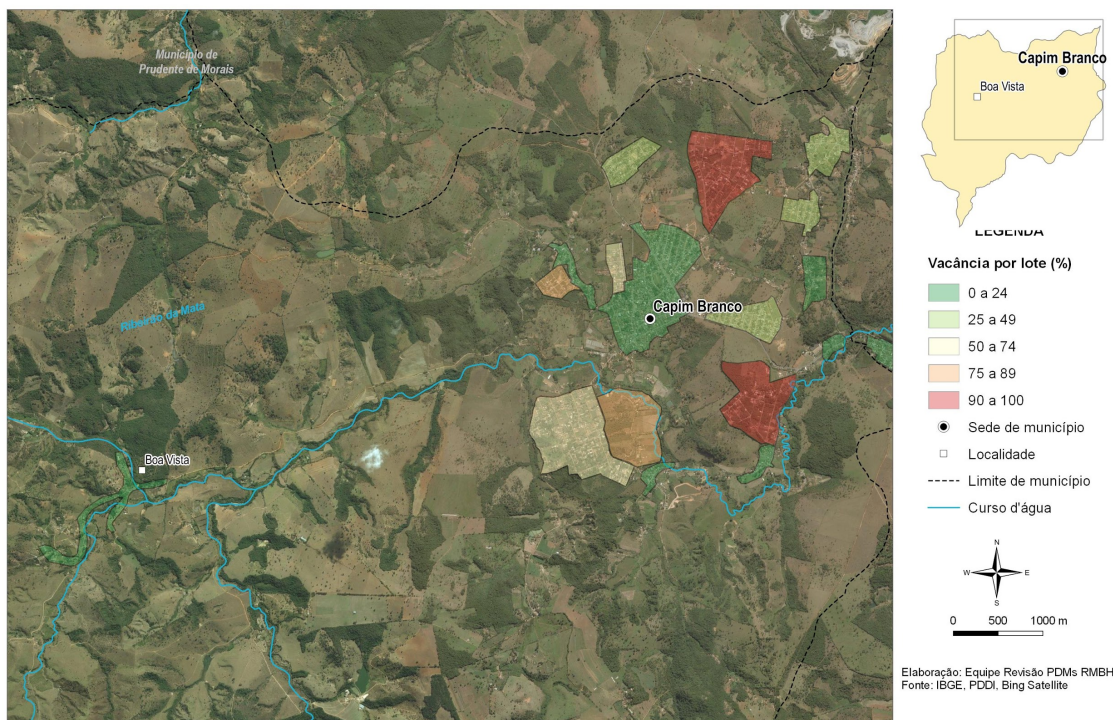
A quantificação dos domicílios vagos pelo IBGE, entretanto, não considera qualitativamente os imóveis em questão, sendo o dado, portanto, incompleto para embasar uma política habitacional com base na utilização desse estoque ocioso de habitação.

Uma outra deficiência do dado é que ele não considera o estoque de lotes vagos, restringindo-se às unidades habitacionais construídas. Essa lacuna não é preenchida por nenhum outro estudo sistemático no Brasil, o que dificulta estimar a quantidade de lotes vagos e subutilizados que poderiam também contribuir na construção de políticas para a intensificação do uso do solo.

6.1.3 Taxa de vacância fundiária

Com vistas a cobrir a lacuna deixada pela pesquisa de vacância imobiliária embasada pelo Censo 2010, o grupo Morar de Outras Maneiras da Universidade Federal de Minas Gerais (MOM-UFMG), desenvolveu, no contexto de elaboração do PDDI-RMBH, um pesquisa para identificação de loteamentos vagos na RMBH. A análise restringiu-se à uma escala macro de levantamento e conseguiu identificar grandes vazios como loteamentos periféricos em áreas de expansão. Entretanto, não foram delimitados lotes isolados ou em conjuntos menores inseridos nas áreas de ocupação mais consolidada.

Figura 30: Taxa de vacância fundiária, Capim Branco



Fonte: UFMG, 2011

A partir do mapa acima nota-se, certa descontinuidade da mancha urbana do município de Capim Branco e a presença de grandes áreas parceladas com alta taxa de vacância fundiária próximas à sede do município.

6.2 Zoneamento ecológico-econômico

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2012, consiste em diagnóstico do Estado de Minas Gerais a partir das diretrizes metodológicas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Foram geradas duas cartas principais que trazem, de forma territorializada, índices e possibilidades de combinações de critérios e de agrupamento de áreas em relação à severidade dos problemas ambientais e dos potenciais sociais que nelas podem ser encontrados.

Além de compor uma base organizada e integrada de informações oficiais, essa ferramenta, sem caráter limitador, impositivo ou arbitrário, pode apoiar a gestão territorial fornecendo subsídios técnicos à definição de áreas prioritárias para a proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental. Assim, entende-se que o ZEE/MG poderá ser útil para elaboração das políticas públicas e das ações em meio ambiente no município de Capim Branco, orientando o governo e a sociedade civil na elaboração de programas e investimentos. A seguir serão apresentados e discutidos os resultados dessas duas cartas para o município de Capim Branco.

6.2.1 Índice de Potencialidade Social

No contexto do ZEE-MG o Índice de Potencialidade Social é medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional e determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável.¹⁰

¹⁰ Em cada dimensão os fatores condicionantes analisados são: Dimensão produtiva: atividades econômicas, índice de malha rodoviária, infraestrutura de transporte, índice transporte aéreo, índice do VA agropecuário, índice do VA indústria, índice do VA serviços e índice das exportações; Dimensão natural: densidade de ocupação de terras, recursos minerais, nível tecnológico da agropecuária, índice IMS ecológico, concentração fundiária invertida e utilização das terras; Dimensão institucional: presença de organizações de fiscalização e controle, presença de organizações jurídicas, gestão pública municipal, presença de organizações financeiras, de organizações de segurança pública e de organizações de ensino e pesquisa, gestão cultural, gestão do desenvolvimento rural, presença de organizações de ensino superior e ensino profissionalizante, unidades de defesa social, gestão ambiental municipal, capacitação de aplicação da lei e organização de pós-graduação e pesquisa; Dimensão humana: demografia, taxa de ocupação, taxa de desocupação invertida, condições sociais, distribuição espacial da população, razão de dependência invertida, índice de emprego formal, renda per capita, educação, habitação, saneamento, saúde, taxa de crimes violentos e índice de desenvolvimento humano.

O Índice de Potencialidade Social identificado para o município de Capim Branco pelo ZEE-MG foi "pouco favorável", especialmente devido ao resultado do componente humano, tal como especificado no quadro a seguir.

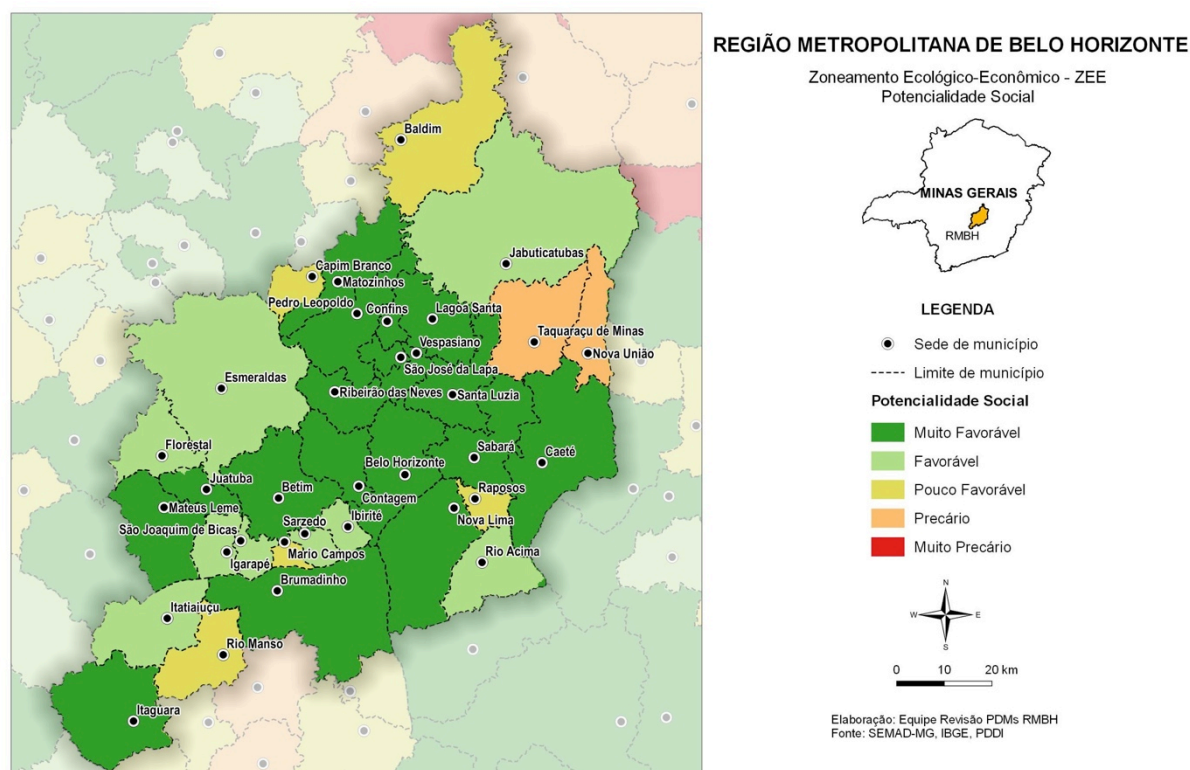
Quadro 16: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Capim Branco

Componentes Índice de Potencialidade Social	Resultados
Componente produtivo	Favorável
Componente natural	Muito favorável
Componente institucional	Favorável
Componente humano	Pouco Favorável
Resultado final	Pouco favorável

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

Como pode ser observado no mapa a seguir, esse resultado encontrado para o município de Capim Branco é um dos piores entre os municípios da RMBH. O que pode ser indicativo de uma especial fragilidade social no contexto do município.

Figura 31: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

6.2.2 Carta de Vulnerabilidade Natural

No contexto do ZEE-MG entende-se como vulnerabilidade natural a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos negativos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão competente. Assume-se que, se uma unidade espacial apresenta um dado nível de vulnerabilidade ambiental a uma atividade antrópica normal, ela também terá um nível igual ou superior para uma atividade econômica passível de licenciamento. Deve-se ressaltar que a vulnerabilidade natural é referente à situação do local na época do estudo.

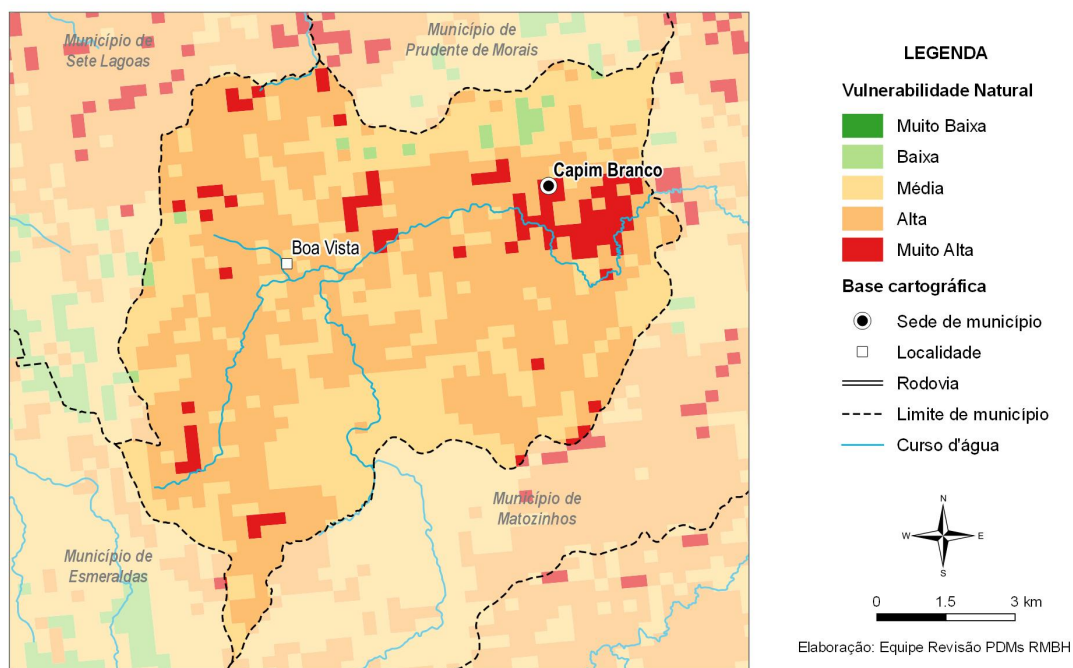
Entre os fatores condicionantes analisados pelo índice destacam-se: integridade da flora e da fauna, susceptibilidade dos solos à contaminação e à erosão,

Processo de Revisão
planoDiretor

susceptibilidade geológica à contaminação das águas subterrâneas, disponibilidade natural de água e condições climáticas.

Cabe ressaltar que Carta de Vulnerabilidade Natural gerada pelo ZEE-MG foi construída em uma escala regional apresentando, portanto uma certa imprecisão para a análise intramunicipal. Sabendo disso, a seguir apresenta-se a Carta de Vulnerabilidade Natural do município de Capim Branco.

Figura 32: Carta de Vulnerabilidade Natural, Capim Branco



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

Como pode ser observado no mapa, o Município de Capim Branco apresenta áreas com um índice de vulnerabilidade natural "muito alta" concentradas especialmente em sua porção leste onde se encontra a sede do município. Áreas de vulnerabilidade "alta" e "média" podem ser observadas distribuídas em todo o território municipal com uma concentração de índices médios nas porções sul e nordeste do município e apenas incidências pontuais de "baixa" vulnerabilidade natural em sua porção norte.

7 HABITAÇÃO

A habitação é uma função pública de interesse comum (Lei Complementar nº 89/2006) que sofre diretamente os impactos produzidos por fenômenos como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais, estruturas de transporte e mobilidade etc. Ao mesmo tempo, a habitação não constitui, em si mesma, um equipamento ou serviço metropolitano que possa ser determinado a partir de um planejamento nessa escala. Pelo contrário, o espaço da moradia e de seu ambiente urbano imediato se define, em grande parte, por características específicas de cada pequena porção do território. Sua qualidade é uma qualidade na escala micro local.

A seguir os dados secundários relacionados à questão habitacional coletados de diversas fontes serão apresentados em cinco subtítulos, a saber: quadro habitacional, produção habitacional, bem-estar urbano, zonas especiais e leis específicas.

7.1 Quadro Habitacional

7.1.1 Déficit habitacional

O cálculo do déficit habitacional, a seguir apresentado para o contexto de Capim Branco, foi produzido pela Fundação João Pinheiro com base no censo de 2010, quando, pela primeira vez, foi estimado o déficit para municípios com população abaixo de 20 mil habitantes na área urbana - o censo de 2000 trazia estimativas de déficit habitacional e inadequação de domicílios apenas para municípios com população acima de 20 mil habitantes.

Atualmente o déficit habitacional é calculado a partir da soma de quatro componentes principais: domicílios precários (o que engloba domicílios improvisados e rústicos), coabitação familiar (famílias conviventes secundárias

com intenção de constituir um domicílio exclusivo¹¹), ônus excessivo com aluguel urbano¹² e adensamento excessivo de domicílios alugados¹³.

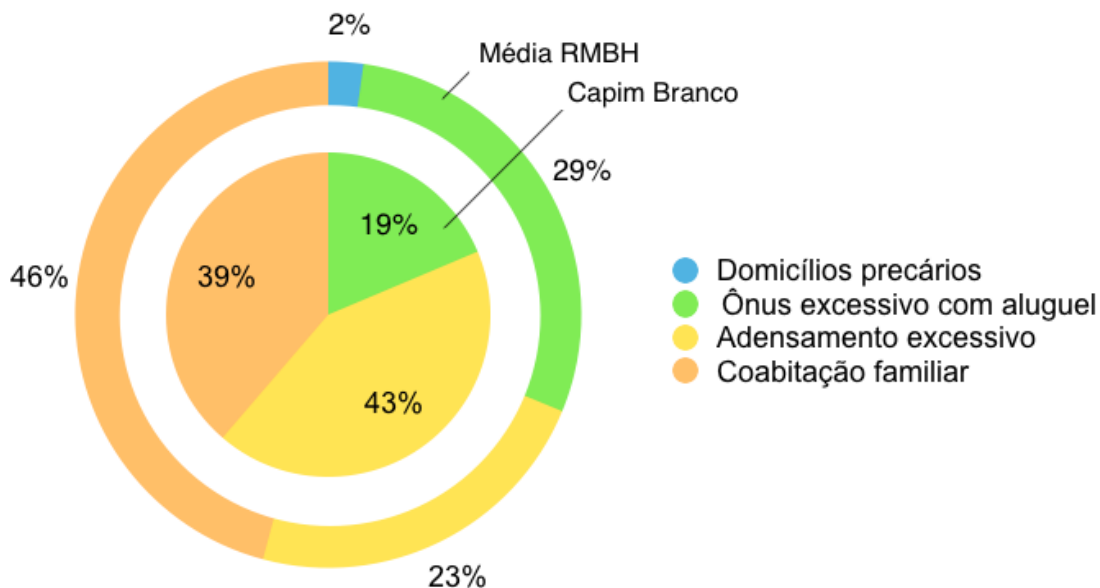
Segundo a análise da Fundação João Pinheiro o déficit de Capim Branco é de 279 unidades habitacionais, o que equivale à 7,79% do estoque habitacional existente no município (abaixo da média metropolitana em que o déficit equivale a 10,82% do estoque habitacional). Deste total, nenhum domicílio é precário, 52 domicílios têm ônus excessivo com aluguel, 119 domicílios apresentam adensamento excessivo e 108 domicílios estão em situação de coabitação familiar.

¹¹ A partir de 2007 passou a ser consideradas para o cálculo do déficit somente as famílias em coabitação com a intenção de constituir um edifício exclusivo, o que acarretou em mudanças no dado.

¹² Segundo a Fundação João Pinheiro são consideradas: “famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel” (FJP, p.18, 2013). Até 2000 a questão do ônus excessivo com aluguel era considerada inadequação habitacional.

¹³ Incorporado ao cálculo de déficit habitacional a partir de 2008. É considerado adensamento excessivo uma média maior do que três moradores por dormitório.

Figura 33: Composição déficit habitacional, Capim Branco



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Os principais problemas em Capim Branco em relação ao déficit habitacional são, portanto, o adensamento excessivo e a coabitação familiar. É provável ainda que esses problemas estejam diretamente relacionados, ou seja, que o adensamento excessivo seja em função da coabitação de duas ou mais famílias na mesma unidade habitacional. Destaca-se também que a composição do déficit habitacional de Capim Branco difere da média da RMBH particularmente por apresentar um menor índice de ônus excessivo com aluguel e de coabitação familiar e maior índice de adensamento excessivo.

7.1.2 Domicílios precários

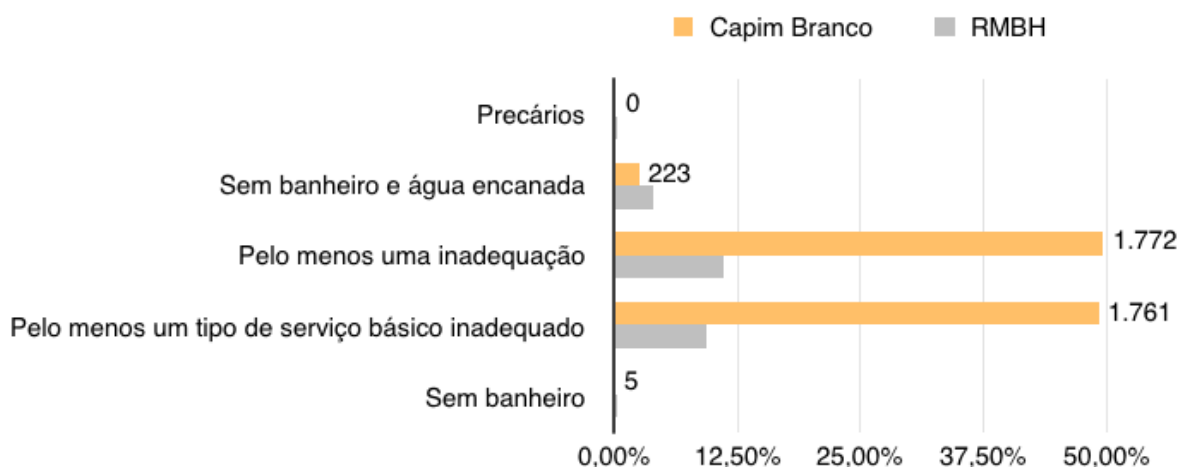
Em complementaridade ao dados do déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro junto ao Índice Mineiro de Responsabilidade Fiscal disponibiliza outros dados vinculados à precariedade de domicílios, importantes para a compreensão do quadro habitacional do município. A saber:

planoDiretor

- Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada;
- Número de domicílios urbanos que apresentam inadequação (pelo menos um componente) entre: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação;
- Número de domicílios urbanos com pelo menos um tipo de serviço básico inadequado entre: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo;
- Número de domicílios urbanos sem banheiro.

A seguir são apresentados os resultados os resultados encontrados a partir do censo de 2010 para o Município de Capim Branco.

Figura 34: Domicílios precários, Capim Branco



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Em suma, ainda que em termos gerais o número de domicílios precários no Município de Capim Branco seja nulo segundo os estudos da FJP, observa-se uma porcentagem alta de domicílios com alguma inadequação ou serviço básico inadequado, inclusive em comparação com a média metropolitana. Faz-se necessário, portanto, maior proximidade com a realidade do município para que essas inadequações possam ser compreendidas em sua relação com a infraestrutura pública distribuída no território.

7.1.3 Aglomerados subnormais

Entende-se que o conhecimento da existência e das características territoriais dos Aglomerados Subnormais¹⁴ no município de Capim Branco – áreas que, ao longo do tempo, foram sendo conhecidas por diversos nomes, tais como favela e comunidade – é de suma importância para orientar o poder público na tomada de decisões e no planejamento de Políticas Públicas visando a melhoria da qualidade de vida dessa população. Sendo assim, destaca-se que, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, áreas com tais características não existiam no município de Capim Branco.

7.2 Produção habitacional de interesse social

A produção de Habitações de Interesse Social está normalmente relacionada à necessidade de realocação de famílias removidas de áreas de risco, assim como

¹⁴ O conceito de Aglomerado Subnormal surgiu em 1987, quando o IBGE começa a fazer seu mapeamento. O mapeamento é feito por setores censitários que apresentem um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:

- Irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes;
- Carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

ao combate do déficit habitacional de um município. Desde 2009, essa produção tem sido articulada em todo o país através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Destaca-se que a produção habitacional pelo PMCMV se divide em duas modalidades principais diferenciadas pela faixa de renda das famílias beneficiadas. A saber, a produção habitacional voltada para famílias com renda de até R\$1.600,00 (referente a 3 salários mínimos à época) a chamada 'faixa 1', financiada via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); e a produção habitacional voltada para famílias com renda familiar de 3 a 10 SMs (faixas 2 e 3), financiada através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (MORADO NASCIMENTO, 2014).

Com relação à faixa 01, de acordo com os dados disponibilizados em janeiro de 2017 pela Caixa Econômica Federal, agente operacional do PMCMV, não teria havido produção habitacional dessa categoria no município de Capim Branco.

Sobre às faixas 02 e 03, a Caixa Econômica Federal não disponibiliza os dados dos empreendimentos contratados. Desse modo, o impacto demográfico da produção resultante dessa modalidade do Programa aparecerá somente no Censo Demográfico de 2020. Segundo dados oriundos de pesquisa desenvolvida pelo grupo PRAXIS – EA/UFMG, até dezembro de 2012 havia sido contratada, na RMBH, a produção de 32.540 moradias. Até a referida data nenhum desses empreendimentos estaria localizado no Município de Capim Branco.

7.3 Bem-estar urbano

7.3.1 Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) Local

O Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) foi elaborado pelo Observatório das Metrópoles, a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2010, e calculado para

as Áreas de Ponderação¹⁵ (AP), de duas maneiras, quais sejam, um índice para comparação nacional (denominado IBEU Global), em que o indicador de cada área de ponderação é calculado em relação a todas as outras AP das quinze regiões metropolitanas consideradas, e outro regional (denominado IBEU Local), em que o indicador de cada AP é calculado em relação as demais AP da mesma região metropolitana – a análise aqui apresentada utiliza o IBEU local¹⁶. O índice é calculado com base em cinco temas que colaboram ao bem-estar urbano: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura urbana. Os resultados são divididos nas seguintes faixas de avaliação: 0,000-0,500 muito ruim ou péssimo, 0,501-0,700 e 0,701-0,800 faixas intermediárias e 0,801-0,900 e 0,901-1,00 bons e excelentes.

Os mapas a seguir apresentam, respectivamente, o Índice de Bem Geral e sua decomposição nas cinco dimensões de análise: Mobilidade, Condições Ambientais Urbanas, Condições habitacionais, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana.

Como podemos observar no primeiro mapa, a área urbana do município de Capim Branco é avaliada pelo IBEU como intermediária. Ao desagregá-lo nas cinco dimensões entretanto, evidenciam-se diferenças consideráveis entre os valores atingidos.

Em termos de mobilidade, por exemplo, os índices em Capim Branco estão na melhor faixa. Para o cálculo desse índice é considerado o tempo gasto no trajeto de casa ao trabalho, sendo o tempo máximo adequado de 1 hora.

¹⁵ As Áreas de Ponderação são unidades territoriais resultantes de agregação de Setores Censitários, definidas pelo IBGE para divulgação dos microdados do Censo Demográfico

¹⁶ Para conhecimento mais detalhado acerca do IBEU, ver Ribeiro; Ribeiro, 2013

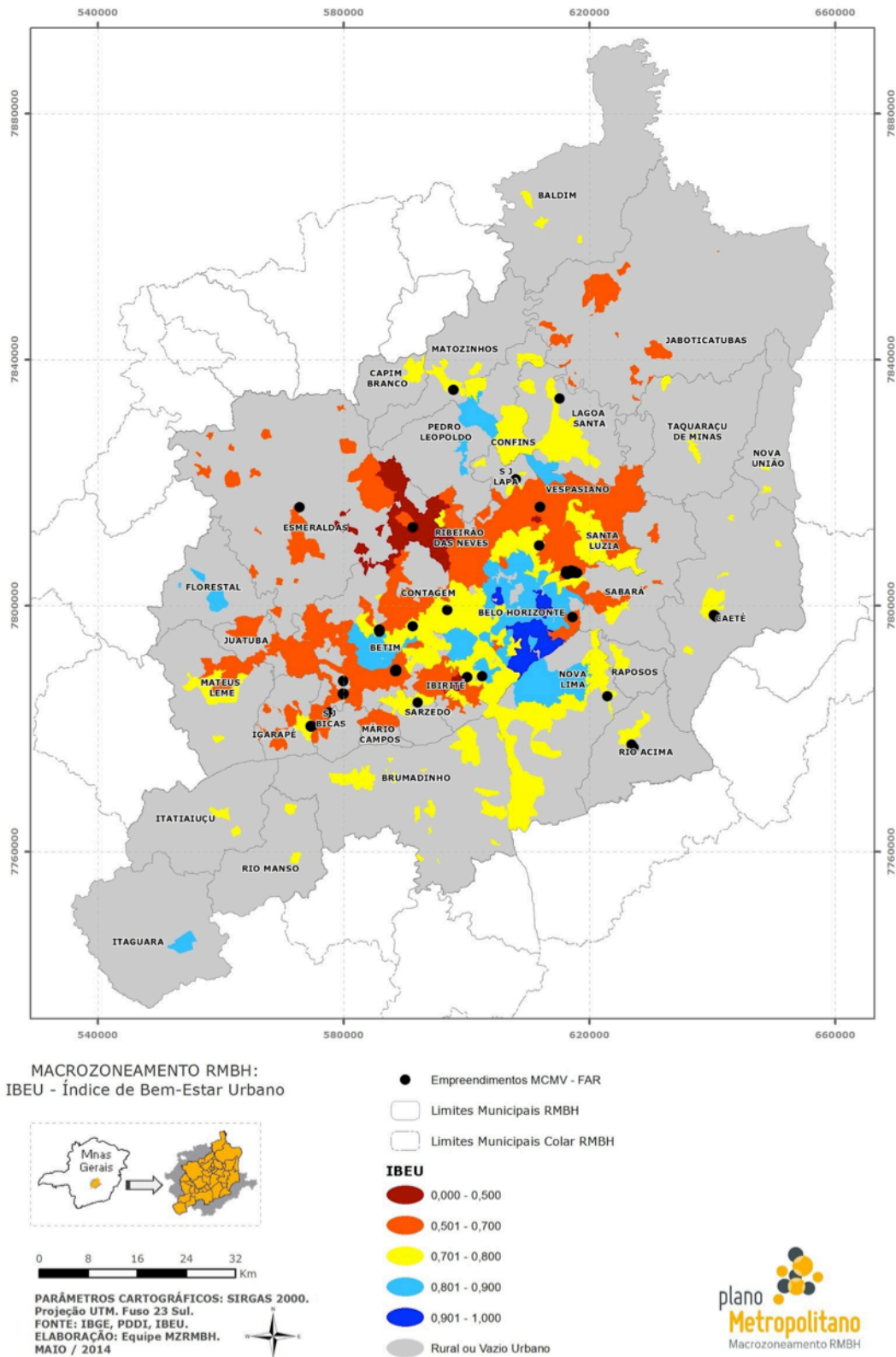
Também no caso das condições ambientais, Capim Branco possui índices satisfatórios. Para a avaliação da qualidade ambiental urbana são considerados aspectos como arborização, a presença ou não de esgoto ao céu aberto e a proporção de lixo por residentes.

As condições habitacionais urbanas tratam da escala da moradia e seu padrão e consideram em seu cálculo se as unidades encontram-se em áreas categorizadas como aglomerados subnormais, a espécie de domicílio, as densidades domiciliar e morador/banheiro e os materiais das paredes das construções. Nesse critério Capim Branco começa a demonstrar níveis mais críticos de adequação.

Níveis ainda piores de atendimentos aos serviços coletivos são observados. Esse indicativo considera em sua avaliação os serviços coletivos englobam serviços essenciais: água, esgoto, energia e coleta de lixo.

Por fim, o nível de infraestrutura urbana é o que tem a pior avaliação, sendo considerado péssimo. Nessa avaliação são considerados iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio e/ou guia, bueiro, boca de lobo, rampas para acessibilidade e identificação dos logradouros.

Figura 35: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Processo de Revisão
planoDiretor

Figura 36: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH

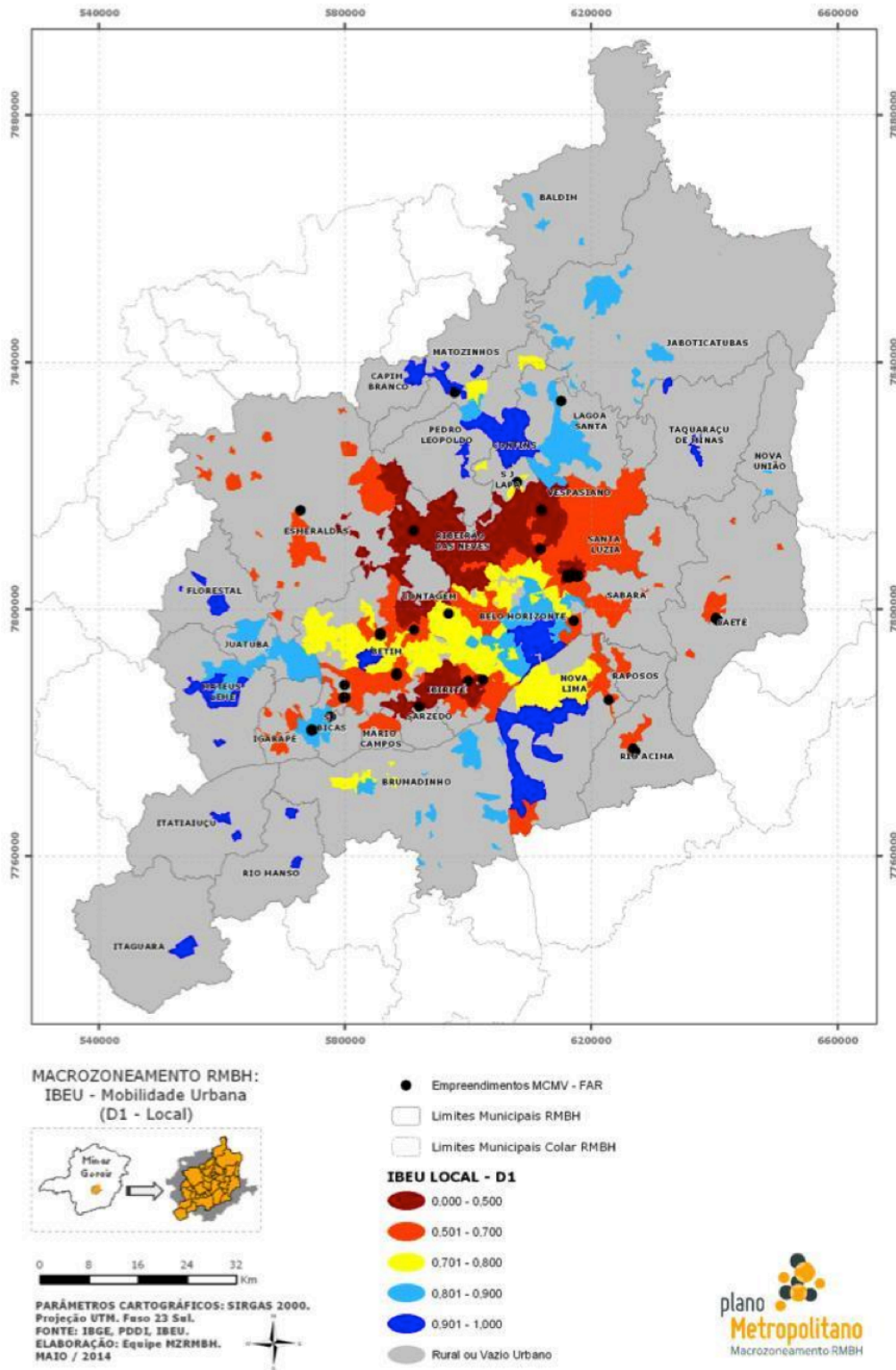
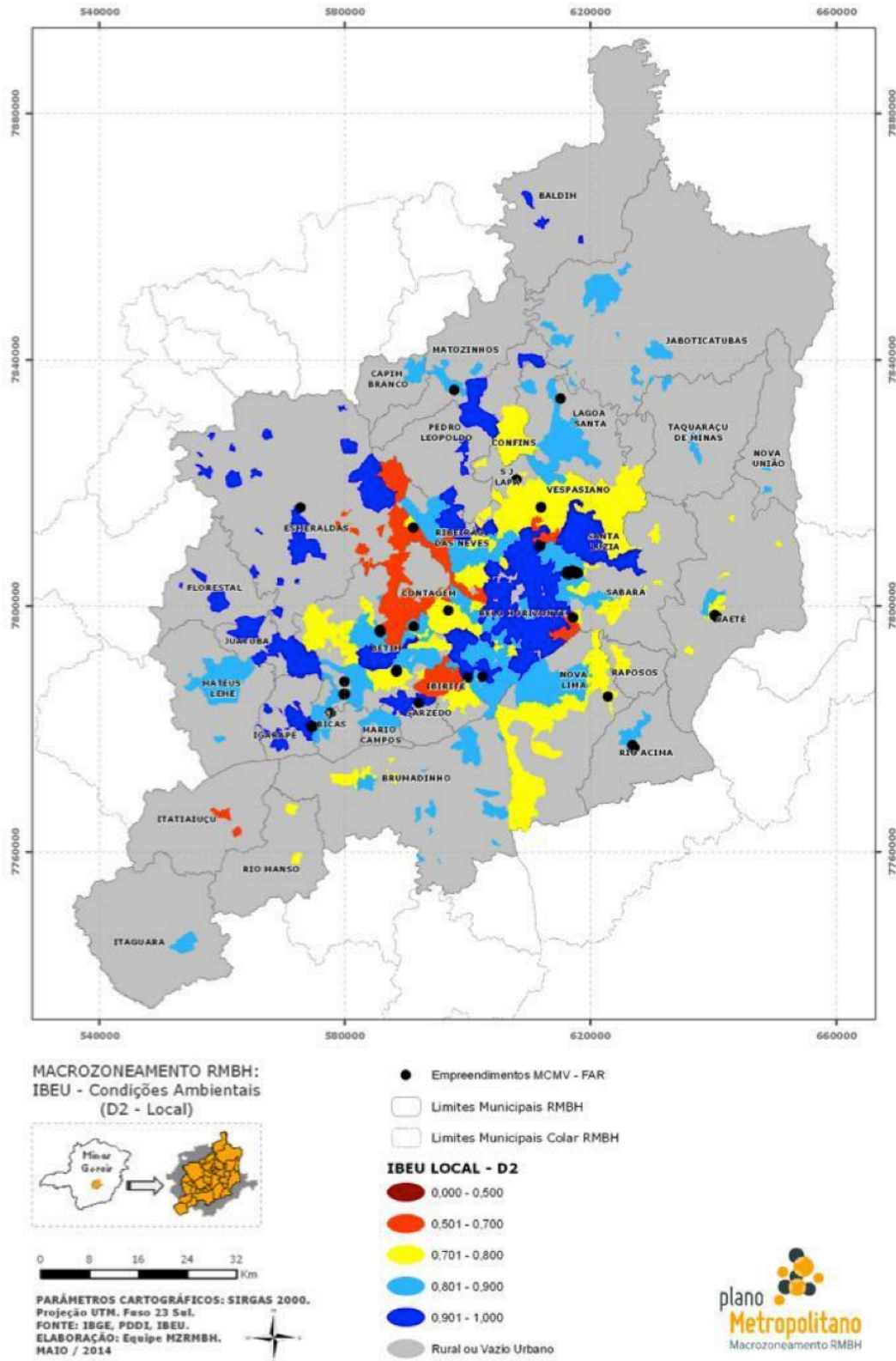


Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH

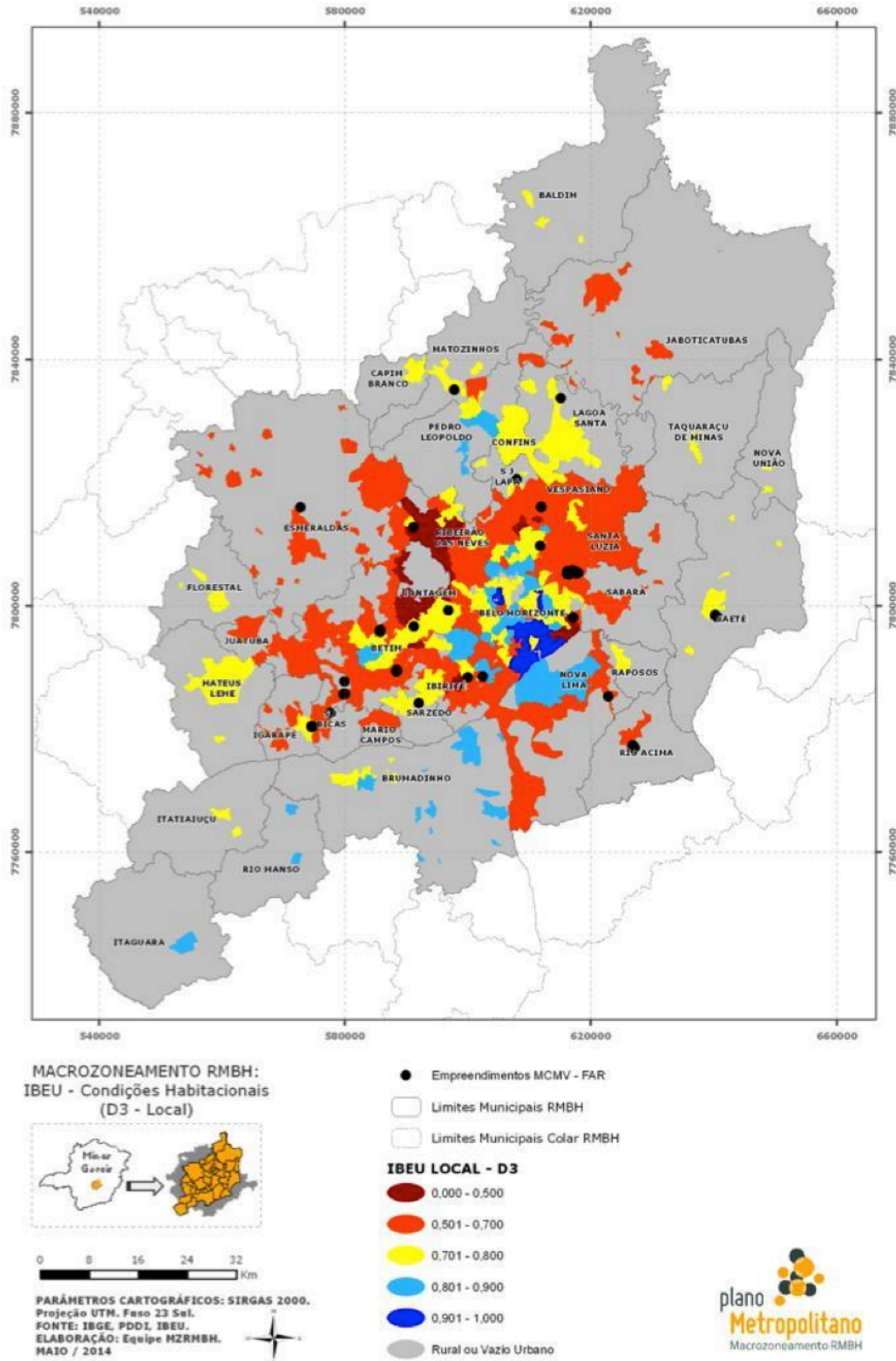
Processo de Revisão
planoDiretor



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

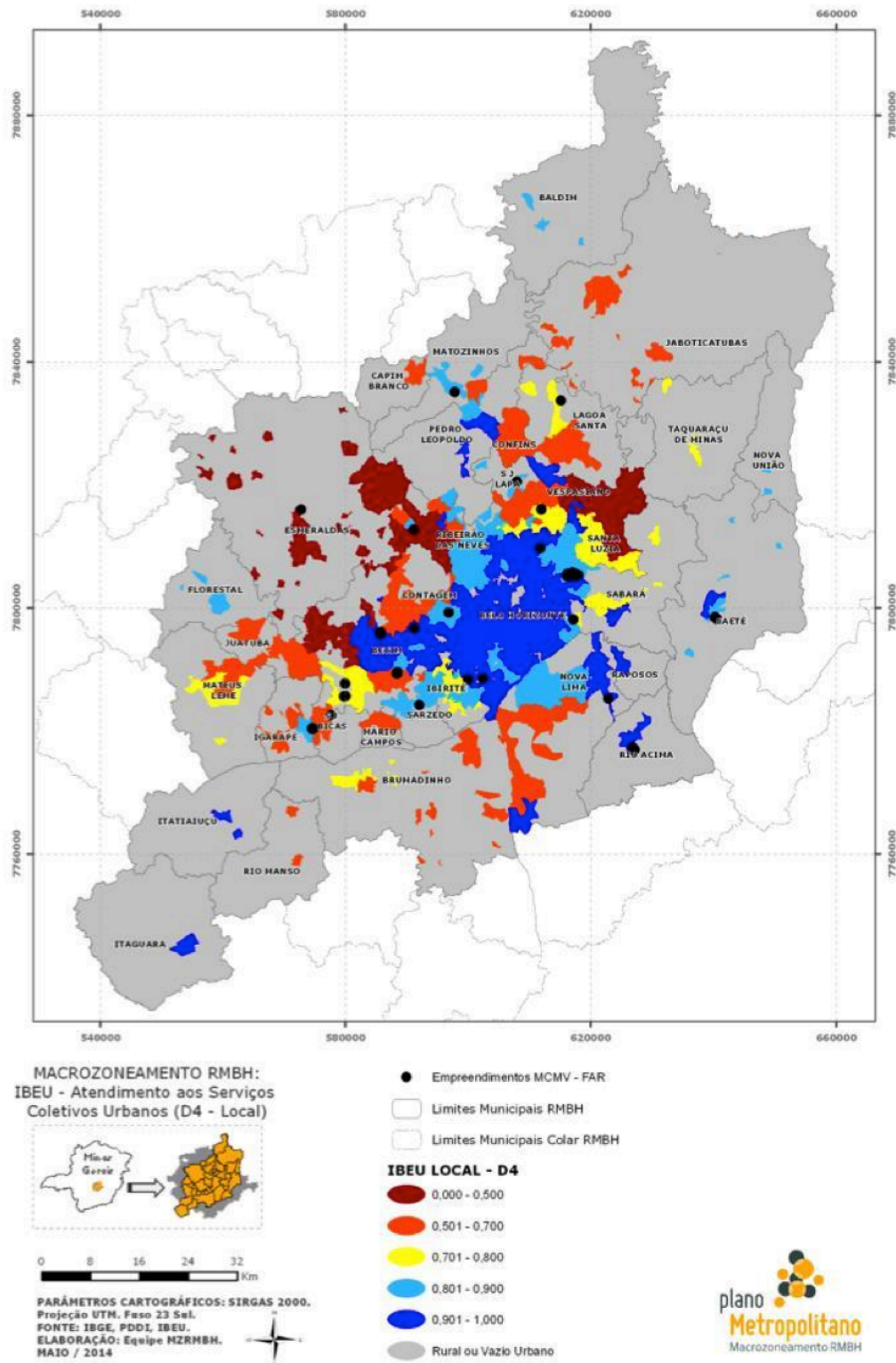
Processo de Revisão
planoDiretor

Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH



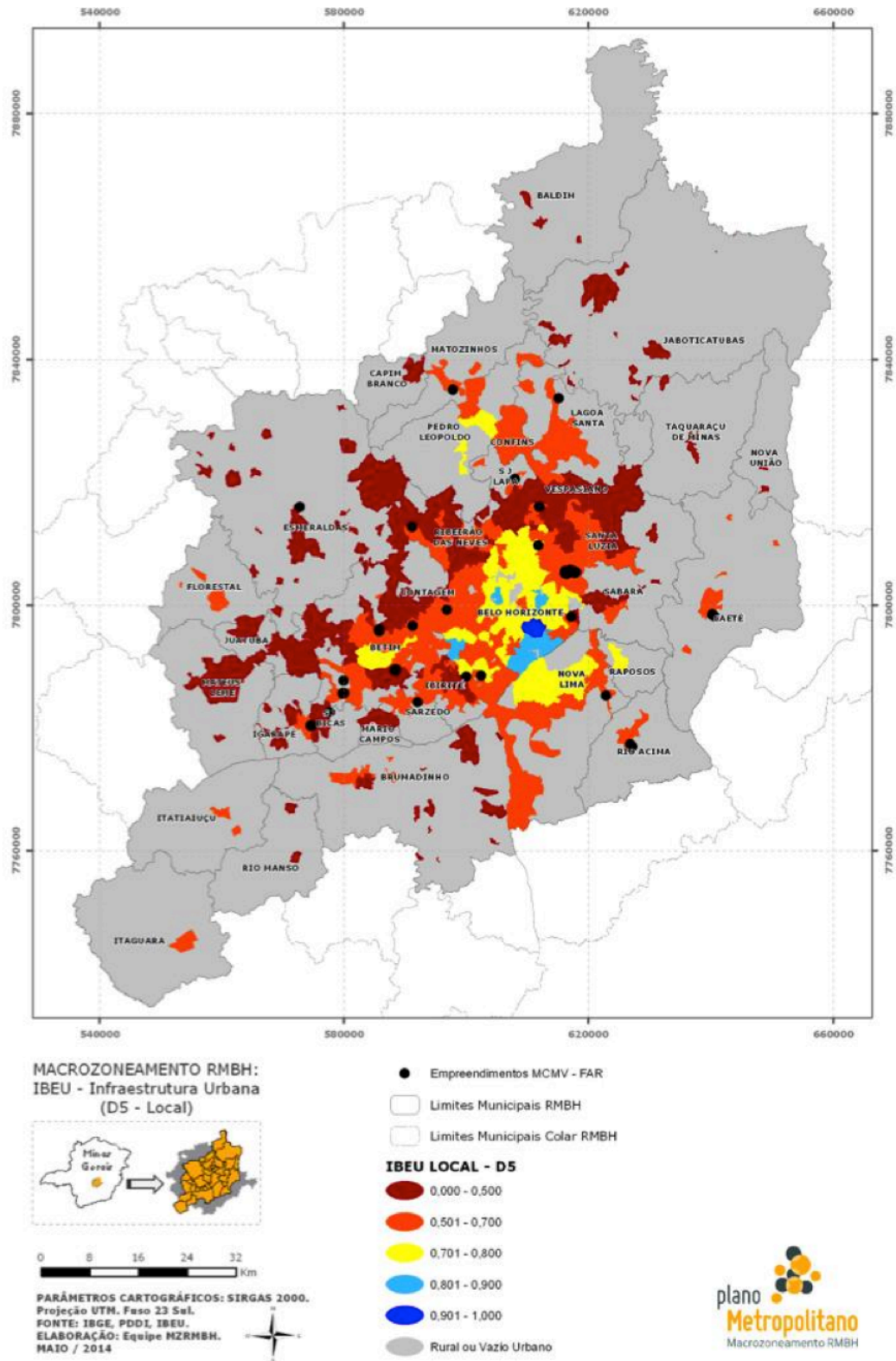
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 39: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 40: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH



7.4 Zonas Especiais

A partir de sua definição legal, entende-se como ZEIS as zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação. Tratam-se de áreas destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda, independentemente de tratar-se de áreas previamente ocupadas por assentamentos populares ou de áreas vazias e subutilizadas¹⁷.

7.4.1 Existência de zonas especiais de interesse social

As ZEIS ocupadas demarcam áreas de assentamentos que apresentam infraestrutura precária, problemas de titularidade e/ou ilegalidades e que se encontram ocupadas por uma população de baixa renda, sendo, portanto, áreas prioritárias para investimentos públicos e sujeitas a regras especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo que tenham como objetivo viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis.

O município de Capim Branco delimitou pelo seu Plano Diretor as ZEIS de áreas consolidadas, ou seja, aquelas em que há a necessidade de investimentos para o provimento de infraestrutura e serviços públicos e ainda para a regularização fundiária. Essas áreas foram nomeadas de ZEIS-RF. Como é possível observar no zoneamento municipal, são identificadas três grandes áreas para regularização fundiária e provimento de infraestrutura e serviços, entretanto, essas áreas não são diferenciadas entre vazias e ocupadas.

¹⁷ A delimitação das ZEIS é considerada pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) como um dos instrumentos a ser utilizados pelo planejamento municipal. Essa mesma lei torna a demarcação dessas áreas obrigatória para a ampliação do perímetro urbano dos municípios como consta no art. 42-B (Lei 10.257/2001, art. 42-B, inciso V).

Figura 41: Zonas Especiais de Interesse Social, Capim Branco



Fonte: Plano Diretor de Capim Branco, Lei Complementar nº 1082 de outubro de 2012

7.4.2 Zonas especiais de interesse social vazias

As ZEIS vazias demarcam áreas vazias ou subutilizadas destinadas para a produção de habitação de interesse social. São áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo que devem facilitar a produção dessas moradias prevendo a aplicação articulada dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e cumprimento da função social da propriedade.

Estão também delimitadas pelo Plano Diretor do Município de Capim Branco as áreas para provimento de unidades habitacionais, as ZEIS vazias, que, no caso de Capim Branco, são denominadas ZEIS. Como é possível perceber na imagem anterior, também são delimitadas três grandes áreas, entretanto, suas localizações parecem pouco integradas ao tecido urbano existente onde há melhor oferta de serviços públicos.

Processo de Revisão
planoDiretor

8 MOBILIDADE URBANA

No que diz respeito aos dados levantados para o presente relatório, a principal fonte de dados é a Pesquisa Origem e Destino da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Pesquisa O/D. Esta é a designação dada a um conjunto de levantamentos realizados para conhecer o padrão de deslocamentos da população, bem como avaliar as condições de mobilidade das diferentes áreas que caracterizam a região metropolitana. A Pesquisa O/D é formada por quatro pesquisas: pesquisa domiciliar, pesquisa nos terminais de transporte, na linha de contorno da região e na linha de travessia. Para atual etapa do processo de revisão do Plano Diretor, esse trabalho considerou apenas os dados da pesquisa domiciliar, por ser a pesquisa mais abrangente e com maior volume de informações.

A Pesquisa O/D é realizada a cada dez anos desde 1972, mas para o presente relatório foram levadas em consideração e sistematizadas as pesquisas dos anos de 2002 e 2012. Na pesquisa foram levantadas, a partir de amostragem domiciliar, os dados referentes às viagens cotidianas realizadas, seu motivo e modo, além da caracterização socioeconômica dos domicílios pesquisados¹⁸.

Além dos dados da Pesquisa O/D, este relatório levantou dados relativos à frota e população municipal, disponibilizados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – e pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Adicionalmente, utilizou-se dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para verificação das linhas de transporte metropolitano que passam pelo território do

¹⁸ Os domicílios foram divididos em Áreas Homogêneas (AHs) a partir de setores censitários e posteriormente agregados em campos. A validade estatística dessa amostragem só é possível a partir do campo como unidade territorial. Para efeito do presente relatório, foi considerada a agregação por município

município, bem como consultas a legislação e órgãos administrativos municipais, para verificação do atual estado de planejamento e gestão da mobilidade urbana em Capim Branco.

Antes de passarmos ao detalhamento de como os dados serão apresentados, é necessário compreender que aspectos fundamentais da mobilidade urbana ainda não foram identificados e sistematizados por pesquisas específicas, como é o caso de demandas reprimidas de deslocamento, isto é, de deslocamentos não realizados por falta de meios e oportunidades para tal. Esse dado é fundamental para o planejamento da mobilidade e políticas de gestão de demanda no transporte.

Os dados foram sistematizados e serão apresentados da seguinte maneira:

- Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.
- Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação.
- Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo.

8.1 Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.

O município de Capim Branco se situa na porção noroeste da RMBH, e sua principal via arterial liga a sede do município à rodovia MG-424 pelos acessos noroeste e sudeste. Essa característica conformará, como será verificado adiante, que o principal destino de viagem de Capim Branco seria o município vizinho de Matozinhos. Além disso, a BR-040 passa pela porção Sudoeste do município, em sua divisa com Esmeraldas.

Quanto à administração da mobilidade urbana no município, buscou-se aferir as seguintes informações: existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou para administração do transporte e trânsito; existência de Plano de Mobilidade Urbana para o município, conforme previsto pela lei federal

12.587/2012 em seu artigo 24; existência de mapa de hierarquia viária, além da forma de concessão do serviço de transporte coletivo municipal, conforme diretrizes estabelecidas na Constituição Federal e na lei supracitada (capítulo II). As informações foram sistematizadas no quadro abaixo:

Quadro 17: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Capim Branco.

CATEGORIA	DADO	FONTE E DATA
Existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou transporte e trânsito	Não	De acordo com a lei 1.369/2016 que dispõe sobre a estrutura orgânica e os procedimentos da administração de Capim Branco
Existência de Plano de Mobilidade Urbana	Não	Previsão pelo Plano Diretor de Capim Branco (Lei nº 1.078/2006 – art. 44, inciso VII)
Existência de mapa de hierarquia viária	Sim	Presente no Plano Diretor de Capim Branco (Lei nº 1.078/2006)
Forma de concessão e operação do transporte coletivo municipal	Inexistente	Informações prestadas por membros do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor.

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores Municipais, 2017

Assim, como se pode constatar inicialmente, os dados até aqui levantados apontam para uma baixa capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana em Capim Branco, de acordo com a atual estrutura administrativa. De acordo com a lei 1.369/2016, compete à Secretaria Municipal de Gestão e Obras, entre outras dezessete atribuições, as de

- III - coordenar a elaboração das políticas de transporte e trânsito, habitação, controle urbano, estruturação urbana, saneamento básico, drenagem e limpeza urbana no Município;

Processo de Revisão
planoDiretor

XVIII - coordenar as atividades de serviços manutenção de veículos e as de transporte;

Além da ausência de órgão com poderes e prerrogativas mais amplas para incidir na política de mobilidade urbana, constata-se também que, sintomaticamente, não está ainda elaborado o Plano de Mobilidade Urbana para o município de Capim Branco que, como citado anteriormente, deve ser obrigatoriamente elaborado para municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas até 3 de janeiro de 2018, sob a penalidade de o município não poder receber repasses federais para políticas de mobilidade urbana. Apesar de ter sua elaboração prevista em seu Plano Diretor, em seu artigo 44, inciso VII, não foi constatada sua elaboração.

Por fim, constatou-se, a partir de informações prestadas por membros do Grupo de Acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor, que não há serviço de transporte coletivo por ônibus, a nível municipal, em Capim Branco. Consta que a última vez que houve linha de transporte coletivo municipal por ônibus foi na década de 1990, prestada pela empresa Unir, que abandonou a oferta do serviço por falta de lucratividade.

Outras informações a respeito da oferta de transporte público no município e sobre fatores de atração de viagens podem ser vistas no quadro abaixo.

Quadro 18: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Capim Branco

CATEGORIA	DADO	FONTE E DETALHAMENTO
Nº de linhas de transporte municipal no município	Nenhuma. Inexistência desde o ano 2000.	Informações prestadas por membros do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor.
Nº de linhas de transporte metropolitano pelo território municipal	5 linhas (5979, 5980, 5986, 5987, 5988)	SETOP, 2017, cotejada com dados da pesquisa O/D RMBH 2012 e informações do Grupo de Acompanhamento

Linhas de transporte interurbano (para fora da RMBH) relevantes	Linha 4490 - Capim Branco – Sete Lagoas	SETOP, 2017, cotejada com informações prestadas por membros do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor.
Atendimento por transporte público à área rural do município	Sim – por meio do transporte escolar	Informações prestadas por membros do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor.
Existência de transporte escolar	Sim – 2 linhas que atendem ao distrito de Boa vista, e às localidades de Altos e Araçás	Informações prestadas por membros do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor.
Existência de local de atração e/ou produção de viagens de carga (ex: centro de distribuição logística)	Não há	Diagnóstico do PDDI e Macrozoneamento e informações prestadas por membros do Grupo de Acompanhamento

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017

O transporte público coletivo por ônibus no município de Capim Branco, como serviço específico para esse fim, é constituído totalmente de linhas que fazem trajetos intermunicipais. No âmbito metropolitano, cuja concessão é regulada pela Superintendência de Transporte Metropolitano (STM), vinculada à Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (SETOP), existem 5 linhas que perpassam o território municipal, são elas:

- 5979 – Capim Branco/ Aeroporto Internacional Tancredo Neves – tarifa R\$7,80
- 5980 – Capim Branco/ Matozinhos – tarifa R\$3,25
- 5986 – Belo Horizonte/Capim Branco – tarifa R\$17,75
- 5987 – Capim Branco/ Pedro Leopoldo – tarifa R\$3,25
- 5988 – Capim Branco/ Terminal Vilarinho – tarifa R\$12,50

Assim, constata-se que os trajetos mais atrativos, se tomado o custo do deslocamento em consideração são para os municípios de Matozinhos e Pedro

Leopoldo. É importante ressaltar que essas linhas, por circularem entre distritos, podem ser utilizadas, muitas vezes para o deslocamento intramunicipal.

Além das linhas metropolitanas, é importante citar a linha interurbana para Sete Lagoas, sob outro regime de concessão, uma vez que seu trajeto excede os limites territoriais da RMBH:

- 4490 – Capim Branco/ Sete Lagoas – tarifa R\$7,20

Como se pode ver, o trajeto até Sete Lagoas é significativamente mais barato que o realizado até Belo Horizonte, a distância menor entre Capim Branco a Sete Lagoas (24km) diminui a tarifa do serviço, mesmo que linhas intermunicipais não-metropolitanas tenham um custo de concessão mais alto que o sistema metropolitano. Os dados levantados, pela própria natureza da Pesquisa O/D RMBH, não informam o número de viagens realizadas entre os municípios de Capim Branco e Sete Lagoas, mas é necessário tomar em relevância a relação entre os dois municípios em qualquer futura análise sobre a mobilidade urbana de Capim Branco.

Além das linhas de transporte coletivo propriamente ditas, Capim Branco conta com duas linhas de transporte escolar rural, financiadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que atendem ao distrito de Boa Vista e às localidades de Altos e Araçás, fazendo sua ligação com a sede municipal. Além de transportar a população em idade escolar, essas linhas muitas vezes são o único meio de transporte da população rural até a sede de Capim Branco.

Por fim, é importante constatar que não há nenhuma atividade econômica – industrial ou de serviços – de porte suficiente para atuar como fator de atração de viagens ao município, bem como não nenhum centro de distribuição logística mais especificamente. De fato, é de se supor que o próprio trânsito de passagem é de baixo volume, uma vez que as principais rodovias que dão acesso a Capim Branco não passam pelo perímetro urbano municipal.

8.2 Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação

Os dados a seguir apresentados buscam dar uma dimensão de como a mobilidade urbana variou em Capim Branco ao longo da última década, bem como comparar essa variação com cenários mais abrangentes – no município de Belo Horizonte, na Região Metropolitana como um todo e no país, quando houver dados. Assim, são apresentados os dados referentes a quantidade de veículos registrados no município, e nas outras unidades territoriais em análise, nos anos de 2004 e 2015, bem como o número de viagens realizadas no município, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, nos anos de 2002 e 2012, a partir da Pesquisa Origem-Destino. Para tornar a comparação mais possível, são elaboradas e apresentadas as taxas de motorização e mobilidade de cada uma dessas informações.

8.2.1 Frota de veículos

A frota de veículos é a informação da quantidade de veículos motorizados registrados pelo Departamento Nacional de Trânsito no período em questão. Quando o território se refere a um município, o dado se refere a quantidade de veículos emplacados no referido município. Para a RMBH e Brasil, o dado se refere ao somatório de veículos emplacados nos municípios que compõem essas unidades territoriais¹⁹. O resumo pode ser verificado no quadro a seguir:

¹⁹ É importante frisar que os dados se referem a todas qualidades de veículos automotores existentes (automóveis, caminhonetes, camionetas, utilitários, motocicletas, motonetas, ciclomotores, quadriciclos, triciclos, micro-ônibus, ônibus, caminhões, caminhões-tratores, reboques e semirreboques), mas que os veículos leves automotores (automóveis, caminhonetes, motocicletas e afins) respondem pela maior parte de sua composição. Além disso, ressalta-se que ambos os dados se referem aos meses de dezembro de cada ano e foram retirados do sítio eletrônico do Denatran no ano de 2016.

Quadro 19: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Capim Branco, Belo Horizonte, RMBH e Brasil

TERRITÓRIO	FROTA DE VEÍCULOS EM 2004	FROTA DE VEÍCULOS EM 2015	VARIAÇÃO (%)
Capim Branco	1.022	3.641	265,25%
Belo Horizonte	816.091	1.714.233	110,05%
RMBH	1.217.730	2.830.842	132,47%
Brasil	39.240.825	90.686.936	131,10%

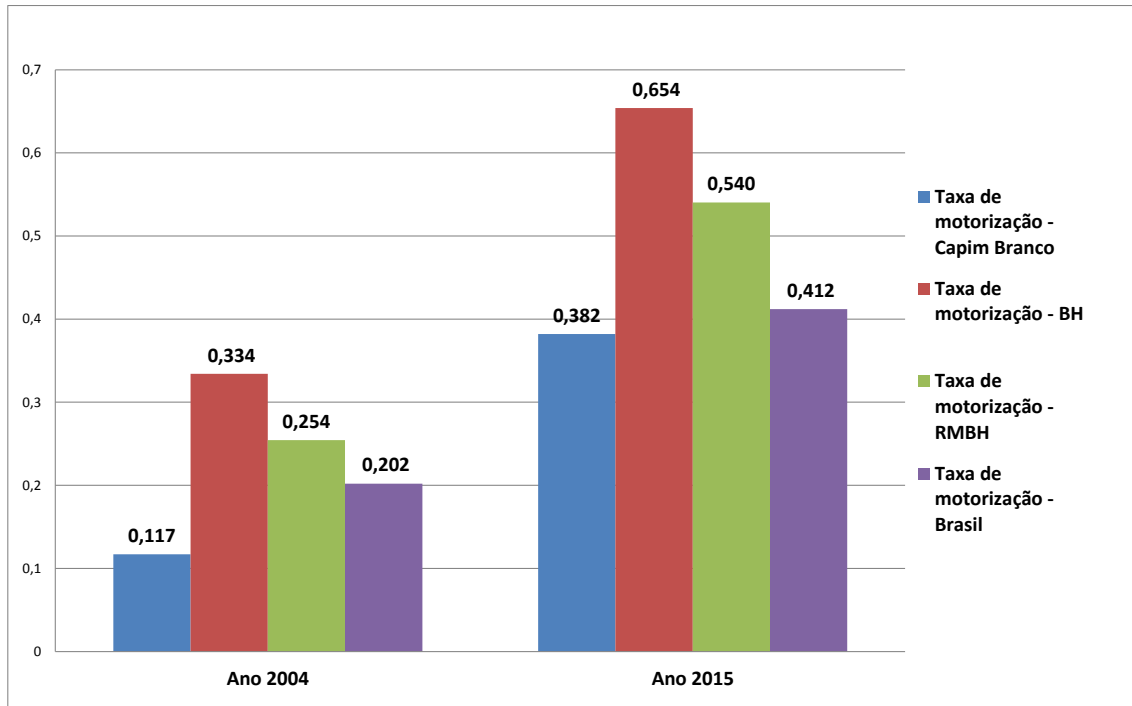
Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN (2004 e 2015)

Se na capital mineira, na RMBH e no país como um todo o número de veículos mais que duplicou, em Capim Branco esse valor mais que triplicou. Entretanto essa alta taxa de crescimento deve ser ponderada pelo baixo número absoluto de veículos adicionados (2.639) e pelo número de habitantes do município, como se verá a seguir.

8.2.2 Taxa de motorização 2004 e 2015

A taxa de motorização é a razão entre o número de veículos pertencentes a um território e sua quantidade de habitantes. Em outras palavras, é a quantidade de veículos por pessoa que existe em cada localidade. Ponderada pela população (a partir das estimativas populacionais oficiais do IBGE), a taxa de motorização permite a comparação entre territórios de escala e complexidade diferentes.

Figura 42: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Capim Branco, Belo Horizonte, RMBH e Brasil



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN e IBGE (2004 e 2015)

Como se pode ver na figura acima, a taxa de motorização de Capim Branco mais que triplicou entre 2004 e 2015 mas, mesmo assim, permaneceu abaixo das médias para o Brasil, RMBH e Belo Horizonte. Nesse sentido, o crescimento de Capim Branco se deu, entre outros fatores, pelo fato de que havia mais espaço e potencial de crescimento do que nas outras localidades, justamente por seu índice se encontrar abaixo da média.

8.2.3 Divisão territorial na pesquisa O-D – número de áreas homogêneas e unidades de macro mobilidade no município

A Pesquisa Origem-Destino da RMBH, tanto em 2002 como 2012, trabalha com amostragens de domicílios divididos a partir de áreas homogêneas, como sua

menor área de divisão territorial. As áreas homogêneas são determinadas a partir da agregação de setores censitários do IBGE. As áreas homogêneas, entretanto, não podem ter seus dados de viagens e caracterização socioeconômica expandidos com validade estatística para o universo total da RMBH. Por isso, as áreas homogêneas são agregadas em campos, a menor unidade territorial com validade estatística para a Pesquisa O-D e posteriormente em unidades de macro mobilidade (UMM).

Antes de se analisar os dados sobre viagens em Capim Branco apresentados pela Pesquisa O-D em 2002 e 2012, é necessário ressaltar que o município se constitui de uma única UMM, composta de 3 áreas homogêneas em 2002 e 5 em 2012. A variação da divisão territorial de análise do município funciona como um elemento de aproximação da variação do grau de complexidade de sua mobilidade urbana..

8.2.4 Número de viagens realizadas por dia útil e taxa de mobilidade 2002 e 2012

O número de viagens realizadas em um município se refere a quantidade de pessoas que realizaram um deslocamento entre dois pontos específicos, utilizando-se um ou mais meios de transporte. As viagens levantadas pela pesquisa são aquelas realizadas em um dia útil da semana. A Pesquisa O-D RMBH identificou a seguinte composição de viagens para a RMBH, Belo Horizonte e o município de Capim Branco.

Quadro 20: Viagens cotidianas realizadas em Capim Branco, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012

TERRITÓRIO	VIAGENS REALIZADAS EM 2002	VIAGENS REALIZADAS EM 2012	VARIAÇÃO (%)
Capim Branco	8.169	17.040	+108,59%
Belo Horizonte	3.955.844	6.810.346	+72,16%

RMBH	6.264.678	13.059.719	+108,47%
Participação percentual de Capim Branco no total de viagens da RMBH	0,13%	0,13%	+0,06%

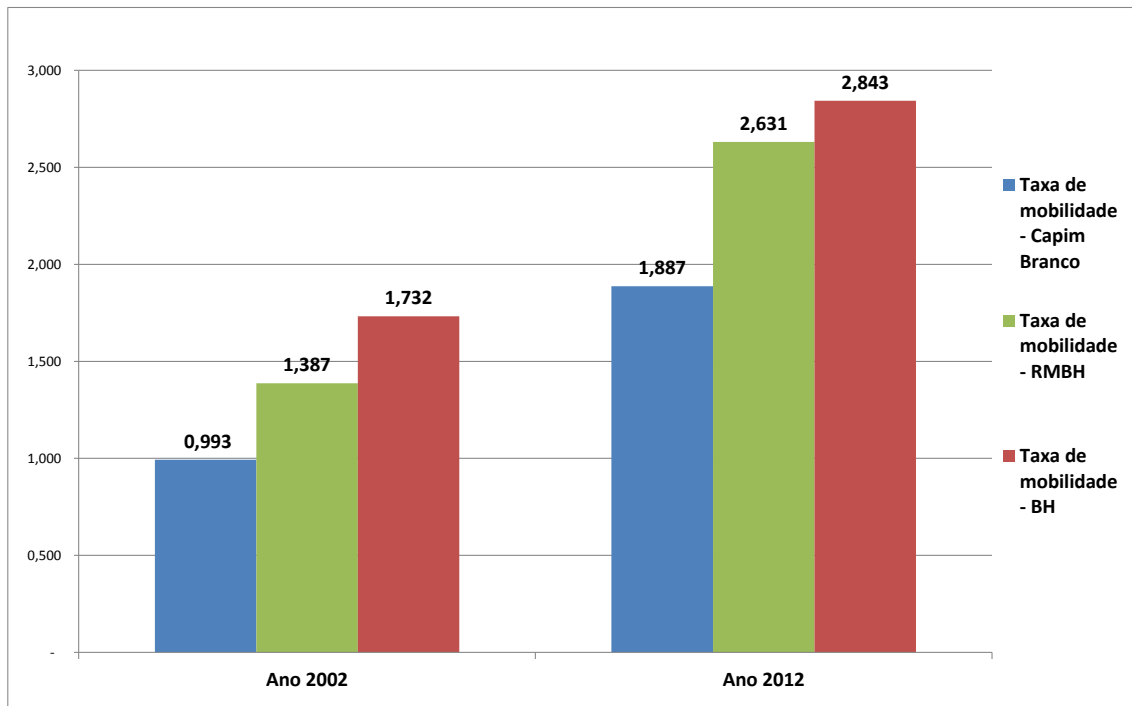
Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Como se pode ver pelo quadro acima, houve grande crescimento do número de viagens realizadas tanto no município de Capim Branco, como em Belo Horizonte e na RMBH. É de se atentar que as taxas de crescimento da região metropolitana e de Capim Branco foram praticamente as mesmas. Novamente, como na questão da frota de carros, há uma diferença no volume que as quantidades para Capim Branco e RMBH representam, sendo a última cerca de mil vezes maior que a primeira. É importante ressaltar que, em virtude da taxa de crescimento aproximada entre os dois territórios, a participação percentual das viagens geradas em Capim Branco em relação ao total da RMBH permaneceu praticamente o mesmo, um pequeno valor de 0,13%.

Para podermos realizar uma comparação mais efetiva dos dados de crescimento do número de viagens, cabe o mesmo tratamento realizado com as informações sobre a frota de veículos.

A taxa de mobilidade é a razão entre o número de viagens realizadas por dia útil, constatada na pesquisa Origem-Destino em determinada localidade, e a quantidade de habitantes do território em questão. Abaixo é apresentado a figura comparativo da taxa de mobilidade para Capim Branco, Belo Horizonte e a Região Metropolitana.

Figura 43: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Capim Branco, Belo Horizonte e RMBH



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH e IBGE (2002 e 2012)

Como se vê acima, as taxas de mobilidade cresceram em todas as agregações territoriais analisadas. Entretanto, é de se notar que Capim Branco ainda permanece distante da média metropolitana, e que, apesar ter sua taxa de mobilidade praticamente duplicada entre 2002 e 2012, se distanciou mais ainda da média da RMBH que está chegando aos patamares praticados na capital do estado.

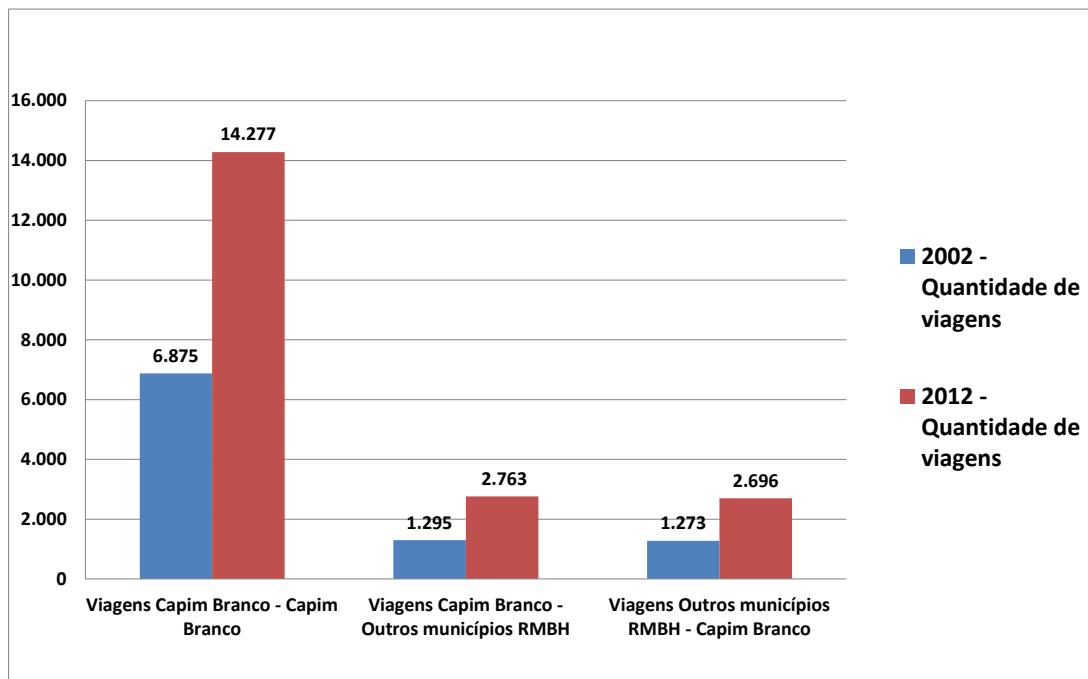
8.3 Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo

A presente seção irá detalhar os dados agregados de viagens por unidade territorial, sistematizando o modo como foram realizadas, o local de origem e destino e os motivos para o deslocamento. Essas informações são relevantes não apenas para se pensar políticas públicas de mobilidade urbana, como também para compreender as relações econômicas e sociais de interdependência entre os territórios.

8.3.1 Pesquisa O-D - composição das viagens por origem e destino e relação percentual com o restante da RMBH

A figura abaixo mostra, para 2002 e 2012 a composição das viagens com origem em Capim Branco divididas por destino, se para o próprio município ou se para outros municípios da RMBH, bem como mostra quantas viagens foram realizadas de outros municípios com destino a Capim Branco.

Figura 44: Número de viagens realizadas entre Capim Branco e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 2012



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Para se compreender melhor a divisão das viagens de Capim Branco por origem e destino, as quadros a seguir mostram os dados em termos percentuais.

Quadro 21: Divisão percentual das viagens com origem em Capim Branco, por destino da viagem, em 2002 e 2012

DESTINO DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Capim Branco	84,15%	83,78%
Outros municípios - RMBH	15,85%	16,22%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Quadro 22: Divisão dos destinos das viagens com destino a Capim Branco, por origem da viagem, em 2002 e 2012

ORIGEM DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Capim Branco	84,37%	84,11%
Outros municípios - RMBH	15,63%	15,89%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

As quadros acima demonstram que 84,15% das viagens produzidas pelo município de Capim Branco em 2002 são viagens internas, ou seja, viagens com origem e destino no território do município. Esse valor tem ligeira queda em 2012, chegando a 83,78%. Inversamente, pode-se dizer que 15,82% das viagens em 2002 têm por destino outro município na RMBH, valor que sobe para 16,22% em 2012. Esses valores demonstram um razoável grau de interdependência do município com a Região Metropolitana, algo que está dentro da média de 85% de viagens intramunicipais da RMBH. A proporção de viagens atraídas pelo município de Capim Branco, isto é, viagens cujo destino final foi o município, segue praticamente a mesma distribuição que as viagens produzidas. Ou seja, 15,63% dos deslocamentos com destino a Capim Branco se originaram de outros municípios da RMBH em 2002, valor que aumenta para 15,89% em 2012. Essa similaridade na proporção de deslocamentos indica complementaridade das viagens e, possivelmente, movimentos pendulares entre casa e trabalho.

Futuramente, esses dados poderão ser desagregados por motivo do deslocamento, para melhor caracterização.

Os quadros e figuras seguintes apresentam os municípios com os quais Capim Branco realizou deslocamentos em 2002 e 2012.

Quadro 23: Distribuição das viagens com origem em Capim Branco e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.

DESTINO DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Matozinhos	66,26%	58,87%
Pedro Leopoldo	26,65%	20,57%
Belo Horizonte	2,05%	11,64%
Vespasiano	1,59%	5,09%
Esmeraldas	1,88%	2,50%
Contagem	1,59%	0,00%
Confins	0,00%	1,32%

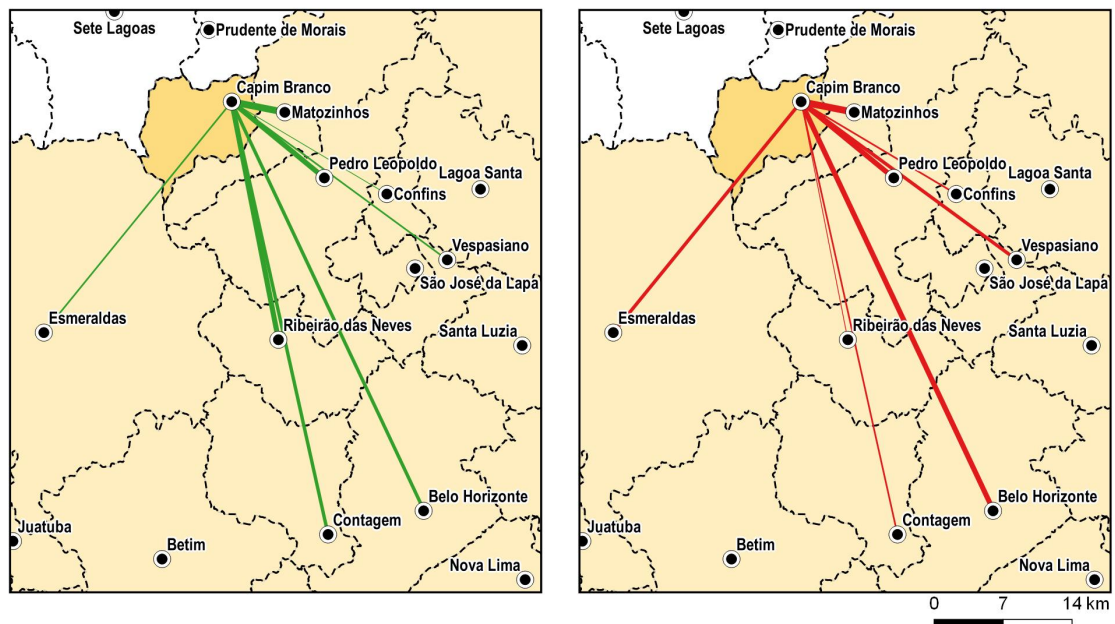
Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Como se pode constatar pelas informações apresentadas, Matozinhos é o principal município com o qual Capim Branco mantém viagens cotidianas, sendo destino de 66,22% de suas viagens externas na RMBH em 2002 e 58,87% em 2012. Outro município limítrofe com grande participação é Pedro Leopoldo, atraindo 26,65% e 20,57% das viagens em 2002 e 2012, respectivamente. É de se notar o aumento da participação de Belo Horizonte na composição de destinos de Capim Branco, aumentando de 2,05% para 11,64% entre 2002 e 2012, o que pode ter sido gerado justamente pelo aumento da capacidade de mobilidade da população do município. Por outro, esse dado demonstra também um certo aumento da dependência em relação a capital mineira não desejável nas diretrizes do planejamento metropolitano. Os outros municípios têm menor

Processo de Revisão
planoDiretor

participação na matriz de deslocamentos, cabendo mencionar apenas Vespasiano com 5,09% em 2012 e a presença de Confins, também em virtude da linha de ônibus criada, demonstrando deslocamentos até o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, como a linha de ônibus metropolitano indica. Todos esses dados podem ser melhor visualizados na figura a seguir:

Figura 45: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Capim Branco, anos de 2002 e 2012.



LEGENDA

Número de viagens em 2002

- 0
- 0 - 21
- 21 - 31
- 31 - 308
- 308 - 829

● Sedes_Munic_MG

- Limites municipais
- Município Capim Branco
- Demais municípios RMBH

Número de viagens em 2012

- 0
- 0 - 36
- 36 - 70
- 70 - 595
- 595 - 1589

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Assim, percebe-se que as principais relações que geram deslocamentos intermunicipais cotidianos, e que permaneceram entre 2002 e 2012, em Capim Branco foram com Matozinhos, Pedro Leopoldo e Belo Horizonte. Cabe aqui

Processo de Revisão
planoDiretor

apontar a necessidade de se aprofundar na compreensão da natureza dessas relações intermunicipais.

Analogamente, apresenta-se abaixo o quadro da origem dos deslocamentos intermunicipais com destino à Capim Branco, em 2002 e 2012.

Quadro 24 : Distribuição das viagens com destino a Capim Branco com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.

ORIGEM DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Matozinhos	65,13%	58,93%
Pedro Leopoldo	24,20%	22,05%
Belo Horizonte	2,09%	11,33%
Vespasiano	1,62%	2,61%
Esmeraldas	1,62%	2,57%
Contagem	2,43%	1,16%
Confins	0,00%	1,35%
Ribeirão das Neves	2,91%	0,00%

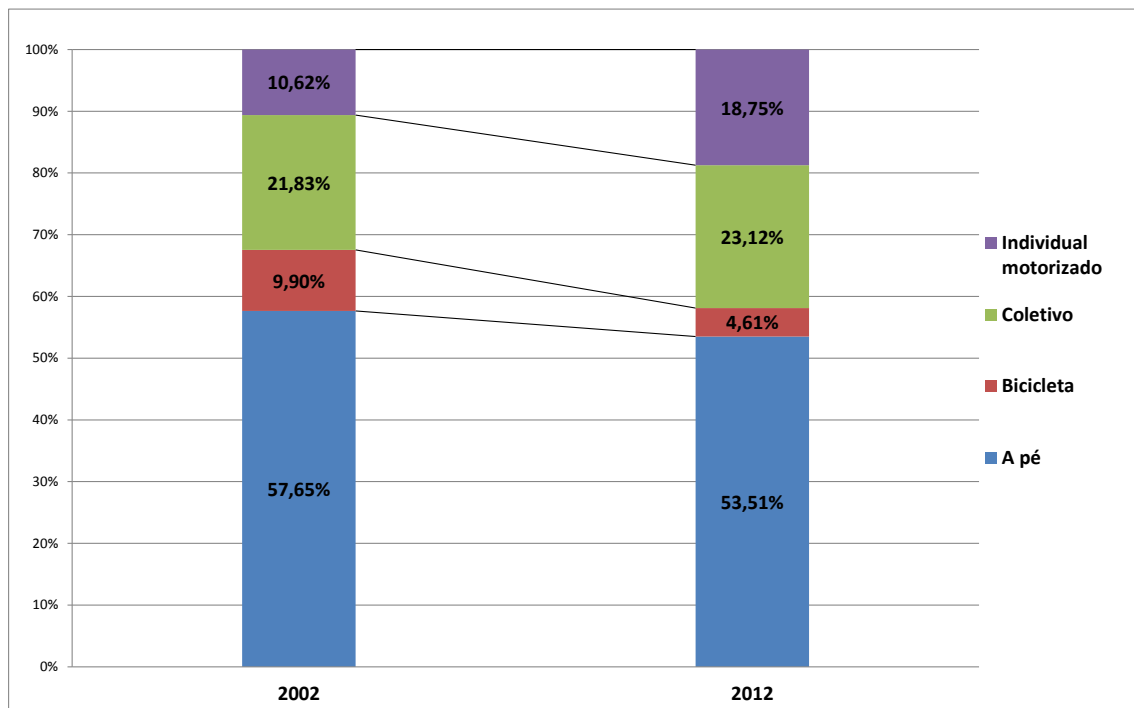
Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

O quadro acima apresenta, em linhas gerais, a mesma composição do quadro anterior. Isso se dá em virtude, principalmente, de deslocamentos pendulares, no qual se vai e volta para o mesmo município em um mesmo dia. Assim, prevalecem a predominância de Matozinhos e Pedro Leopoldo, bem como o crescimento de Belo Horizonte no ano de 2012. É relevante também notar a ausência de Ribeirão das Neves como território produtor de viagens a Capim Branco, bem como o baixo peso de Contagem.

8.3.2 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por modo agrupado - 2002 e 2012

A seguir é apresentada a variação das viagens realizadas em Capim Branco, por modo de transporte, entre os anos de 2002 e 2012. Além do modo a pé e por bicicleta, há as categorias de “modo individual motorizado” que compreende qualquer deslocamento cujo modo principal foi o automóvel, seja como motorista ou carona, motocicleta, táxi, caminhão ou perua, e de “modo coletivo”, que compreende deslocamentos por ônibus, transporte especial e transporte escolar.

Figura 46 : Distribuição das viagens produzidas em Capim Branco por modo de transporte, em 2002 e 2012.



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

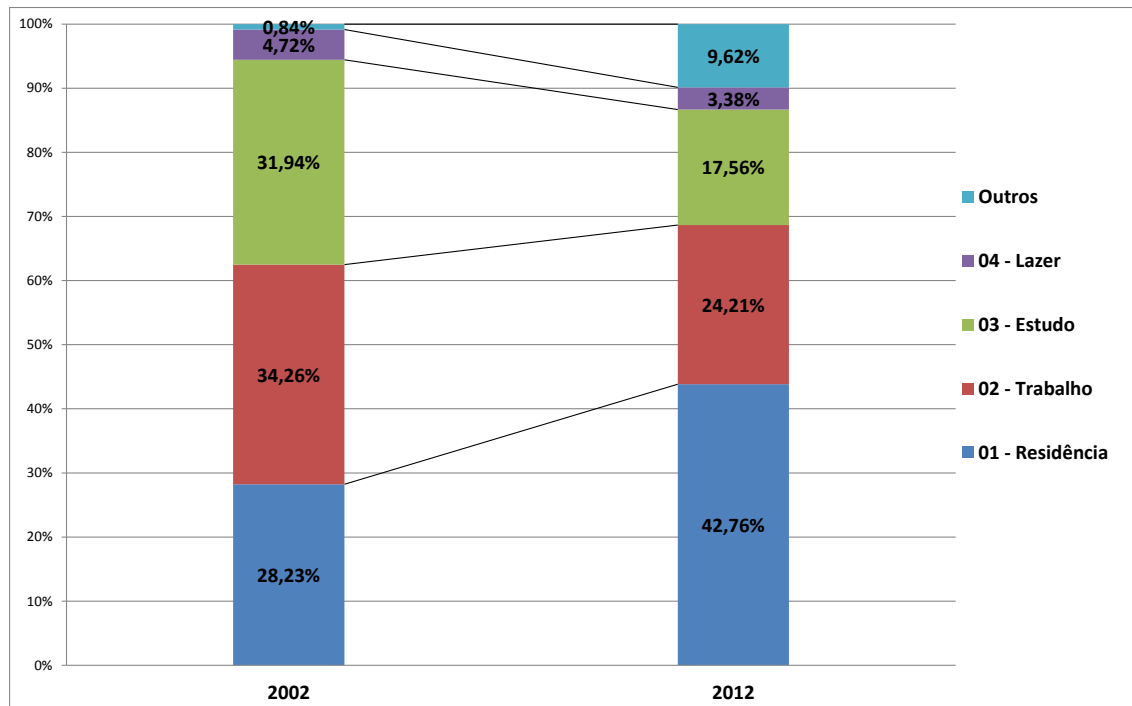
Como se pode constatar pela figura acima, o modo a pé continua o predominante nos deslocamentos de Capim Branco, compondo ainda mais da metade do total. Embora com ligeira queda relativa, é de se lembrar para esta e as demais categorias, que o número de viagens cotidianas mais que duplicou. Sendo assim,

apenas o modo por bicicleta apresentou queda absoluta nos dados. Além disso, é necessário ressaltar o aumento do modo individual motorizado, reflexo do aumento da frota no município. Por fim, a participação das viagens por modo coletivo aumentou entre 2002 e 2012, em uma tendência contrária ao verificado para o conjunto da RMBH e do Brasil, demonstrando de fato que havia uma demanda reprimida por deslocamentos em Capim Branco.

8.3.3 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por motivo - 2002 e 2012

A seguir é apresentada a variação relativa de viagens produzidas em Capim Branco com relação ao motivo principal que gerou o deslocamento. As viagens foram sistematizadas em agrupadas em nove categorias, a saber: 01 – Residência, viagens para o próprio domicílio; 02 – Trabalho, viagens com destino ao trabalho, 03 – Estudo, 04 – Lazer, que agrupa viagens com motivos de turismo, recepção, visitas, congressos, seminários e atividades religiosas; 05 – Saúde, que agrupa viagens com motivo de médico, dentista, exame clínico ou laboratorial; 06 - Compras; 07 – Particular, viagens com motivo “Negócios Particulares (Bancos/Loterias/ etc.)” e com motivo “Refeição (almoço/jantar)”; 08 – Servir Passageiros, viagens com motivo de carona a outro passageiro e 09 – Fazer escala, que compreende os motivos escala e transbordo demorado.

Figura 47: Distribuição das viagens produzidas em Capim Branco por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Como se pode constatar pela figura acima, houve um crescimento da participação das viagens por motivo residência, o que indica que um maior número de pessoas tem se deslocado no município e dá indícios que pessoas que antes não se deslocavam cotidianamente o passaram a fazer. É de se notar a queda proporcional tanto do motivo trabalho quanto do motivo estudo, além de um ligeiro crescimento do motivo lazer. Ou outros motivos, em especial o “Particular” tiveram algum crescimento, mas ainda compõem uma fração relativamente marginal no total de deslocamentos do município de Capim Branco. Esses dados deverão ser aprofundados e cotejados com outras evidências futuramente para melhor compreensão.

9 AGRICULTURAS

A sistematização de dados sobre a atividade agropecuária nos municípios da RMBH permite melhor compreensão da estruturação territorial e da conformação dos sistemas agroalimentares no contexto regional. A partir dessa compreensão, é possível considerar demandas apontadas pelos sujeitos e organizações que atuam com as diferentes agriculturas e discutir formas mais efetivas de inclusão destas práticas nas políticas públicas. Essa compreensão ampliada possibilita ainda visualizar formas de inserção do município no contexto metropolitano, bem como favorecer a incorporação das agriculturas no Processo de Revisão do Plano Diretor.

Observa-se que, de modo geral, não são identificadas fontes específicas de dados secundários sobre a agroecologia e sobre a agricultura urbana na RMBH. Essa lacuna foi confirmada ao longo da execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, quando foram solicitadas informações para as administrações municipais e obteve-se inexpressivo retorno. A ausência de informações e, em alguns casos, o uso de informações de forma pouco crítica e aprofundada podem acentuar a pouca expressividade e o baixo interesse sobre a agricultura nas pautas prioritárias de políticas públicas e investimentos voltados para o desenvolvimento da RMBH.

Nesse sentido, os dados secundários, apresentados a seguir, se referem à atividade agropecuária em geral, abrangendo a produção familiar, não familiar e empresarial, e contribuem para reforçar uma percepção integrada das agriculturas no território metropolitano, bem como das particularidades dos municípios que integram a RMBH.

Desse modo, os dados apresentados para a composição de um panorama geral das agriculturas presentes no município de Capim Branco foram organizados da seguinte forma: (i) Produção; (ii) Emprego; (iii) Estrutura Agrária e (iv) Transferências Governamentais e Crédito Rural. De um modo geral vale ressaltar que, para além da ausência de uma sistematização mais completa dos dados,

aqueles existentes e disponíveis apresentam diversos desafios para sua utilização e aproveitamento para estudos e pesquisas. Dentre outros, destacam-se cinco aspectos gerais:

1. Utilização de metodologias de coleta de dados distintas, de acordo com a pesquisa e/ou órgão responsável. Existem dados, por exemplo, resultantes de pesquisa por amostragem e de pesquisas por recenseamento. Estas distinções podem gerar problemas/incompatibilidades na utilização/comparação de dados das diferentes fontes.
2. Diferentes temporalidades dos dados. As fontes de dados apresentam informações de anos distintos e muitas pesquisas são feitas em periodicidades também distintas, dificultando a complementaridade com coerência de informações oriundas de fontes diferentes.
3. Utilização de unidades territoriais diferentes. Existem fontes de dados que utilizam como recorte territorial, por exemplo, o limite municipal, enquanto outras utilizam mesorregiões ou outras formas de regionalização.
4. Agregação de dados coletados. Muitos dados são agrupados de forma a não diferenciar questões fundamentais, tais como se a produção é oriunda de agricultura familiar ou não familiar.
5. Não incorporação, em muitas pesquisas, da atividade agrícola exercida em locais/por sujeitos “informais”/não convencionalmente considerados. Por exemplo, a produção dos quintais, hortas comunitárias, pequenos agricultores familiares que não acessam políticas públicas, etc.

Inserido no Vetor Noroeste da RMBH, o município de Capim Branco, conhecido como “A Cidade do Orgânico”, se destaca na produção de bens oriundos da produção agroecológica e orgânica, agricultura familiar e pecuária. A produção local é predominantemente agrícola, graças à presença da nascente no Ribeirão

da Mata, com destaque para a produção de orgânicos destinados ao abastecimento da RMBH. Abaixo, segue um breve diagnóstico das agriculturas no município

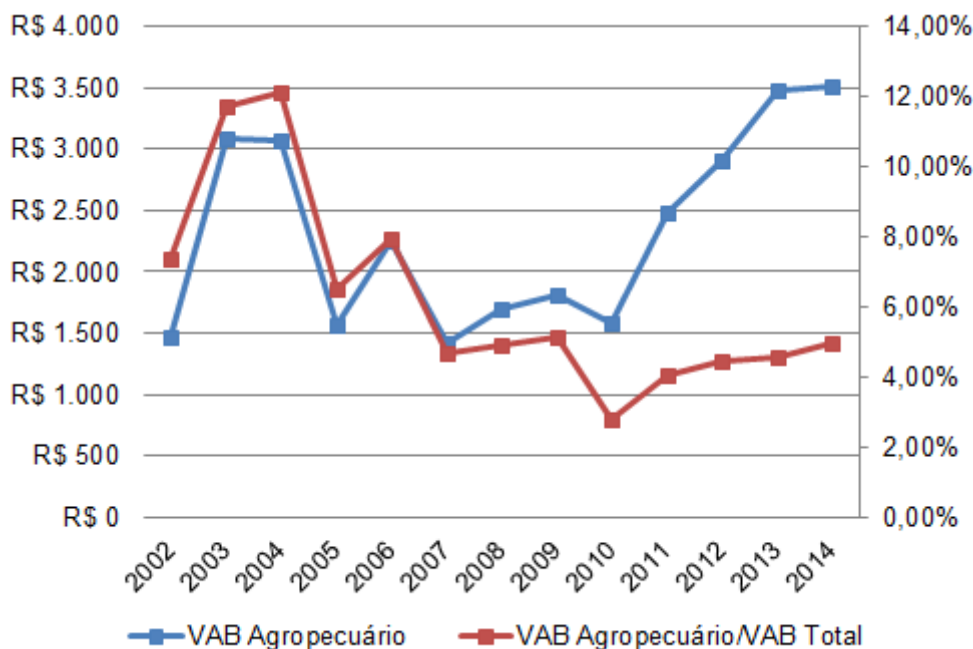
9.1 Produção

Com relação à produção, um dos indicadores do papel que o setor agropecuário desempenha na economia municipal é o Produto Interno Bruto - PIB. A Pesquisa sobre o PIB Municipal, elaborada, também, pelo IBGE, revela que o PIB advindo do setor agropecuário em Capim Branco, para o ano de 2012, foi de R\$ 5.155,29 mil, representando 6,36% do PIB total do município. Trata-se do 11º município da RMBH com maior representatividade do PIB Agropecuário em relação ao PIB total.

Outro indicador do desempenho da atividade econômica no nível municipal que compõe a pesquisa do IBGE é o Valor Adicionado Bruto – VAB, que corresponde à soma das diferenças entre o valor da produção e do consumo intermediário em cada etapa do processo produtivo. O VAB Agropecuário de Capim Branco, em 2014, era de R\$ 3.512 mil, representando 4,95% do VAB total do município. Com esse resultado, o município ocupa a 22ª posição no *ranking* da RMBH de representatividade do VAB Agropecuário em relação ao VAB total. A Figura abaixo apresenta a evolução do VAB Agropecuário para o município: o VAB Agropecuário tem sofrido crescimento acelerado desde 2010, recuperando os valores apresentados no período entre 2003 e 2005. Além disso, sua participação no VAB Total apresentou recuperação nesse mesmo período, após um forte período de queda entre 2003 e 2010.

Processo de Revisão
planoDiretor

Figura 48: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em porcentagem do VAB Total (2002-2014), Capim Branco



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (SIDRA, IBGE).

Com relação à diversificação da produção pecuária, o IBGE realiza uma pesquisa de Produção Pecuária Municipal - PPM, na qual apresenta informações sobre os efetivos das espécies animais criados e também dados sobre produção animal, subdividindo-se em: Produção Animal (leite, ovos de galinha e mel), Rebanho de Grande Porte (bovino, equino e bubalino), Médio Porte (suíno, caprino e ovino) e Pequeno Porte (galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas)²⁰. A PPM de 2012 mostrou que, em termos de volume de produção, Capim Branco se destaca

²⁰ Nas análises deste trabalho foram priorizadas: as produções de leite, de ovos de galinha, de ovos de codornas e de mel de abelha, inseridos na Produção Animal; bovino, equino e bubalinos, inseridos no Rebanho de Grande Porte; Suíno Caprino e Ovino, inseridos no Rebanho de Médio Porte; e galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas, inseridos no Rebanho de Pequeno Porte.

em volume de produção de ovinos, sendo o 5º município que mais produz dessa variedade na RMBH. Além disso, em Capim Branco ocorre a produção de bovinos, leite e caprinos, sendo que o município ocupa o 13º, o 14º e o 17º lugar, respectivamente, no ranking metropolitano.

Por sua vez, com relação à produção agrícola, o IBGE realiza a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, que apresenta informações sobre a área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e preço médio pago ao produtor de algumas culturas permanentes e temporárias²¹. A PAM de 2013 revelou que os principais produtos de Capim Branco são: a cana, milho, tomate e mandioca.

A Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS/BH, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), oferece dados referentes ao fornecimento e comercialização de produtos agropecuários no nível municipal²². Conforme dados de distribuição e abastecimento da CEASAMINAS/BH de 2013, Capim Branco possuía 06 produtores cadastrados na central, sendo o 21º município da RMBH com o maior número de produtores cadastrados. Os dados do mesmo ano apontaram que o município participou da comercialização da CEASAMINAS/BH com a venda de 607,54 toneladas de produtos, sendo o 23º município da RMBH com a maior participação nas vendas de produtos. O

²¹ Nas análises deste foram priorizados os seguintes produtos de lavoura permanente (abacate, algodão, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, palmito, tangerina, urucum, uva) e lavoura temporária (abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, girassol, mandioca, melancia, melão, milho, tomate).

²² Ainda que esses dados possam ser utilizados como um indicador indireto da produção agrícola nos municípios, deve-se evitar uma associação direta, uma vez que em alguns casos os produtos podem ser comercializados por atravessadores ou empresas distribuidoras sediadas nos municípios e não diretamente pelos produtores. A CEASAMINAS/BH divulga os dados de distribuição e abastecimento anualmente, de modo que as informações aqui apresentadas poderão ser atualizadas em etapas posteriores.

resultado foi uma arrecadação de R\$3.972.005,37 com a comercialização de seus produtos, ocupando o 14º lugar do ranking metropolitano.

Dentre os produtos comercializados, o alho se destacou como o principal produto, considerando a quantidade de produtos fornecidos à CEASAMINAS/BH pelo município. O município não possui nenhum produto sobre o qual é responsável por uma grande parcela de comercialização para a Central, em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país.

Segundo dados da Safra Agrícola Municipal de 2015, disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - Emater/MG, o município de Capim Branco produziu Feijão 1ª Safra, Cana-de-açúcar, Brócolis, Alho, Mandioca Mesa, Milho Verde, Quiabo, Couve-de-folha, Couve-Flor, Alface, Beterraba, Cenoura, Repolho e Tomate Mesa, totalizando 71 hectares de área produtiva²³. A produção estimada foi de 17.410 toneladas (14.450 toneladas só de produção de Cana-de-açúcar), sendo que 6.972,75 advém de agricultores familiares, o que resulta numa média de 40,05%. Por sua vez, os dados da Safra Pecuária de 2015²⁴ revelaram que, em Capim Branco, a produção pecuária se baseia na ovinocultura - totalizando 30 matrizes, com 270 animais abatidos e produção de 8,10 toneladas de carne, e na bovinocultura de leite - totalizando uma produção de 1.728,00 mil litros de leite por ano e 800 vacas

²³ Os dados apresentam informações sobre a safra da produção agrícola municipal segundo as seguintes categorias: Cafeicultura, Cultura Anual de Grãos, Culturas Permanentes, Fruticultura, Olericultura e Outras Culturas. Para os produtos de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Área em Produção, Área em Formação, Área Total, Produtividade, Produção Anual Estimada, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

²⁴ Os dados apresentam informações segundo as seguintes categorias: Apicultura, Avicultura de Corte Caipira e Tecnificado, Avicultura de Postura Caipira e Tecnificada, Bovicultura de Leite, Caprinocultura, Confinamento Bovino, Outras Espécies Tanque Escavado, Ovinocultura, Suinocultura, Suinocultura Tecnificada e Tilápia Tanque Escavado e Tanque Rede. Para o produto de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Unidades de Produto, Produção total, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

ordenhadas. A produção de ovinocultura é feita 100% por agricultores familiares enquanto a de bovinocultura de leite feita 80% por eles.

Com relação à produção orgânica, vale dizer que as informações disponibilizadas ainda são escassas. Segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, em Capim Branco há atualmente 05 CPFs cadastrados e 03 CNPJs (estes últimos são referentes à mesma empresa, que é a FITO ARTES LTDA). Dentre os produtos, estão: milho, feijão comum, acelga, brócolis, couve, couve-mineira, couve, agrião, couve-flor, espinafre, folha de mostarda, repolho, rúcula, folha de taioba, alface, alho porró, almeirão, abóbora, pimentão, quiabo, tomate, abobrinha, berinjela, chuchu, jiló, pepino, rabanete, beterraba, cenoura, ervilha, cebola, cebolinha, hortelã-pimenta ou menta, pimenta, salsa, alho, alimentos à base de trigo ou de flocos de trigo, farinha de trigo, farinha de milho, alimentos à base de cereais ou de flocos de cereais, farinhas de outros cereais (araruta, cevada, aveia), açúcar mascavo, goiaba, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, amora, tangerina, mexerica, bergamota e outras frutas.

O Instituto Mineiro de Agropecuária também disponibiliza algumas informações, em especial, com relação ao cadastro de produtores. Um dos certificados oferecidos pela instituição é SAT - referente à produção sem agrotóxicos. Para o município de Capim Branco há somente 01 estabelecimento na lista, responsável pela produção de olerícolas²⁵. Outro certificado emitido pelo IMA é o de Produção Orgânica, no qual a Fazenda Vista Alegre é a única certificada do município de Capim Branco²⁶. No cadastro nacional realizado pelo MAPA, a Fazenda Vista Alegre se encontra cadastrada pelo CPF do proprietário, e não pelo CNPJ da

²⁵ Disponível em:

http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos. Acesso em: 30/03/2017.

²⁶ Disponível em: http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica. Acesso em: 30/03/2017.

empresa. De todo modo, pode-se dizer que há um descompasso de certificação de produção orgânica no cadastro nacional (MAPA) e estadual (IMA), uma vez que o MAPA identifica, pelo menos, 05 produtores orgânicos não identificados pelo IMA.

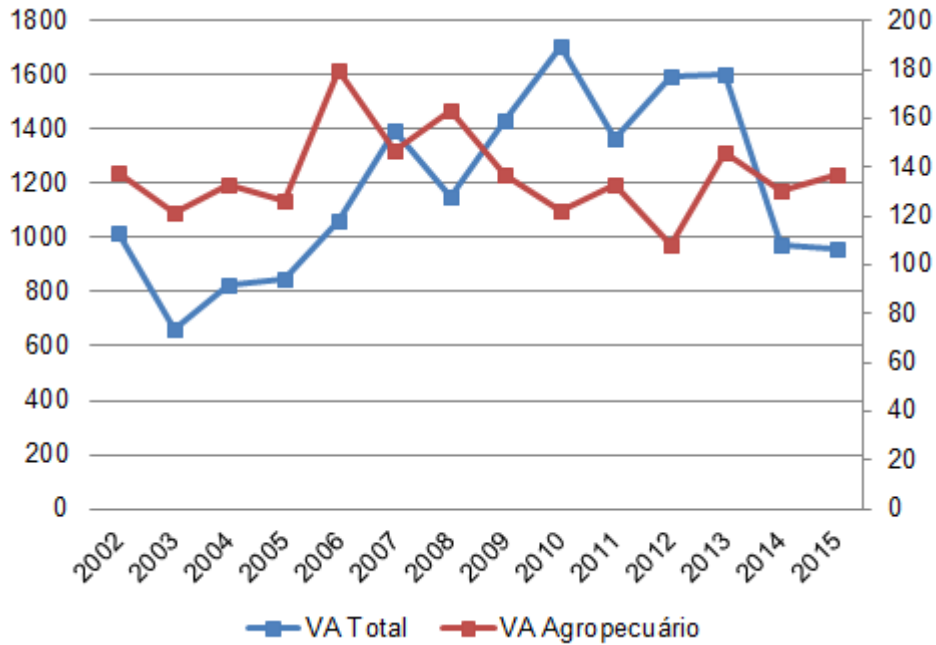
9.2 Emprego

Com relação ao emprego voltado à Agricultura, os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, revelaram que o total de vínculos ativos no setor Agropecuário no município de Capim Branco em 2015 é de 137, o que corresponde a 14,33% do total dos vínculos ativos neste município. Na RMBH, em 2015, a participação do setor gira em torno de 0,57%, o que confirma o argumento de que essa informação não capta a expressividade que a agropecuária pode exercer em municípios menores da região.

A evolução da participação da Agropecuária em Capim Branco de 2002 a 2015 se encontra na Figura abaixo, no qual é possível perceber o caráter sazonal da atividade econômica (variação ao longo das fases produtivas no ano), que tem apresentado crescimento desde 2012, após um período de queda datado de 2003. Na Figura em seguida, observa-se que, em 2015, a participação do setor no total de vínculos ativos se aproxima aos valores de 2002.

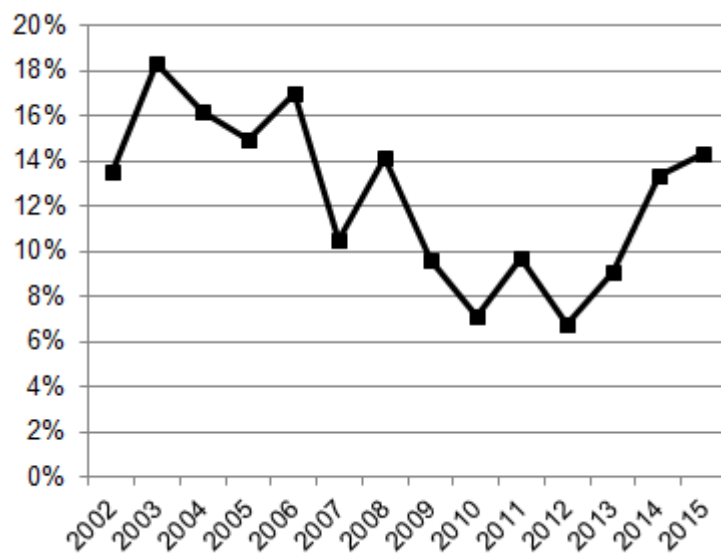
Processo de Revisão
planoDiretor

Figura 49: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Capim Branco



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

Figura 50: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Capim Branco

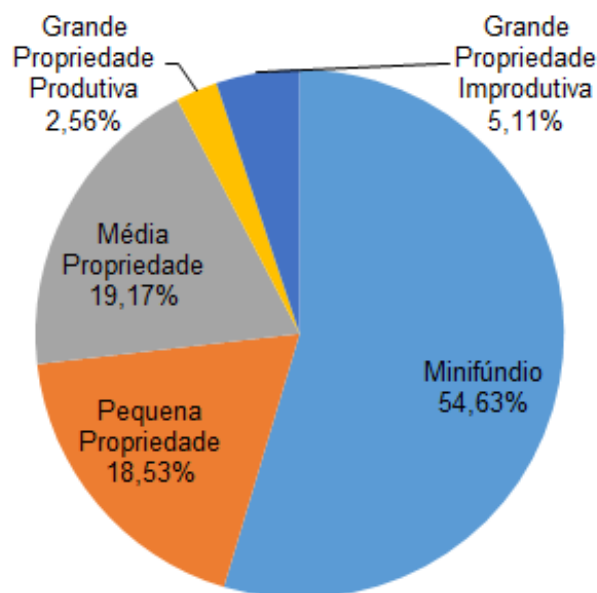


Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

9.3 Estrutura Agrária

Com relação à estrutura agrária, segundo dados de 2005 disponibilizados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, o município de Capim Branco tem como unidade de referência o módulo fiscal de 07 hectares. O módulo fiscal (MF), estabelecido para cada município, busca refletir a área mediana e os módulos rurais existentes no mesmo, cuja área indica o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo região de localização. O INCRA apresenta uma classificação fundiária do imóvel rural que identifica minifúndios (menor que 1 MF), pequenas propriedades (de 1 a 4 MF), médias propriedades (de 4 a 15 MF) e grandes propriedades (maior que 15 MF). Assim, o município de Capim Branco possuía em 2005 um total de 316 imóveis rurais cadastrados, o que correspondia a 1,5% do total da RMBH. Esse total se divide em: 171 minifúndios, 58 pequenas propriedades, 60 médias propriedades e 24 grandes propriedades, sendo que $\frac{2}{3}$ das grandes propriedades são improdutivo. A Figura abaixo apresenta a proporção do número de imóveis em cada classificação.

Figura 51: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Capim Branco



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA (2005).

A extensão territorial de Capim Branco é de 9.533,30 hectares, segundo dados de 2015, de modo que o município ocupa 1,01% do território metropolitano. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o total de Estabelecimentos Agropecuários em Capim Branco era de 85, distribuídos em 34 Estabelecimentos de Agricultura Familiar e 51 Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar. Em termos de área, o total dos Estabelecimentos Agropecuários em Capim Branco possui 8.278 hectares, o que equivale a 86,8% do território municipal. Desse total, somente 247 hectares correspondem a Estabelecimentos de Agricultura Familiar, conforme o Quadro abaixo.

Quadro 25: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Capim Branco

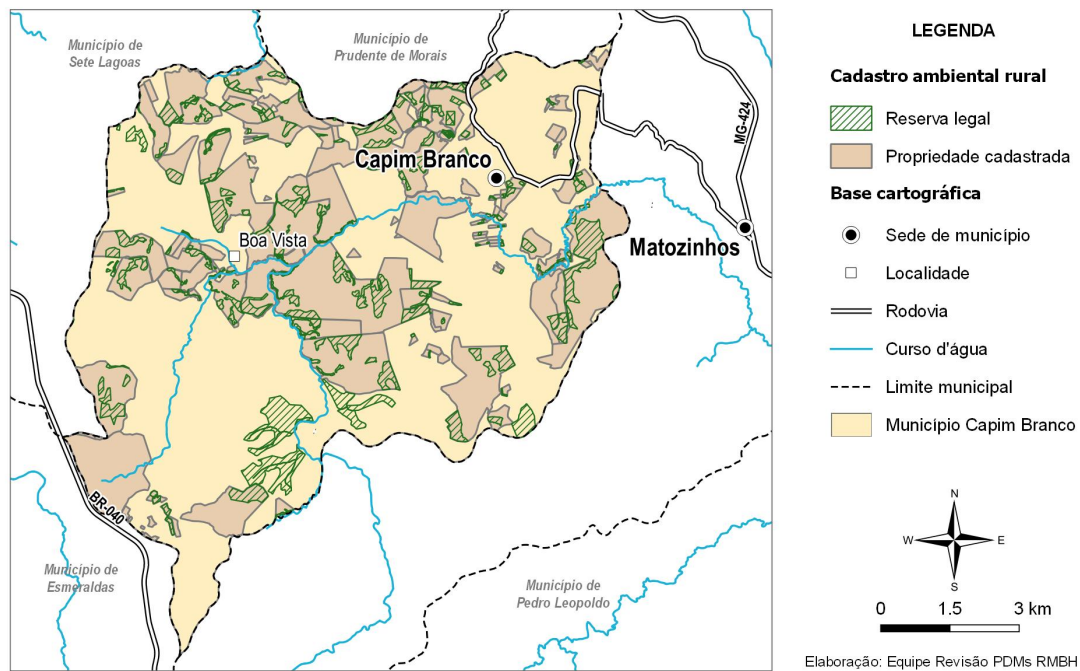
DADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PORCENTAGEM DE ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREA (HA)	PORCENTAGEM DA EXTENSÃO TERRITORIAL (%)
Extensão Territorial	-	-	9.533,30 ha	100%
Estabelecimentos de Agricultura Familiar	34	40%	247,00 ha	2,6%
Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar	51	60%	8.031,00 ha	84,2%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Censo Agropecuário (2006).

A informação sobre os estabelecimentos agropecuários e imóveis rurais resultam de fontes de dados diferentes, respectivamente o Censo Agropecuário e o Cadastro do INCRA. Para além dessas fontes, o Serviço Florestal Brasileiro realiza o Cadastro Ambiental Rural – CAR de modo a registrar todos os imóveis rurais no país, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Em Capim Branco há um total de 129 imóveis cadastrados, somando 4.642,69 hectares de área, de modo que, comparado aos imóveis cadastrados pelo INCRA, há um déficit de cadastramento. A Figura

abaixo apresenta a distribuição dos imóveis cadastrados no município de Capim Branco.

Figura 52: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Capim Branco



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA.

9.4 Transferências Governamentais e Crédito Rural

O Brasil apresenta um conjunto de legislações e marcos normativos voltados para o fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem como um marco de referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Trata-se de créditos para o financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A redução da quantidade de contratos e do valor total transferido ao município na safra de 2015/2016 chega a mais da metade do exercício anterior, resultando em 4 contratos do Pronaf, totalizando um crédito de R\$19.582,00.

Processo de Revisão
planoDiretor

Quadro 26: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Capim Branco

SAFRA	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR (R\$)
2010/2011	9	R\$ 73.976,32
2011/2012	18	R\$ 226.747,45
2012/2013	10	R\$ 108.742,30
2013/2014	16	R\$ 161.593,97
2014/2015	26	R\$ 470.961,48
2015/2016	4	R\$ 19.581,75

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do SIM PRONAF (MDA).

O total do Crédito Rural é a somatória de: (i) Créditos de Custeio; (ii) Créditos de Investimento; (iii) Créditos de Comercialização; (iv) Créditos do Pronaf; e (v) demais créditos contratados concedidos a agricultores empresariais. Para o ano de 2015, em Capim Branco, o total do Crédito Rural foi no valor de R\$878.913,02. Isso representa somente 0,20% do crédito total da RMBH de R\$444.569.723,00.

Como orientação para a inclusão dos programas federais de incentivo à Agricultura Familiar, foi criada a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), um documento de identificação da Agricultura Familiar que pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Em Capim Branco, há registros de 46 DAPs no total, sendo 24 DAPs Ativas.

Dentre os principais programas do governo de incentivo à Agricultura Familiar, pode-se incluir, ainda, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra produtos da Agricultura Familiar e os destina para o atendimento social e para a constituição de estoques de alimentos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual atende alunos da educação básica. Segundo determinação da Lei Nº 11.947/2009, pelo menos 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da Agricultura

Familiar, sendo priorizados os alimentos agroecológicos ou orgânicos. Os repasses financeiros do PNAE para o município de Capim Branco em 2015 somaram R\$ 63.920,00, divididos em Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). No Quadro abaixo, segue a evolução do repasse de 2013 a 2015.

Quadro 27: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Capim Branco

ANO	GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR	PORCENTAGEM DOS GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR
2013	R\$ 10.049,58	16,72%
2014	R\$ 17.768,95	31,04%
2015	R\$ 17.768,95	31,04%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Segundo dados de 2015, em Capim Branco, foram gastos R\$ 17.768,95 com a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE no município de Capim Branco. Esse valor corresponde a 31,04% do total do valor transferido ao município naquele ano, de R\$ 57.240,00, de modo que se encontra em conformidade com a legislação. Observa-se, contudo, que há incompatibilidade entre os valores disponibilizados pelo FNDE referente aos repasses aos municípios e o valor transferido pelo PNAE, os quais deveriam ser os mesmos.

10 MINERAÇÃO

Os levantamentos de dados referentes à mineração, aplicáveis tanto ao contexto de Capim Branco quanto aos demais municípios envolvidos no presente processo, buscam abranger questões multi, inter e transdisciplinares que a envolvem tanto como produto quanto como processo. Nessa perspectiva buscou-se compreender a mineração como atividade econômica, geradora de impactos potencialmente significativos sobre o meio ambiente e, em diversos contextos, estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local. Nesse universo o Estado foi abordado como agente regulador e, em determinados casos, promotor da atividade minerária.

Enquanto atividade econômica buscou-se compreender a presença da mineração no município de Capim Branco, sendo adotada, como fonte principal, a base de dados dos processos minerários cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2017).

Além dessa base de dados, outro aspecto econômico aqui trabalhado foi a presença da atividade minerária em dois indicadores econômicos municipais, o Valor Adicionado Fiscal - VAF e a arrecadação na forma de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Ambos indicadores foram obtidos, para o município de Capim Branco, através do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, edição 2013, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2013).

No que se refere à relação entre a atividade minerária e as questões ambientais, o presente levantamento tomou como referência o fato desta ser uma atividade extrativa, com uso intensivo de recursos naturais tais como a água e os próprios minérios transformados em mercadoria, com impactos potenciais de significativas proporções. Nesse quesito foi adotada como fonte de dados os pareceres técnicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD-MG, particularmente através das

Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAM, responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental na instância estadual.

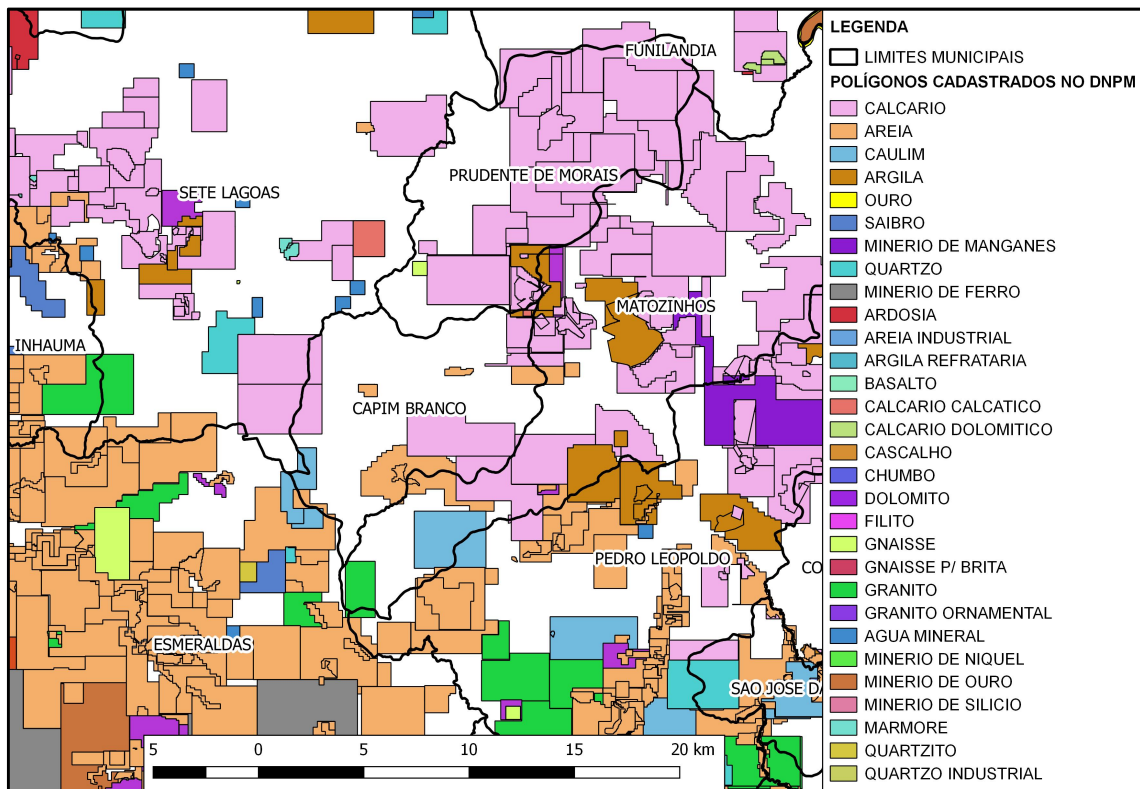
Para o levantamento da mineração enquanto atividade estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local, este se deu através de dois procedimentos complementares. Na escala regional foram buscados dados disponibilizados através do Anuário Mineral Estadual, elaborado pelo DNPM para o período compreendido entre 2010 e 2014 (DNPM, 2015). Nas escalas municipal e local foram trabalhadas bases georreferenciadas sobre imagens orbitais.

10.1 Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Capim Branco

O vetor norte da RMBH, onde se localiza Capim Branco, é marcado pela existência de jazidas de duas substâncias principais, a areia (pertencente à classe II) e o calcário (pertencente à classe VII).

Figura 53: Polígonos cadastrados no DNPM situados em Capim Branco e seu entorno

Processo de Revisão
planoDiretor



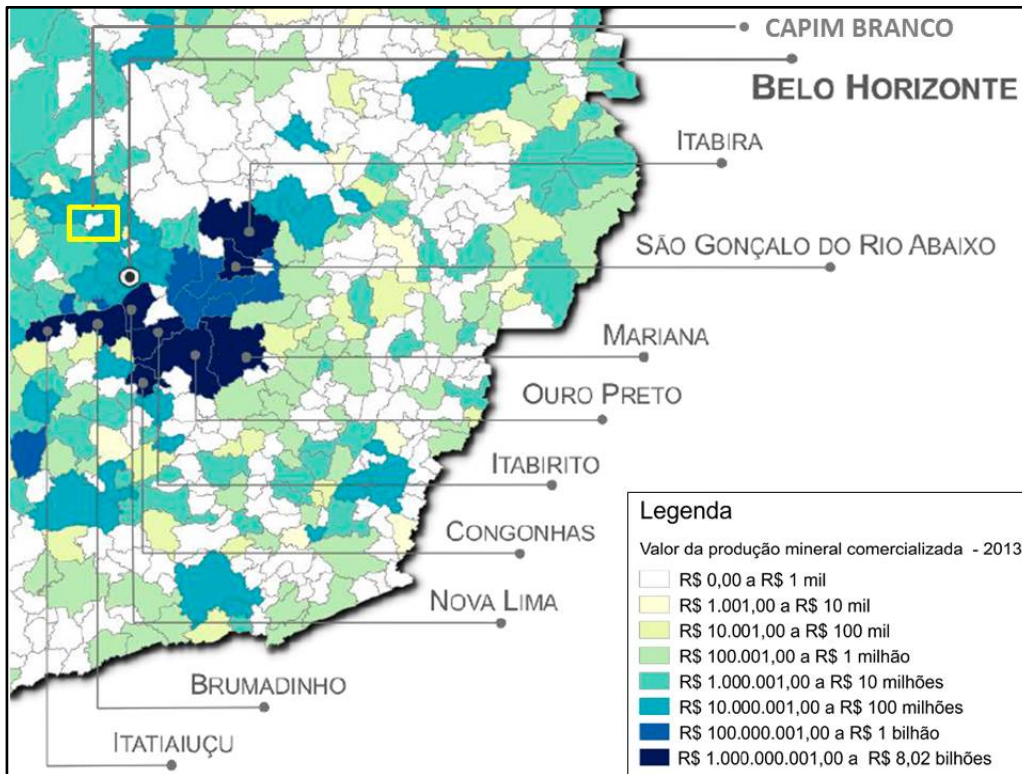
Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010; DNPM, 2013

Como pode ser verificado acima, nos municípios com limites ao norte de Capim Branco (Sete Lagoas, Prudente de Moraes e Matozinhos) predominam polígonos em que o calcário é a substância minerária predominante. Ao sul, mais especificamente em Esmeraldas e Pedro Leopoldo, é notada a predominância da areia enquanto substância principal. É importante destacar que, nesses polígonos delimitados pelo DNPM, constam todos os regimes previstos no Regulamento do Código da Mineração (autorização, concessão, licenciamento, matrícula e monopólio), bem como as atividades de pesquisa e lavra (BRASIL, 1968). Isso implica que tais polígonos não são constituídos, exclusivamente, por áreas de extração de minérios, mas sim por delimitações ligadas às diferentes etapas que compõem a produção minerária.

Processo de Revisão
planoDiretor

No que envolve a extração propriamente dita, os dados em escala regional apontam para uma fragilidade dessa atividade no território municipal de Capim Branco.

Figura 54: valor da produção mineral comercializada por município – 2013



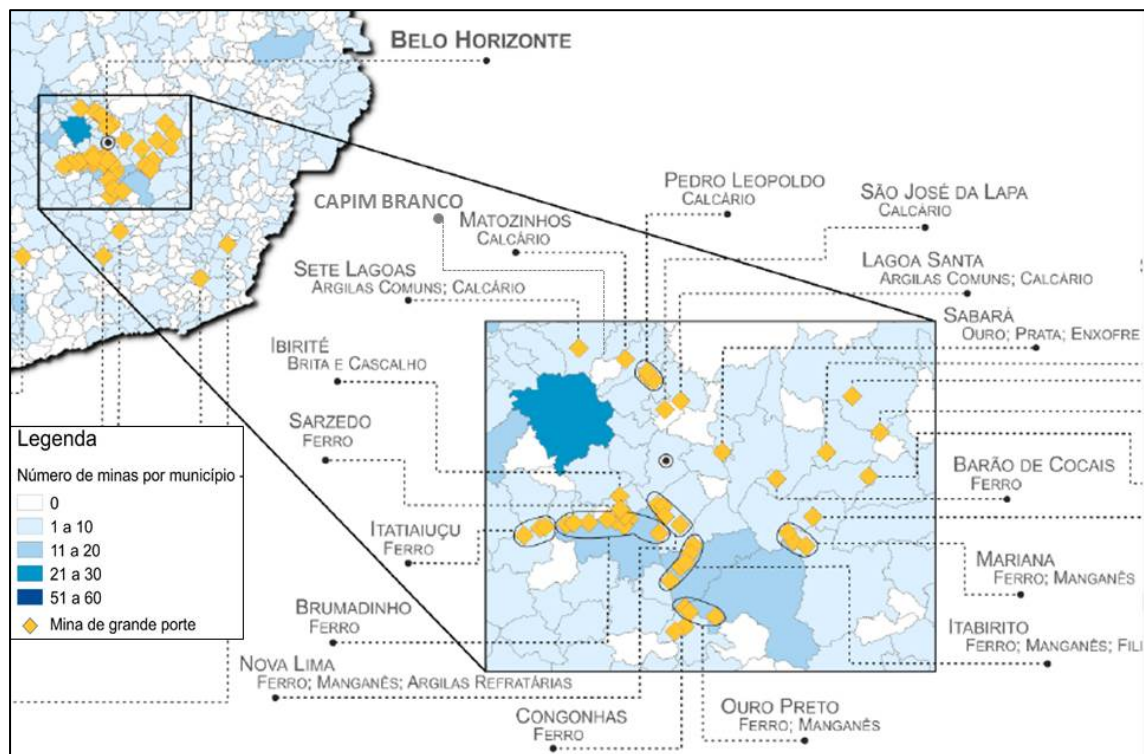
Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014

Na figura acima o município de Capim Branco, de acordo com o Anuário da Mineração em Minas Gerais, encontra-se na menor classificação referente à produção mineral comercializada no ano de 2013. Não foram identificadas discrepâncias quanto a essa classificação nos demais anos (2010 a 2014) abordados no mesmo relatório (DNPM, 2015).

Tal situação é reforçada no cartograma da distribuição das minas, apresentado abaixo, em que não são identificadas minas em operação no município em análise.

Chama a atenção, no entanto, a presença de minas de grande porte em Matozinhos (calcário), Sete Lagoas (argilas e calcário) e Esmeraldas (que contém mais de vinte minas de areia em operação em seu território), municípios estes localizados no entorno imediato de Capim Branco.

Figura 55 : Cartograma da distribuição das minas por município – 2013



Fonte: adaptado de DNPM, 2014

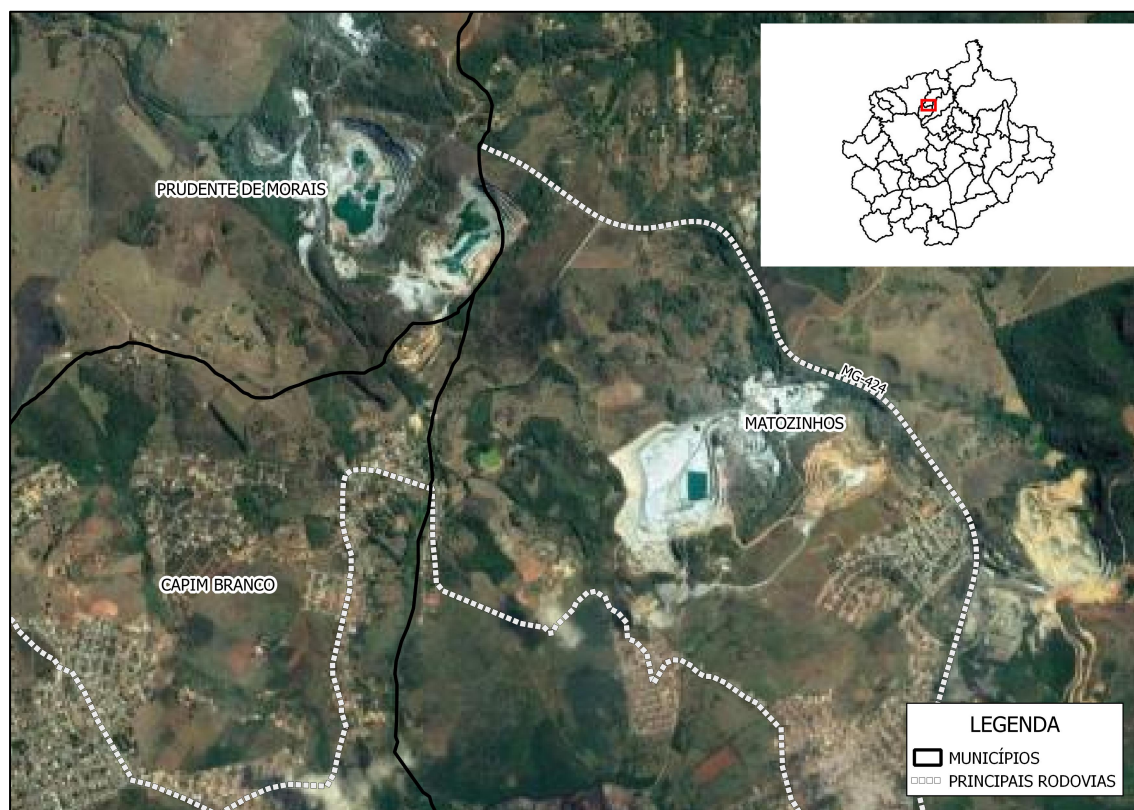
10.2 A atividade minerária no território municipal de Capim Branco

Apesar da aparente ausência da extração minerária no município de Capim Branco, do ponto de vista da articulação intermunicipal tal atividade não deve ser desconsiderada. Como pode ser verificado na figura abaixo, a norte do município existem duas relevantes minas de calcário, localizadas em Prudente de Moraes e Matozinhos. A mina situada em Prudente de Moraes, inclusive, localiza-se na divisa com o território do município em estudo, havendo estruturas que avançam sobre os territórios de Matozinhos e Capim Branco. A mina situada em

Processo de Revisão
planoDiretor

Matozinhos, por conseguinte, é articulada tanto com a Rodovia MG-424 quanto com a estrada que dá acesso à sede de Capim Branco.

Figura 56 : Minas de calcário situadas na divisa norte do município de Capim Branco



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010; DNPM, 2013; Google Satélite, 2017.

Além disso, existem 84 processos minerários cadastrados no DNPM no território de Capim Branco. Destes, 60 estão inativos e apenas 24 estão ativos. No universo dos processos ativos, 12 (50%) indicam o calcário como substância principal; 06 (25%), a areia; 02 (08,33%), o caulim; 02 (08,33%), o granito; 01 (4,17%), a água mineral e 01 (04,17%), a argila. Tais percentuais apontam para um maior interesse do capital minerário sobre as jazidas de calcário, marcantes na porção noroeste do território metropolitano.

Dentre os 24 processos ativos, 19 (79,17%) encontram-se em etapas de planejamento, ligadas a requerimentos e autorizações de pesquisa e licença.

Apenas 02 processos ativos, correspondentes a 08,33% do total, tiveram suas lavras concedidas. Os três processos restantes (12,50% do total) encontram-se no estágio de requerimento de lavra.

Com base nesses números foi também buscada a articulação dos processos constantes no DNPM com as demandas de licenciamento ambiental em nível estadual. Nenhum parecer referente a possíveis processos de licenciamento ambiental, emitidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, foi localizado. Cabe destacar que esses levantamentos foram feitos a partir dos dados constantes na base de dados do DNPM e, de posse destes, dados comuns (razão social, CNPJ, dentre outros) foram inseridos na base da SEMAD.

Foi realizada solicitação formal, mediada pela ARMBH e endereçada à SEMAD, com o propósito de serem levantadas informações acerca dos processos de licenciamento ambiental estadual existentes no município de Capim Branco. Caso essa base seja disponibilizada, sua utilização está prevista para as etapas posteriores.

No âmbito da arrecadação, em ambos os indicadores pesquisados (o Valor Adicionado Fiscal – VAF e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM), não foram identificadas arrecadações ligadas à atividade minerária no município de Capim Branco entre os anos de 2000 e 2010 (Fundação João Pinheiro, 2011).

11 ASPECTOS ECONÔMICOS

Os dados referentes aos Aspectos Econômicos que compõem este breve diagnóstico do município de Capim Branco tem o objetivo de garantir que os temas econômicos mais relevantes, por sua natureza interdisciplinar, sejam tratados de forma integrada do ponto de vista da totalidade das áreas temáticas e que estejam contemplados dentro das metas mais amplas de desenvolvimento econômico. Desse modo, pretende-se estabelecer um conjunto de informações básicas para possibilitar futuramente uma análise mais compreensiva do município ao longo do Processo de Revisão do Plano Diretor.

Assim sendo, foram compreendidas as seguintes escalas de trabalho:

1. **Produção:** referente à concentração dos setores econômicos no município e sua implicação para os objetivos do projeto, que prevê um diálogo com a perspectiva metropolitana.
2. **Emprego e Renda:** considera o tamanho e a qualidade do mercado de trabalho no município características fundamentais para o desenvolvimento da região, particularmente quando a necessidade de reduzir o desemprego e de estimular setores mais dinâmicos é levada em consideração. Além disso, leva em consideração uma análise relativa à vulnerabilidade e ao estado de bem estar social no nível municipal, fortemente influenciados pela renda local, com rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.
3. **Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade:** considera as condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade, considerando a importante associação que deve existir entre o desempenho econômico e a distribuição de renda e a promoção da qualidade de vida urbana.
4. **Finanças Públicas:** compreende a capacidade financeira e orçamentária do município em promover políticas públicas e gerar

infraestrutura, as quais, também, geram rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.

11.1 Produção

Uma análise preliminar sobre a produção econômica e geração de riqueza para o município pode ser realizada tendo em vista os dados do Produto Interno Bruto local tanto em termos agregados como em função de sua distribuição setorial. Ainda que represente a medida oficial e mais amplamente utilizada para caracterização da economia produtiva de determinada unidade geográfica, ressalta-se que os dados do PIB apresentam limitações uma vez que não incorporam em seu cálculo questões como a qualidade dos bens e serviços oferecidos, a distribuição do Produto final, as transações comerciais informais, dentre outros aspectos.

De todo modo, seu entendimento ajuda a perceber quais os principais setores responsáveis pela geração de renda e que, em certo sentido, apontam para um perfil econômico mais ou menos orientado por e para determinado setor (Agropecuária, Indústria ou Serviços).

Para composição do presente relatório foram utilizadas as informações oficiais fornecidas pelo IBGE.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores²⁷. Os dados sobre PIB per capita, por sua vez,

²⁷ O Valor Adicionado Bruto corresponde à contribuição de cada empresa/setor ao Produto Final descontado o seu consumo intermediário, ou seja, os gastos efetuados para a própria produção

possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

A análise dos dados do PIB a preços correntes de Capim Branco indica significativa evolução no período analisado. O valor final passa de 26.628.000,00 em 2004 para 76.505.000,00 em 2014. Apresenta assim variação percentual de 187,31% com taxa de crescimento anual igual a 11,13%.

Quadro 28: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Capim Branco e RMBH

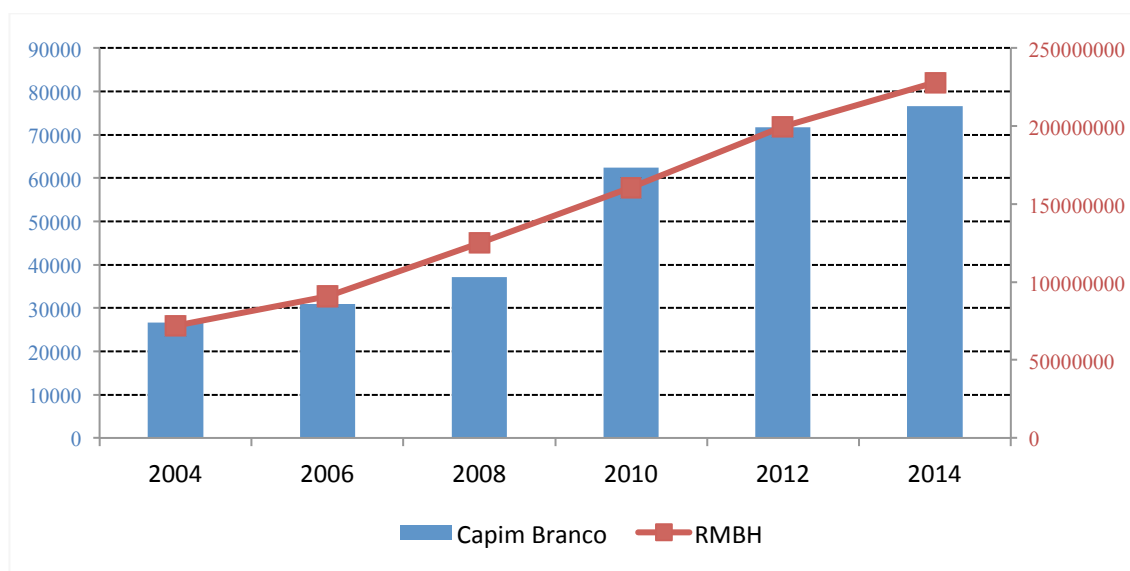
Ano	PIB Preços Correntes (mil reais)		Representatividade
	Capim Branco	RMBH	
2004	26.628,00	71.802.492,00	0,04%
2005	25.997,00	80.335.006,00	0,03%
2006	30.956,00	90.914.533,00	0,03%
2007	33.516,00	105.126.590,00	0,03%
2008	37.139,00	124.733.451,00	0,03%
2009	37.156,00	127.738.998,00	0,03%
2010	62.322,00	160.497.850,00	0,04%
2011	67.159,00	182.774.152,00	0,04%
2012	71.658,00	199.649.079,00	0,04%
2013	86.107,00	222.833.072,00	0,04%
2014	76.505,00	228.096.052,00	0,03%
Variação percentual	187,31%	217,67%	-
Taxa de crescimento anual	11,13%	12,25%	-

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

como os ligados à compra de matéria prima. O VAB sempre aparece em termos monetários e organizado segundo as diferentes categorias – agropecuária, indústria, serviços e administração pública – que compõem a economia local.

Em termos comparativos, percebe-se que Capim Branco, apesar do crescimento do PIB, apresenta variação percentual e taxa de crescimento menores que da RMBH como um todo. Dessa forma a representatividade do PIB local em relação ao metropolitano permanece constante ao longo do período, entre 0,03% e 0,04%. O Gráfico abaixo permite uma melhor visualização dos dados de evolução ao longo do tempo.

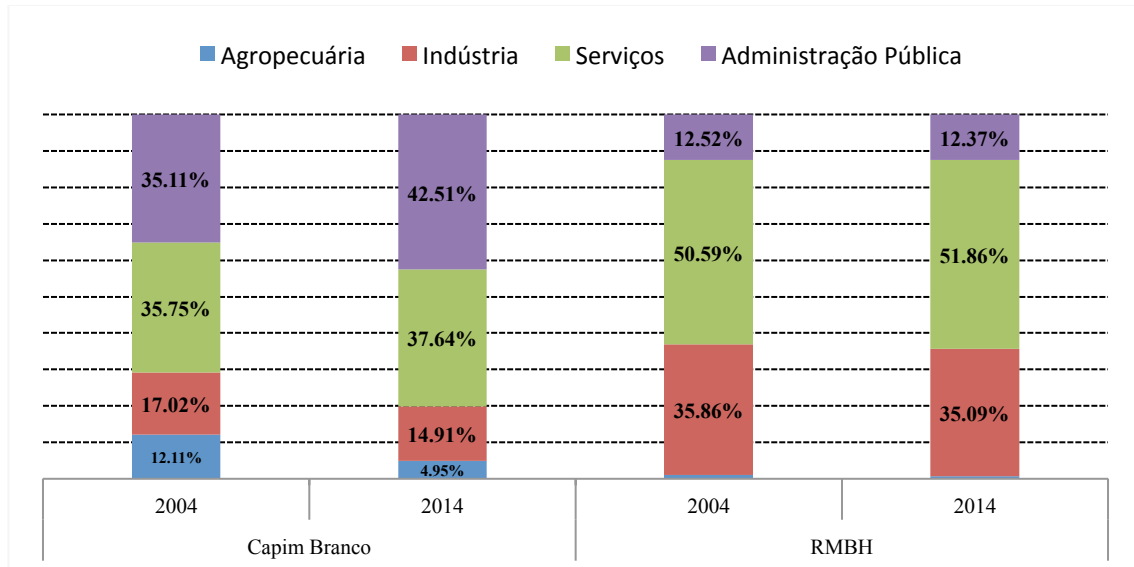
Figura 57: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Capim Branco-MG e RMBH. 2004-2014



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Em termos da distribuição setorial, tanto para o município de Capim Branco como para a RMBH observa-se que o Setor de Serviços é aquele com maior representatividade na composição do PIB tanto em 2004 como em 2014.

Figura 58: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Capim Branco e RMBH. 2004, 2014



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

No caso específico de Capim Branco, ressalta-se o aumento da participação da Administração Pública (participante do setor de serviços, mas decomposta para fins de análise do IBGE) na composição do PIB, indicando relativo aumento da dependência municipal das atividades ligadas à sua estrutura administrativa. No outro extremo percebe-se a significativa perda de participação da Agropecuária na composição do Produto, saindo de 12,11% em 2004 para 4,95% em 2014. A Indústria também passa por arrefecimento, tendo a participação diminuída 2,11 pontos percentuais no período.

A RMBH apresenta, por sua vez, uma distribuição percentual praticamente uniforme no período. Entre 2004 e 2014 há assim pouca reconfiguração setorial da produção de riqueza e produtos finais na Região como um todo.

A Tabela abaixo apresenta os dados de cada setor em valores absolutos.

Quadro 29: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Capim Branco e RMBH. 2004, 2014.

Setores	2004		2014	
	Capim Branco	RMBH	Capim Branco	RMBH
Agropecuária	3.065,00	624.163,00	3.512,00	1.346.869,00
Indústria	4.306,00	21.573.168,00	10.583,00	69.425.676,00
Serviços	9.046,00	30.434.567,00	26.723,00	102.598.004,00
Administração Pública	8.884,00	7.531.541,00	30.182,00	24.474.677,00
Total	25.301,00	60.163.439,00	71.000,00	197.845.226,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (IBGE).

11.2 Emprego e Renda

A percepção a respeito da produção da riqueza municipal por meio das informações sobre o PIB pode ser mais bem entendida através da visualização da distribuição setorial do emprego. Por meio dela observam-se quais as principais atividades estabelecidas no interior de cada um dos setores que adicionam valor ao Produto final bem como a capacidade de cada uma delas na geração de emprego.

Os dados apresentados e discutido a seguir são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No nível municipal, a RAIS apresenta-se como a principal fonte de informações sobre o comportamento do mercado de trabalho e, portanto, para muitos aspectos do funcionamento da economia. A informação, no entanto, apresenta relativa limitação uma vez que diz respeito apenas aos empregados da do mercado de trabalho formal não contemplando assim uma expressiva parcela de trabalhadores ocupados em atividades informais.

Para a análise foram utilizados dados do período 2007 – 2015 (último ano disponibilizado) tanto para Capim Branco como para toda a RMBH.

Processo de Revisão
planoDiretor

A Tabela a seguir apresenta as distribuições percentuais de emprego por Grandes Setores nos anos 2007, 2011 e 2015. A última linha – Valor Absoluto – apresenta o número total de empregados na economia formal tanto em Capim Branco como na RMBH.

Quadro 30: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Capim Branco, RMBH. 2007, 2011, 2015

Grande Setor	2007		2011		2015	
	Capim Branco	RMBH	Capim Branco	RMBH	Capim Branco	RMBH
Indústria	36,22%	14,95%	43,16%	14,37%	6,90%	13,84%
Construção Civil	9,66%	7,57%	3,15%	8,75%	6,90%	7,79%
Comércio	6,59%	14,70%	10,75%	15,65%	21,44%	17,66%
Serviços	37,01%	62,08%	33,21%	60,76%	50,42%	60,14%
Agropecuária	10,52%	0,71%	9,73%	0,46%	14,33%	0,57%
Valor Absoluto	1.397	1.665.625	1.367	1.962.763	956	1.794.120
Variação percentual 2015 -2007					-31,57%	7,71%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE

Como se percebe há em Capim Branco queda significativa no número de empregados formais no município – 31,57% -, evasão que acontece de forma mais pronunciada no setor industrial. Em termos absolutos o número de vínculos ativos declarados pelo setor passa de 689 em 2013 para apenas 66 em 2015.

Na localidade, a Indústria possuía em 2007 participação percentual praticamente equânime ao setor de serviços no emprego de mão de obra. Em 2011 chega mesmo a superá-lo. A construção civil passa por arrefecimento cedendo lugar a outras atividades industriais e ao comércio. Já em 2015 a Indústria sofre agudo impacto na capacidade de geração de emprego diminuindo sua participação para apenas 6,9% enquanto Serviços e Comércio – atividades mais intensivas em trabalho – passam a responder respectivamente por 50,42% e 21,44% do emprego de mão de obra. Por outro lado, a Agropecuária – atividade com

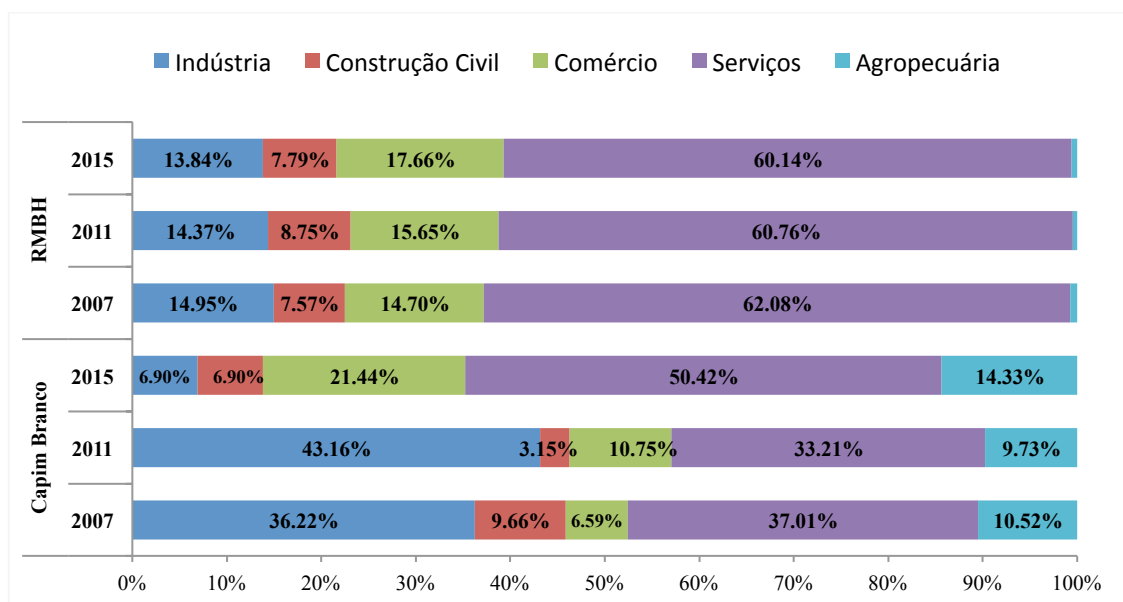
histórico de diminuição de participação percentual no PIB – vê aumentada sua participação percentual em geração de emprego formal.

A queda em número absoluto de empregados, por sua vez, indica que boa parte dos trabalhadores da indústria não consegue ser incorporada pelas outras atividades econômicas no município podendo, dentre outras coisas, ter migrado para outras localidades ou iniciado atividades de cunho informal.

Em termos agregados para a RMBH, a distribuição percentual do emprego mostra-se praticamente uniforme ao longo do período. Sublinha-se que apesar de ocorrer variação positiva no número de empregados entre 2007 e 2015, em período mais recente o movimento é de queda. Conforme apontado na Tabela anterior, em 2011 a RMBH contava com 1.962.763 vínculos ativos nos diferentes setores, valor que passa para 1.794.120 em 2015, ou seja, variação percentual de -8,59%. A questão do emprego formal e, por conseguinte da segurança dos trabalhadores em termos previdenciários demonstra-se como ponto de atenção especial a ser levado em conta na formulação das políticas públicas de planejamento no território metropolitano.

O setor de Serviços apresenta-se como o de maior participação percentual na geração de empregos e é seguido do Comércio. Em 2015 ambos respondiam por aproximadamente 78% do número de vínculos ativos. A Indústria, seguida pela Construção Civil, compõem os demais 22%. Na RMBH como um todo o setor Agropecuário tem participação percentual bastante baixa, igual a 0,57% em 2015, conforme aponta o Gráfico abaixo.

Figura 59: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Capim Branco, RMBH.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

A decomposição dos Grandes Setores permite visualizar quais atividades no interior de cada um deles é a responsável pelos maiores ou menores vínculos ativos tanto para Capim Branco como para a RMBH. As Tabelas a seguir apresentam para tais informações. Os dados foram reunidos para o período que vai de 2005 a 2015, de modo a mapear os movimentos atuais de empregabilidade na localidade. As atividades aparecem listadas em termos decrescentes segundo o volume de mão de obra empregada no último ano analisado.

Quadro 31: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Capim Branco. 2005 – 2015

Classificação das Atividades	Ano						Variação
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	2015 - 2005
Administração Pública	332	339	299	292	273	163	103,68%
Comércio Varejista	188	183	141	147	92	77	144,16%

Processo de Revisão
planoDiretor

Agricultura	137	146	133	137	147	126	8,73%
AlojComunic	102	85	57	49	32	9	1033,33%
Construção Civil	66	32	43	4	135	101	-34,65%
Transporte e Comunicações	26	23	35	13	84	72	-63,89%
Alimentos e Bebidas	25	18	34	10	18	9	177,78%
Indústria Metalúrgica	17	22	26	4	4	3	466,67%
Comércio Atacadista	17	43	6	1	0	16	6,25%
Adm. Técnica Profissional	17	24	8	6	10	14	21,43%
Indústria Têxtil	13	16	16	19	37	27	-51,85%
Prod. Mineral Não Metálico	9	10	0	6	3	1	800,00%
Instituição Financeira	3	35	38	62	85	76	-96,05%
Madeira e Mobiliário	2	0	0	0	0	0	0,00%
Ensino	2	3	2	10	12	12	-83,33%
Material de Transporte	0	618	514	650	444	118	-100,00%
Serviço Utilidade Pública	0	5	0	0	0	0	0,00%
Médicos Odontológicos Vet.	0	1	15	20	21	21	-100,00%
Total	956	1603	1367	1430	1397	845	13,14%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

Para Capim Branco, a Administração Pública – inserida no setor terciário - é aquela que assume o maior número de vínculos, semelhantemente à RMBH. Segue-se a ela o Comércio Varejista e a Agricultura.

Em termos de variações percentuais positivas destacam-se as seguintes categorias:

1. AlojComunic: 1033%;
2. Prod. Mineral Não Metálico: 800%;
3. Indústria Metalúrgica: 466,67%;
4. Alimentos e Bebidas: 177,78%;
5. Comércio Varejista: 144,16%.

**Quadro 32: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH.
2005 – 2015**

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2015 - 2005
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	335.235	408.229	426.003	421.018	428.370	380.045	-11,79%
Adm. Técnica Profissional	273.006	314.859	292.676	255.231	227.416	182.059	49,95%
Comércio Varejista	249.358	256.749	242.882	213.702	196.244	174.453	42,94%
AlojComunic	177.748	176.289	194.292	176.711	157.288	157.093	13,15%
Construção Civil	139.761	171.528	171.759	154.001	126.144	102.378	36,51%
Transporte e Comunicações	118.333	123.424	121.808	103.373	93.104	83.078	42,44%
Médicos Odontológicos Vet.	78.076	74.554	68.835	63.419	56.278	56.674	37,76%
Comércio Atacadista	67.419	68.800	64.280	54.719	48.550	39.224	71,88%
Ensino	65.874	61.885	56.848	48.474	42.963	36.988	78,10%
Alimentos e Bebidas	41.639	40.415	36.035	37.950	34.702	28.374	46,75%
Material de Transporte	35.011	48.904	43.380	33.458	33.702	22.142	58,12%
Indústria Metalúrgica	33.010	40.125	43.601	38.785	40.674	35.242	-6,33%
Instituição Financeira	30.767	30.547	32.203	28.928	28.562	24.169	27,30%
Serviço Utilidade Pública	24.851	25.498	24.703	24.966	25.521	24.917	-0,26%
Indústria Mecânica	19.967	23.674	26.409	20.764	19.337	11.818	68,95%
Indústria Química	19.905	22.565	22.710	20.695	20.028	18.914	5,24%
Prod. Mineral Não Metálico	14.293	15.974	15.871	13.856	12.682	12.013	18,98%
Extrativa Mineral	13.723	18.015	12.128	9.115	7.326	7.651	79,36%
Agricultura	10.158	10.538	9.034	9.562	11.762	9.598	5,83%
Indústria Têxtil	9.712	13.030	14.462	15.434	15.925	15.554	-37,56%
Elétrico e Comunic.	9.647	11.486	11.049	9.247	8.796	7.431	29,82%
Papel e Gráf.	9.533	11.103	11.658	11.516	11.124	9.170	3,96%
Borracha, Fumo, Couros	8.438	9.248	8.411	8.209	8.039	7.738	9,05%
Madeira e Mobiliário	7.745	9.637	10.178	9.541	9.152	6.933	11,71%
Indústria Calçados	911	1.366	1.548	1.454	1.936	1.905	-52,18%
Total	1.794.120	1.988.442	1.962.763	1.784.128	1.665.625	1.455.561	23,26%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

Ressalta-se que a segunda e a terceira, apesar do expressivo acréscimo percentual, tem muito baixa expressão em termos absolutos no volume de mão de obra empregada, respectivamente iguais a 9 e a 17 vínculos ativos em 2015. O

significativo aumento do número de empregados na Administração Pública (103,68%) chama a atenção e indica que o incremento da participação desse setor na composição do PIB local dá-se parcialmente em função da absorção de mão de obra e geração de renda por ela promovida.

Em termos de variações percentuais negativas, destacam-se as seguintes atividades:

1. Material de Transporte: -100%;
2. Médicos Odontológicos Vet.: -100%;
3. Instituição Financeira: - 96,05%;
4. Ensino: -83,33%;
5. Transporte e Comunicações: -63,89%.

A primeira dela apresenta-se como a responsável pela queda expressiva no número de vínculos ativos no setor industrial local e em termos gerais. Conforme apontado pela Tabela anterior, a atividade era responsável, até 2013, pelo emprego de 680 pessoas, valor que se apresenta nulo em 2015 tendo em consideração os dados apresentados pela RAIS. Há de se considerar em etapas posteriores os fatos que repercutiram em tal cenário na localidade. As atividades ligadas a serviços de instituições financeiras e de transporte e comunicações, que também apresentavam bom número absoluto de empregos formais no município, passam no período por diminuições sucessivas ao longo do tempo.

Em relação à RMBH percebe-se que a Administração Pública é também a maior empregadora. Comércio Varejista e Construção Civil, atividades de grande participação em termos de vínculos ativos em Capim Branco, também são fontes importantes de geração de empregos formais para a Região. Para a RMBH apresentam as maiores variações positivas as seguintes atividades:

1. Extrativa Mineral: 79,36%;
2. Ensino: 78,10%;
3. Comércio Atacadista: 71,88%;
4. Indústria Mecânica: 68,95%;

5. Material de Transporte: 58,12%.

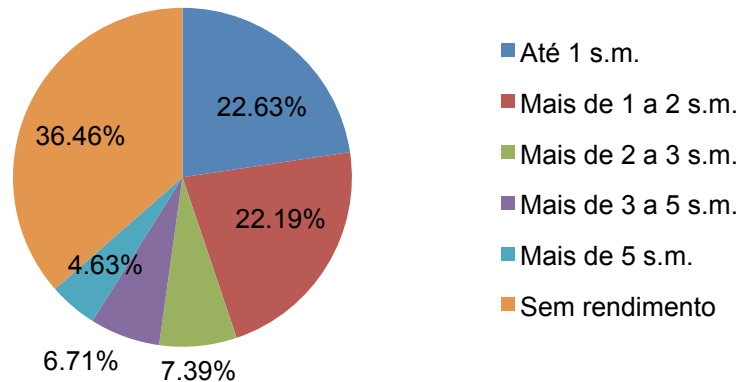
Entre elas, apenas o Comércio Varejista está presente em Capim Branco como uma das 5 atividades com maior variação positiva ao longo do tempo. Em termos de redução, as quedas percentuais mais expressivas mostram-se para as seguintes classificações:

1. Indústria Calçados: -52,18%;
2. Indústria Têxtil: -37,56%;
3. Administração Pública: -11,79%;
4. Indústria Metalúrgica: -6,33%
5. Serviço Utilidade Pública: -0,26%.

Dessa forma, observa-se que Capim Branco aponta crescimento do emprego formal em duas atividades as quais sofrem redução na RMBH como um todo, a saber: i) Indústria Metalúrgica (pouca expressividade absoluta na localidade) e Administração Pública (maior empregadora municipal). Essa última, como apontado anteriormente, mais do que dobra de tamanho entre 2005 e 2015 no município. As reconfigurações no mercado de trabalho pela qual passam tanto Capim Branco como a RMBH acabam por resultar conseqüentemente em alterações no perfil da remuneração da população residente. Os gráficos abaixo apresentam a distribuição da população por faixas de rendimento no município. Os dados apresentados referem-se aos anos 2000 e 2010 e foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Levam-se aqui em conta todas as pessoas com 10 anos ou mais com rendimentos

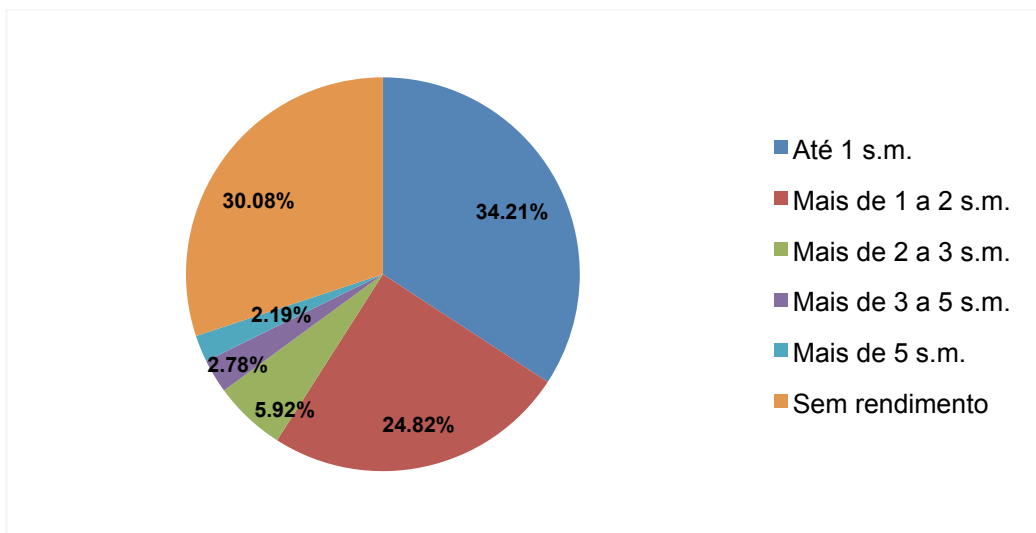
Processo de Revisão
planoDiretor

Figura 60: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Capim Branco. 2000.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Capim Branco. 2010.



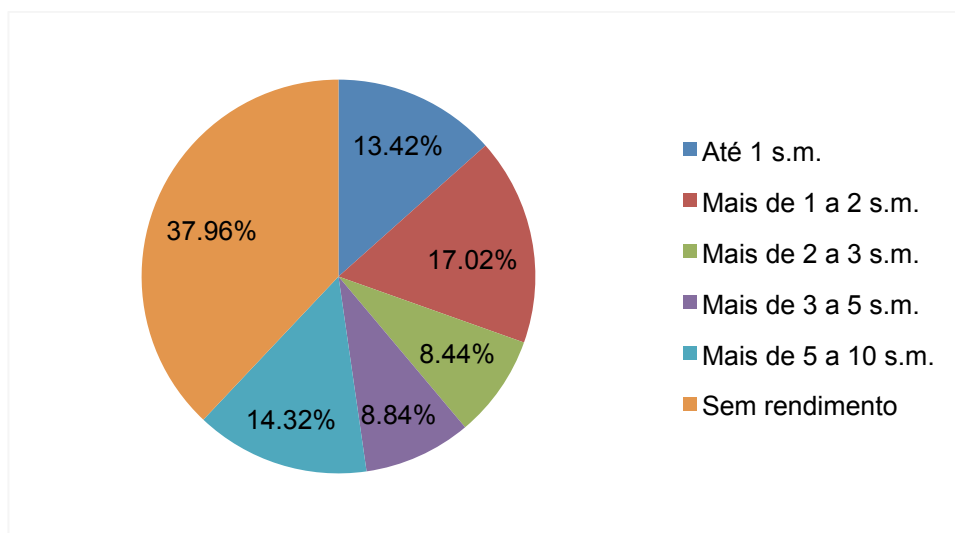
Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Como se percebe, no período analisado há significativo aumento da população com recebimento até 2 salários mínimos, faixa que responde em 2010 por mais de 59% dos residentes no municípios. A outra grande parcela encontra-se na categoria sem rendimentos, a qual, no entanto, diminui no período destacado.

Uma vez que todas as demais faixas acima de 2 S.M. também passam por redução percentual no período, percebe-se que a entrada das pessoas em atividades geradoras de renda se dá pelos níveis de menores de rendimento. A caracterização recente do mercado formal de trabalho apontada acima, marcada pela diminuição dos postos de emprego, sobretudo no setor industrial que oferece maiores remunerações, sugere que a realidade existente entre 2000 e 2010 tende à permanência ou mesmo ao aumento da população com menores rendimentos nos anos posteriores.

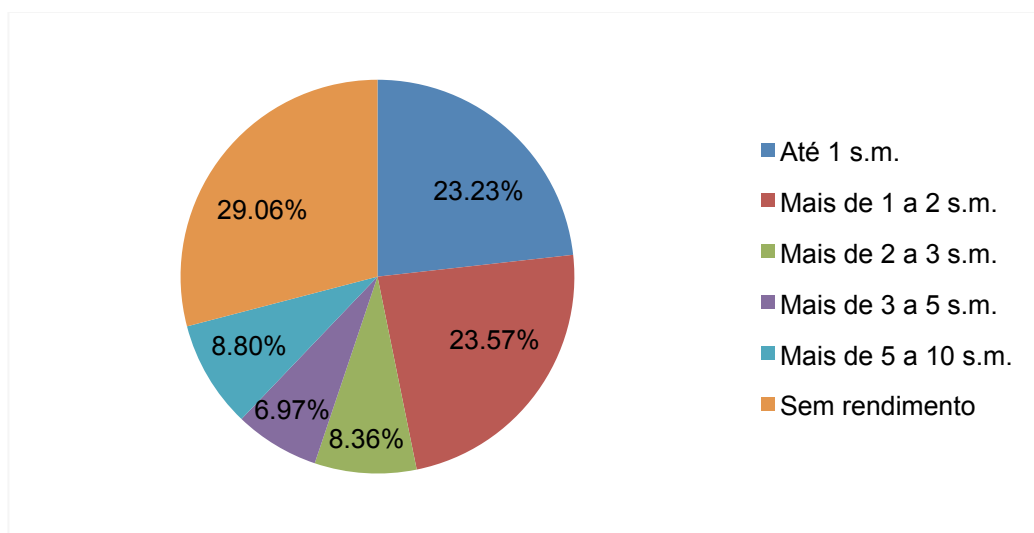
De modo geral, na RMBH a realidade é semelhante à de Capim Branco. Percebe-se, no entanto, que em 2000 a distribuição da população entre das faixas de rendimento mostrava-se mais equânime na Região como um todo que em relação ao município. Em 2010, a mudança mostra-se então mais abrupta concentrando fortemente a população metropolitana em níveis de remuneração mais baixos.

Figura 62: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Figura 63: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

O Quadro a seguir apresenta as informações em valores absolutos para ambas as unidades geográficas. Conforme se percebe, a queda de participação percentual das pessoas com menores remunerações não se dá unicamente pelo aumento da população ao longo do tempo que ocupa espaços de rendimentos menores, mas também pela perda absoluta de pessoas nos níveis mais elevados.

Quadro 33: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Capim Branco e RMBH.

Faixa de Rendimento	2000		2010		Variação Capim Branco	Variação RMBH
	Capim Branco	RMBH	Capim Branco	RMBH		
Até 1 S.M.	1.441	531.371	2.619	1.090.809	81,75%	105,28%
Mais de 1 a 2 S.M.	1.413	674.006	1.900	1.106.743	34,47%	64,20%
Mais de 2 a 3 S.M.	471	334.238	453	392.570	-3,82%	17,45%
Mais de 3 a 5 S.M.	427	350.278	213	327.428	-50,12%	-6,52%
Mais de 5 a 10 S.M.	227	326.799	133	251.041	-41,41%	-23,18%
Mais de 10 a 20 S.M.	55	150.000	27	104.903	-50,91%	-30,06%
Mais de 20 S.M.	13	90.286	7	57.347	-46,15%	-36,48%
Sem rendimento	2.321	1.503.620	2.302	1.364.442	-0,82%	-9,26%

Processo de Revisão
planoDiretor

Total	6.368	3.960.598	7.654	4.695.283	20,19%	18,55%
-------	-------	-----------	-------	-----------	--------	--------

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Quanto maior a faixa de rendimento maior também a redução da população nela encontrada. No outro extremo, quanto menor a faixa maior o acréscimo populacional. Enquanto a variação da população analisada no período é de apenas 20,19% e 18,55% para Capim Branco e para a RMBH respectivamente, os aumentos na faixa de pessoas que percebem rendimentos de até 1 S.M. é de 81,75% e 105,28%. Por outro lado, enquanto a queda no número de pessoas com rendimentos acima de 5 salários mínimos é em média de 46% para o município, para a RM tal patamar é de apenas 23%.

Tal cenário ajuda a compreender de forma preliminar o modo como a renda é distribuída nas unidades geográficas bem como a vulnerabilidade da população em termos monetários. Os indicadores apontados a seguir contribuem para um melhor entendimento desse quadro.

11.3 Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade

Para a análise das condições ligadas às condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade são utilizados os indicadores calculados através do Atlas de Desenvolvimento Humano – ADH para os anos 2000 e 2010²⁸.

²⁸ O Atlas caracteriza-se como: “Uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas”.

No escopo da presente análise preliminar foram elencados 05 indicadores ligados à temática econômica. São eles:

- 1. Índice de Gini (GINI):** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade a 1, quando a desigualdade é máxima.
- 2. Razão 10 por 40 (R1040):** Compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda per capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres.
- 3. Percentual de extremamente pobres (PIND):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.
- 4. Percentual de vulneráveis à pobreza (PPOB):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data.
- 5. Renda per capita do 1 quinto mais pobre (CORTE 1):** Igual ao valor máximo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
- 6. Renda per capita do décimo mais rico (CORTE 9):** Igual ao valor mínimo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

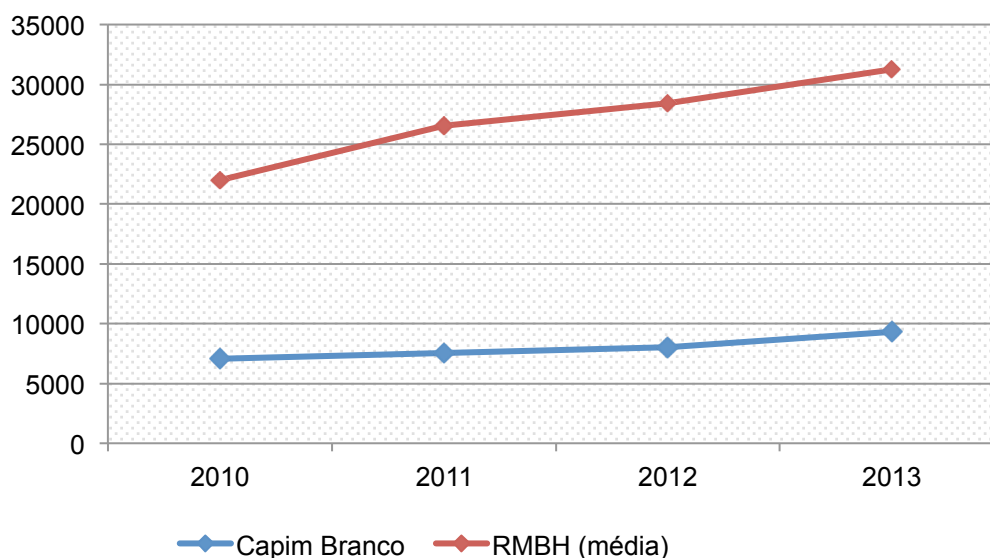
Os dados são apresentados de modo comparativo entre Capim Branco, a RMBH e o Brasil. Anterior, porém à apresentação dos indicadores aponta-se a seguir os dados relativos ao PIB per capita de Capim Branco bem como da Região Metropolitana. Tal informação fornece uma primeira aproximação a respeito da distribuição da riqueza em determinado território.

Processo de Revisão
planoDiretor

De maneira geral percebe-se uma trajetória ascendente dos valores relativos ao PIB per capita tanto no município de Capim Branco como na RMBH, conforme ilustrado pelo Gráfico abaixo.

Como se vê os valores municipais (linha azul) encontram-se bastante abaixo da média metropolitana (linha vermelha). Em termos absolutos, enquanto o PIB per capita de Capim Branco passa de R\$ 7.066,35 em 2010 para R\$ 9.318,84 em 2013 - variação percentual de 31,88% e taxa de crescimento anual de 9,66% - o PIB per capita da RMBH parte de 22.000,67 para 31.273,43 – variação percentual de 42,15% e taxa de crescimento anual de 12,44%.

Figura 64: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Capim Branco e RMBH.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Quadro 34: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Capim Branco e RMBH.

Ano	PIB per capita	
	Capim Branco	RMBH (média)
2010	7.066,35	22.000,67
2011	7.561,58	26.573,73
2012	8.013,54	28.400,36

Processo de Revisão
planoDiretor

	2013	9.318,84	31.273,41
Variação percentual		31,88%	42,15%
Taxa de crescimento anual		9,66%	12,44%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

A divisão do PIB total pelo número de habitantes, no entanto, não indica em termos reais a estrutura de distribuição de renda de determinada localidade, podendo ocorrer de uma unidade geográfica possuir maior PIB per capita que outra, mas padrões de desigualdade mais elevados.

De forma geral, os índices calculados pelo ADH revelam uma realidade virtuosa no que diz respeito à diminuição das condições de pobreza, vulnerabilidade e desigualdade no município de Capim Branco. Assim, apesar do incremento de indivíduos nas menores faixas de recebimento como visto no item anterior, tal movimento não se reflete necessariamente em maiores condições ou propensões de miséria e concentração de renda.

Em verdade, o que se tem é uma realidade na qual existe de fato maior distribuição de renda, porém com rendimentos individuais equalizados a um nível cada vez mais baixo. Tal cenário apresenta implicações diretas com as políticas de desenvolvimento urbano uma vez que a oportunidade de geração de renda e o volume dela recebido influenciam de modo agudo nas possibilidades de ocupação do solo das famílias residentes, em seus padrões de deslocamento, acesso a equipamentos públicos e serviços privados, dentre outras questões.

Quadro 35: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Capim Branco, RMBH e Brasil

Índice	2000			2010		
	Capim Branco	RMBH	Brasil	Capim Branco	RMBH	Brasil
Gini	0,42	0,61	0,64	0,4	0,59	0,60
R1040	8,37	24,21	30,31	7,67	20,13	22,78
PIND	2,64%	3,92%	12,48%	1%	1,25%	6,62%
PPOB	53,23%	36,07%	48,39%	28,29%	19,33%	32,56%
Corte1	137,04	162,30	98,26	212,80	263,75	170,00

Processo de Revisão
planoDiretor

Corte9	649,27	1.708,08	1.268,86	855,00	2.166,67	1.533,50
---------------	--------	----------	----------	--------	----------	----------

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do ADH.

Capim Branco se destaca no cenário comparativo tendo em vista as outras unidades geográficas apresentadas. O município apresenta redução tanto no índice de GINI como na Razão 10 por 40 demonstrando queda na concentração de recursos locais. Como apontado logo acima essa melhor distribuição acontece, no entanto, através de uma ampliação das bases de menor remuneração.

Em relação ao Brasil e a RMBH percebe-se que a localidade apresenta os menores valores de ambos os índices. Ainda que em ritmo decrescente, chama atenção o alto valor da R1040, igual a 7,67 em 2010. A renda média *per capita* dos 10% mais ricos é assim quase 8 vezes maior que a dos 40% mais pobres. Para a RMBH e o País tal realidade é ainda mais expressiva, com valores iguais respectivamente a 20,13 e 22,78. O índice de Gini, consideravelmente baixo no município, aponta que o baixo dinamismo econômico da localidade em termos da geração de riqueza monetária e volume de empregos formais não se traduzem necessariamente em uma desigualdade profunda em sua população.

A respeito do PIND (percentual de extremamente pobres), percebe-se que o valor que já se mostrava baixo em 2000 passa por redução em 2010. Nesse último ano apenas 1% da população de Capim Branco é caracterizada como extremamente pobre, movimento de aguda queda pelo qual também passam a RMBH e o Brasil – percentuais respectivamente iguais a 1,25% e 6,62% em 2010. Apesar desse cenário, há ainda elevada propensão à pobreza na localidade – fator que pode ser incrementado pela recente queda no volume de empregos formais. Embora se observe significativa diminuição desse percentual entre 2000 e 2010, o valor de Capim Branco mostra-se bastante superior ao da RMBH – 28,29% contra 19,33% em 2010. Essa vulnerabilidade demonstra a necessidade de atenção à formulação de políticas territoriais no município que consigam traduzir-se em oportunidades de geração de renda e segurança monetária.

Por fim, os CORTE1 e CORTE9 demonstram que há melhora relativa no que concerne à distribuição dos rendimentos percebidos entre os mais pobres e os mais ricos. Se, em 2000, o rendimento médio máximo per capita do 1/5 mais pobre correspondia a 21% do rendimento médio mínimo per capita do 1/10 mais rico, tal percentual sobre para 24% em 2010. A diferença absoluta nominal, no entanto, é elevada. Enquanto em 2000 o resultado da subtração do CORTE9 pelo CORTE1 era igual a R\$ 512,23, em 2010 tal valor sobre para R\$ 642,20. Apesar dessa piora em termos locais, sublinha-se que a diferenciação de renda no município tanto em termos relativos quanto absolutos é expressivamente melhor se comparadas aos valores da RMBH e do Brasil.

11.4 Finanças Públicas

O conjunto de informações relativo às finanças públicas municipais tem o objetivo de auxiliar os administradores públicos na condução de assuntos em observância da responsabilidade fiscal na gestão, bem como permitir uma avaliação mais detalhada das condições fiscal de seu município. Desse modo, serão analisados o Orçamento Geral do município, contexto a Receita e Despesa Orçamentárias, e as principais transferências governamentais, que compõem boa parte das receitas em municípios pequenos, que são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

No que tange ao Orçamento Geral do município de Capim Branco, observa-se que houve uma redução da Receita Orçamentária prevista pelo Instrumento de Planejamento, por dois anos consecutivos em 2015 e 2016. Contudo, em 2017, a receita sofreu um crescimento, totalizando o valor de R\$ 22.000.000,00. A Receita Orçamentária trata dos valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11, da Lei Nº 4.320/64, dispostos na Lei Orçamentária Anual (LOA). A Despesa Orçamentária prevista equivale às Receitas Orçamentárias, na medida em que se adota a política do Orçamento Equilibrado.

Processo de Revisão
planoDiretor

Por sua vez, a Receita Líquida Corrente dispõe sobre aquelas receitas que se esgotam dentro do período anual, como é o caso das receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Para o município de Capim Branco, observa-se que houve um aumento da Receita Corrente Líquida, de 2013 a 2015. Contudo, o valor empenhado da Despesa Executada, ou seja, o valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face ao compromisso assumido no mesmo exercício, também sofreu um forte aumento: em especial, no ano de 2015, que sofreu um acréscimo de R\$ 8.114.017,88, o que equivale a um aumento de 51% do valor de 2014. Os valores para o ano de 2016 ainda não se encontram disponibilizados pelo site.

Quadro 36: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Capim Branco

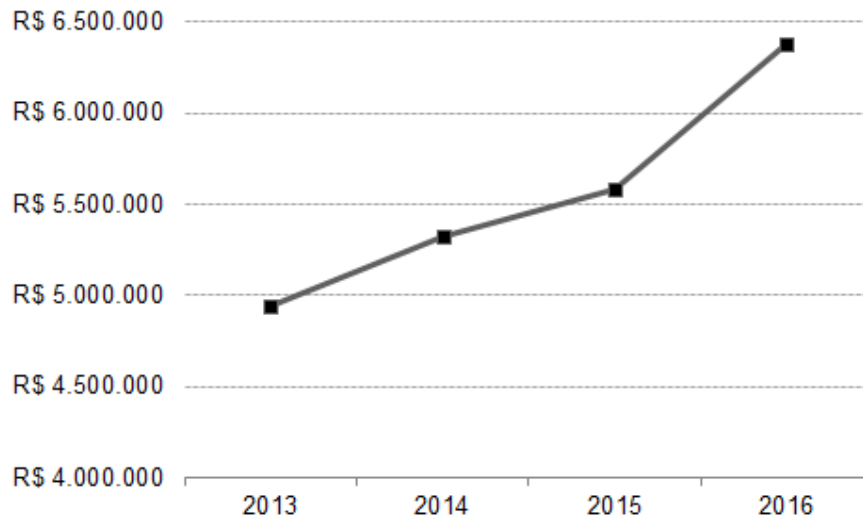
Ano	Receita Orçamentária	Receita Corrente Líquida	Despesa Executada
2013	R\$ 25.791.480,00	R\$ 13.423.717,07	R\$ 14.786.277,77
2014	R\$ 26.000.000,00	R\$ 14.036.975,07	R\$ 15.910.614,73
2015	R\$ 25.108.000,00	R\$ 15.651.959,23	R\$ 24.024.632,61
2016	R\$ 19.324.695,00	-	-
2017	R\$ 22.000.000,00	-	-

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.

Um dos principais elementos que compõem a Receita Orçamentária de municípios de pequeno e médio porte são as Transferências Governamentais. Segundo dados disponibilizados pelo Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais, o município de Capim Branco obteve, de janeiro a dezembro do ano de 2016, uma transferência de R\$6.377.647,64 para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A Figura abaixo apresenta a evolução das transferências, que apresentaram leve aumento desde 2013, data de início de divulgação das informações.

Processo de Revisão
planoDiretor

Figura 65: Evolução das Transferências Municipais do FPM (2013-2016), Capim Branco



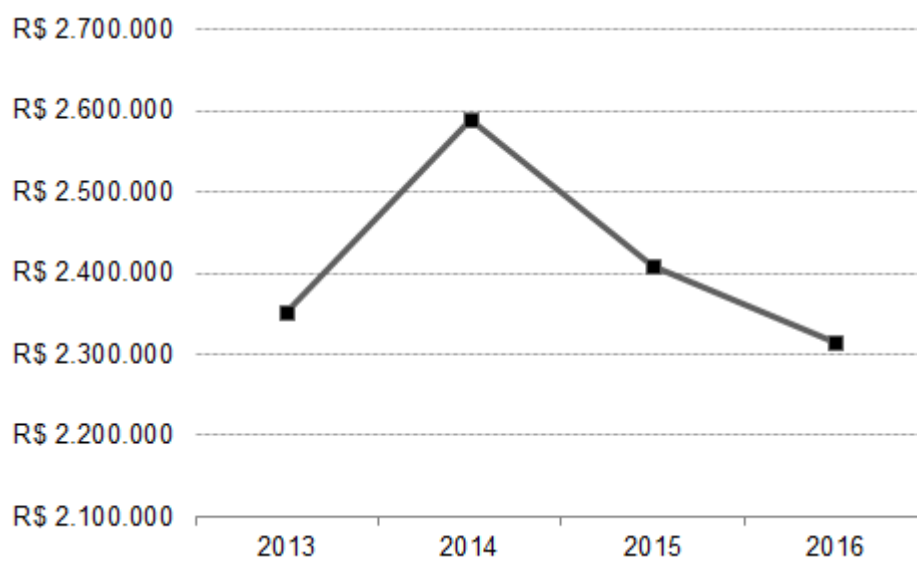
Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Tesouro Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Banco do Brasil, sistematizados e disponibilizados pela Associação dos Municípios Mineiros – AMM.

Por sua vez, os dados sobre a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS) revelaram que, para o período compreendido entre janeiro e dezembro de 2016, o município de Capim Branco recebeu o acumulado de R\$2.315.997,93. A Figura abaixo apresenta a evolução das transferências do ICMS desde 2013, data de início de divulgação das informações. Os resultados mostram como a arrecadação municipal tem reduzido desde 2014.

Figura 66 : Evolução das Transferências Municipais do ICMS (2013-2016), Capim Branco

Processo de Revisão

planoDiretor



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Tesouro Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Banco do Brasil, sistematizados e disponibilizados pela Associação dos Municípios Mineiros – AMM

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto nº 62.934, de 02 de julho de 1968. Aprova o Regulamento do Código de Mineração.** Brasília: Presidência da República, Secretaria da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1968.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas).** Brasília: Presidência da República, Secretaria da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1967.

CAR - Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <http://www.car.mg.gov.br/>. Acesso em 01/05/2017.

DEUS, Gerne Adriana (org.). Capim Branco, minha cidade, meu patrimônio. Prefeitura Municipal de Capim Branco, 2010.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Estadual do Estado de Minas Gerais – anos base 2010 a 2014.** Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2015

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Pesquisa de processos cadastrados.** Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2017. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/site/admin/pesquisarProcessos.aspx> acesso em 17/04/2017

FJP - Fundação João Pinheiro, INEP-MEC. Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, disponível em <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2013.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Fundação João Pinheiro – FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/, data de acesso: 03/04/2017

Fundação João Pinheiro. **Consulta ICMS – Lei Robin Hood**. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/pesquisamunicipio>. Acesso em 01/05/2017.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Mapa dos Conflitos Ambientais**. Disponível em: <http://conflitosambientismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em 02/05/2017.

IBGE, Cidades. Capim Branco, 2017. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em março 2017.

IBGE. Censo demográfico 1991. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm

IBGE. Censo demográfico 2000. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>, data de acesso: 03/04/2017

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Volume 24. Municípios do Estado de Minas Gerais. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf, acesso em 20/04/2017.

IBGE. Estimativa da população, 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>

IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais – MUNIC, módulo Cultura, 2014. Disponível em

Processo de Revisão

planoDiretor

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm acesso em 01/03/2017.

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas. **Outorga de uso de recursos hídricos**. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Atlas da Vulnerabilidade social, 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26118, data de acesso: 03/04/2017

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP-MEC, <http://portal.inep.gov.br/inep-data>, data de acesso: 03/04/2017

LIBÂNIO, Clarice A. Diagnóstico de vulnerabilidade social do município de Pedro Leopoldo – MG. Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo e Habitus Consultoria e Pesquisa. Pedro Leopoldo, agosto de 2011.

Ministério da Cultura / Sistema Nacional de Cultura - Guia de orientação para os municípios, 2012.

Ministério da Cultura. ADESÕES AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2016. Disponível em http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPILADAS+_04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41

Ministério da Cultura. Mapa da cultura. 2017. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/>, acesso em 01/03/2017

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Boletim O Brasil sem Miséria no seu Município, Capim Branco, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, Capim Branco, março de 2017

Processo de Revisão

planoDiretor

Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, CadÚnico, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, data de acesso: 03/04/2017

Prefeitura Municipal de Capim Branco. Dados disponíveis no site <http://www.capimbranco.mg.gov.br/> . Acesso em março de 2017.

SNIS – Sistema Nacional de Informações de Saneamento. **Consulta aos municípios**. Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: 01/05/2017

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCE MG. Fiscalizando com o TCE, Minas Transparente – TCE MG, disponível em <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>

UFMG. LUMEs. Mapeamento da identidade cultural da RMBH. Pesquisa de campo 2015. Disponível em www.rmbh.org.br.

UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH - PDDI, Volume 1, 2011.

Processo de Revisão
planoDiretor

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

